

DELIC PRELO

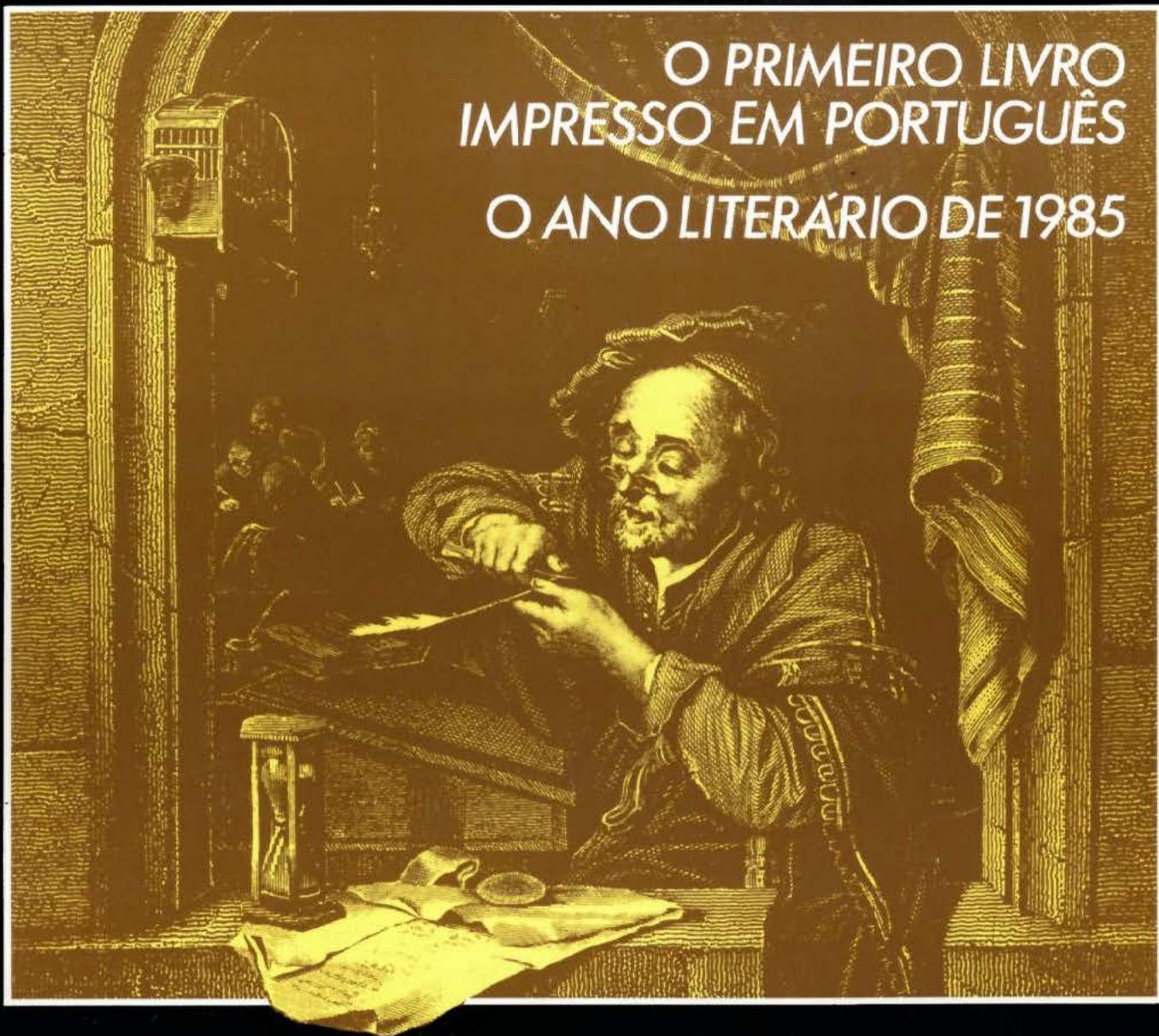
REVISTA DA IMPRENSA NACIONAL | CASA DA MOEDA

10

1986 | JANEIRO | MARÇO

O PRIMEIRO LIVRO
IMPRESSO EM PORTUGUÊS

O ANO LITERÁRIO DE 1985



PRELO

N.º 10 - Janeiro/Março 1986

Revista Trimestral

Propriedade

Imprensa Nacional - Casa da Moeda

Director

Diogo Pires Aurélio

Direcção,

Redacção e Administração

R. D. Francisco Manuel de Melo, 5-5.º

1000 LISBOA

Distribuição

*Diglivro - Distribuidora de Livros
e Material Didáctico, Lda.*

Rua das Chagas, 2 - 1200 LISBOA

Design

Grafidex Agência de Publicidade

Fabrico

Nova Lisboa Gráfica, Lda.

Preço

Número avulso — 450\$00

Assinatura (4 números) - 1.500\$00

*Este preço não se aplica
aos números especiais*

Tiragem

3000 exemplares

*Na capa: Gravura de Gerard Dow,
reproduzida no Artes e Letras, Lisboa,
Janeiro de 1872.*

- 3** Editorial:
- 7** O primeiro livro impresso em língua portuguesa
por Rosemarie Erica Horch
- 19** Mestres e lições nas academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII
por Elze H. Vork Matias
- 35** António Sérgio: dois artigos publicados na Alemanha
por Carlos Martins
- 44** Matias Aires na Casa da Moeda



O ANO LITERÁRIO DE 1985

- 47** Comentário sociológico: alguns indícios de recuperação
por Alberto Carvalho
- 55** Poesia: encruzilhada de múltiplos caminhos
por Manuel Frias Martins
- 65** Ficção: a realidade e o jogo
por Silvina Rodrigues Lopes
- 72** Ensaio: o ano pessoano
por Eduardo Prado Coelho

76 **Teatro: quatro originais**
por Maria Helena Serôdio

80 **Literatura para crianças:
lacunas persistentes**
por Natália Rocha

87 **Tradução literária:
Predomínio das literaturas de
expressão inglesa**
por João Almeida Flor

DUDELI PRELO

Este número é inteiramente dedicado às letras portuguesas, em particular as que se escreveram o ano passado. Numa revista que dá pelo nome de «Prelo» não se estranhará que tal aconteça, se bem que o projecto que a anima e que tem vindo a ensaiar nos doze números que já conta, incluindo os dois especiais dedicados a Jaime Cortesão e a Eduardo Lourenço, se não circunscreva a tal domínio.

A actividade literária esteve, com efeito, presente nestas páginas desde o seu início. Mas nunca de forma sistemática, como acontece em outras publicações portuguesas, algumas excelentes, e como o fazemos agora, através da publicação integral das apreciações feitas no âmbito do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários àquilo que foi o ano de 1985 em termos de literatura, nas suas diversas vertentes. Escusado será dizer a importância que atribuímos a esta colaboração, cujo rigor e exigência os trabalhos aqui inseridos abundantemente confirmam.

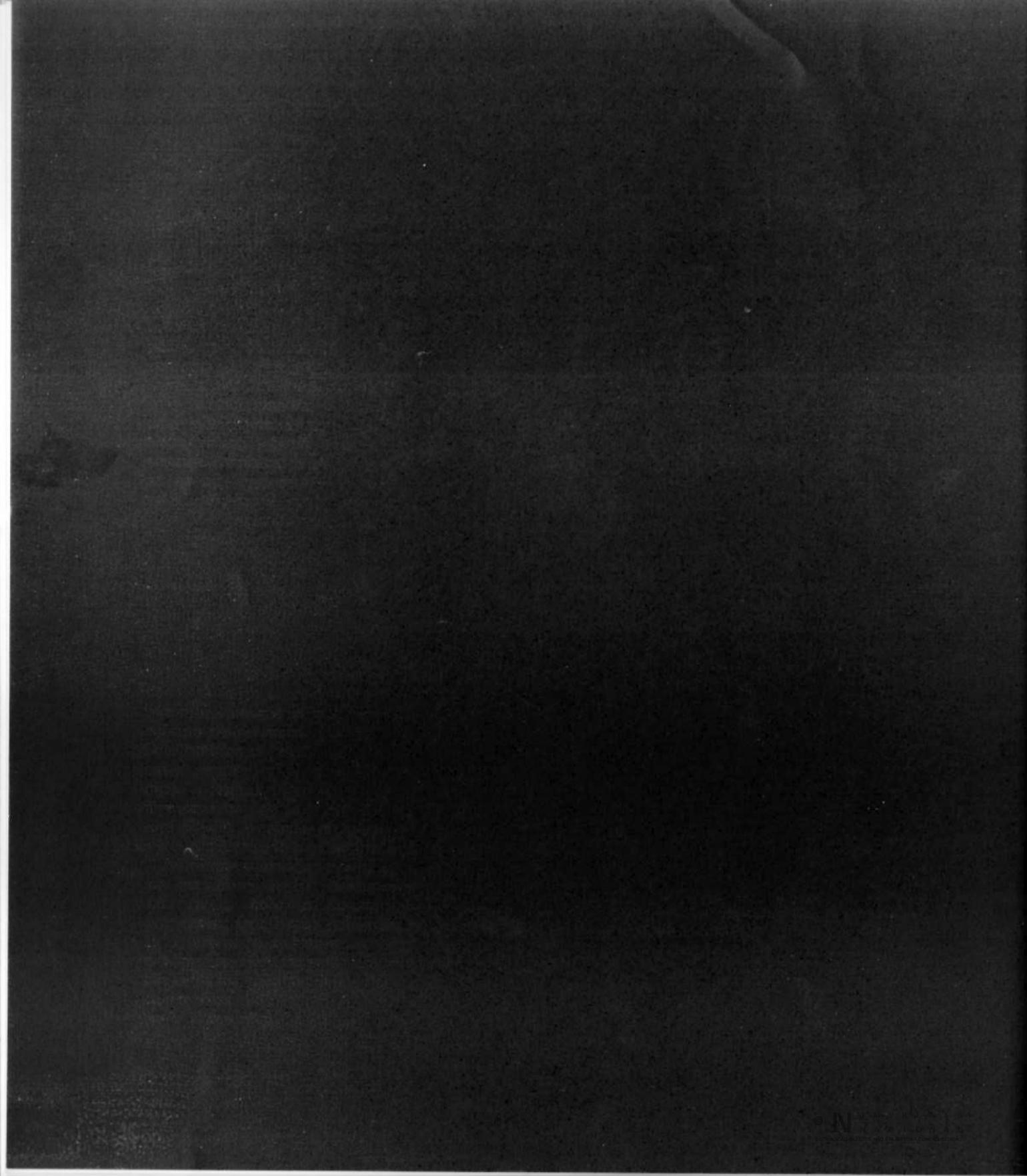
A nossa atenção vai, no entanto, também para outras épocas, na tentativa expressa de evidenciar e, se possível, estimular a investigação, tantas vezes injustificadamente fechada nos apertados círculos universitários e académicos. Desse propósito é testemunho, e julgamos que do maior relevo, a inclusão neste número de um trabalho que nos chega do Brasil e que antecipa, relativamente à conhecida tese do Prof. Pina Martins, a data do primeiro texto impresso em português. O mesmo se diga dos textos consagrados às academias literárias dos séculos XVII e XVIII e aos artigos publicados na Alemanha por António Sérgio.

Entramos, assim, em mais um ano de publicação da «Prelo» e de definição de um espaço editorial que, sendo complementar de actividade livreira da Imprensa Nacional, continua fiel aos intuítos de pluralidade e inovação,

em sintonia com os esforços que um pouco por todos os domínios do saber começam, entre nós, a concretizar uma mudança que só por ignorância se não reconhecerá. Revendo a breve história da revista, é-nos grato verificar, por um lado, que pelas suas páginas já passou um número significativo dos mais relevantes autores e investigadores portugueses; por outro, que a opinião pública, a avaliar pelas menções feitas, não é indiferente ao que nelas se publica. São motivos de sobra para prosseguirmos.

Diogo Pires Aurélio

PRELO ENSAIOS



O primeiro livro impresso em língua portuguesa

por Rosemarie Erika Horch *



Após a revelação feita por Pina Martins, em 1965, que apontava o Tratado de Confessiom como o primeiro livro impresso em português (Chaves, 1489), surge agora o Sacramental, de Clemente

Sánchez de Vercial, que foi terminado, na mesma cidade, em 1488.

* Do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Brasil.

Queremos apresentar neste trabalho o mais antigo impresso em língua portuguesa — que conhecemos até o presente momento — o *Sacramental* de Clemente Sánchez.

Quando o ilustre professor Dr. V. de Pina Martins dava a conhecer ao mundo científico, em 25 de Maio de 1965, no *Diário de Notícias* de Lisboa, o achamento do «Tratado de Confissom», publicado naquele longínquo ano da graça de mil quatrocentos e oitenta e nove, na cidade de Chaves, antepunha em seis anos o primeiro impresso em língua portuguesa.

Antes desta notícia realmente sensacional, parecia facto consumado que a imprensa em Portugal começara com caracteres hebraicos, na localidade de Faro. Foi com um «Pentateuco» que se deu a introdução da imprensa em Portugal, cuja impressão fora terminada a 30 de Junho de 1487, por Samuel Gacon ou Porteiro, judeu foragido das perseguições que se moviam contra o seu povo na Espanha (1).

Mas, se já se imprimia na cidade espanhola de Segóvia, possivelmente em 1472, por que demoraria quinze anos a ser instalada a primeira prensa tipográfica em Portugal? E, assim mesmo, ainda em caracteres hebraicos? Não temos até hoje uma explicação plausível. António José Saraiva, no entanto, explica que «se harmoniz (a) perfeitamente com a exiguidade da produção tipográfica no (...) país até cerca de 1540» (2). De facto, até hoje não se conhecem muitas obras impressas em Portugal no século XV, e mesmo que se descubra alguma edição ainda desconhecida, o seu número não deverá aumentar substancialmente (3).

Considerava-se, pois, assente até há pouco tempo, o conhecimento que se tinha a respeito da introdução da imprensa em Portugal e seu posterior desenvolvimento. Tinha-se como certo que o primeiro livro que teria saído de uma prensa em Portugal fosse o *Pentateuco* ou a *Torah*, em caracteres hebraicos, publicado na cidade de Faro, em 1487. Dez anos depois, em 1497, com a expulsão dos Judeus, também em Portugal, terminaria toda e qualquer actividade impressora judaica.

No entanto, só a 12 de Dezembro de 1494 se terminava o primeiro livro impresso em Portugal em língua latina, o *Breviarium Bracarense*, impresso por João Gherlinc. E só no ano seguinte, em 1495, saiu a primeira obra impressa em língua portuguesa, o *Livro de Vita Christi*, de Ludolphus de Saxonia! E o primeiro livro supostamente impresso por um tipógrafo português — Rodrigo Álvares — as *Constituições do Bispado do Porto* da autoria de Diogo Sousa saiu do prelo somente a 4 de Janeiro de 1497 (4).

Durante muitos e muitos anos, foi este o conhecimento que se teve da introdução da imprensa em Portugal. Observe-se que entre a primeira obra impressa em Portugal, em hebraico, e o primeiro livro em língua portuguesa existia um lapso de oito anos. Não se entende porque não poderiam ser impressos concomitantemente livros em latim, português ou hebraico.

Contudo, quase 400 anos depois, voltava à luz do dia um testemunho da actividade tipográfica em uma pequena, mas, certamente, aprazível cidade do Norte de Portugal: Chaves, a *Aquae-Flaviae* dos Romanos (5), desconhecida, até então, como sendo a que primeiro viu um impresso em língua portuguesa, ganhando com isso uma notoriedade inesperada.

Ao fazermos o levantamento das obras do século XV existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, deparámo-nos com um *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial em língua portuguesa, sem as folhas finais que nos pudessem fornecer maiores detalhes de sua procedência.

Originariamente publicado em língua espanhola, o *Sacramental* teve neste idioma oito edições diversas e uma em catalão.

Após a publicação do «Catálogo de Incunábulo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro» (6) começaram a aparecer comentários a respeito daquele exemplar do *Sacramental*, pondo em dúvida se seria mesmo uma edição incunabular. Serafim da Silva Neto, no entanto, já em 1957 afirmava que «o exemplar da Biblioteca Nacional, embora lhe falte a página de colofone, é certamente uma

edição anterior a 1502 e tem as características de incunábulo» (7).

Toda esta problemática é que nos fez aprofundar mais a pesquisa sobre a veracidade da existência ou não de uma edição de 1488, já que tínhamos em mãos uma edição que em nada se assemelhava às de Lisboa de 1502 e de Braga de 1539 (8).

O primeiro ponto de partida que tínhamos era o *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva, que em seu verbete a respeito de Clemente Sánchez de Vercial (9) cita as

edições de 1502 e 1539, impressas respectivamente em Lisboa e Braga. E menciona a seguir:

«Cumpre agora acrescentar, que afóra as duas edições já confrontadas, o falecido cônego conselheiro Freire de Carvalho dá testemunho de ter visto na selecta livraria do arcebispo que foi de Lacedemonia e vigário geral do Patriarchado D. António José Ferreira de Sousa, outro exemplar do mesmo *Sacramental* traduzido em portuguez, e impresso em 1488, sem designação do

A 25 de Maio de 1965, Pina Martins dava a conhecer, no «Diário de Notícias» a descoberta do Tratado de Confissom.



O PRIMEIRO INCUNÁBULO PORTUGUÊS

A notícia que temos a honra de comunicar ao leitor pertence ao domínio da história portuguesa. Na imprensa portuguesa em 1488 não se conhecem os caracteres de imprensa, dando a impressão de terem sido a mesma que os utilizados em 1502.

Pelo Prof. JOSÉ V. DE PINA MARTINS da Faculdade de Letras de Lisboa

EXPLICAÇÃO DO ACADÉMICO... (Continua na 7.ª página)

ACADEMIA INTERNACIONAL DE CULTURA PORTUGUESA

O Sr. Presidente da República... (Continua na 7.ª página)



PORTUGAL NA E.F.T.A. O MINISTRO CORREIA DE OLIVEIRA DECLAROU AO 'DIÁRIO DE NOTÍCIAS':

REFORÇAR A E.F.T.A. É MAIS IMPORTANTE DO QUE TENTAR LANÇAR DE NOVO UMA PONTE PARA NEGOCIAÇÕES COM O MERCADO COMUM

O DISCURSO DO MINISTRO PORTUGUÊS NA REUNIÃO DE VIENA

VIENA, 24. — (Pelo nosso enviado especial) Pedro de Correia de Oliveira... (Continua na 5.ª página)

VIENA, 24. — Ao abordar... (Continua na 5.ª página)

logar, nem nome do impressor. Diz que era no formato de fólio, e em muito bom papel, impresso em duas columnas, com grandes margens, sem numeração de folhas nem reclamo, e em caracteres meio-gothicos, com linguagem e orthographia próprias do tempo. As letras iniciaes dos capitulos feitas à mão, com tinta ora vermelha, ora verde, ora roxa. Faltava-lhe a primeira folha, que devia conter a maior parte do prologo (parece haver n'isto engano, porque as edições conhecidas o não têm); e o remate final era como se segue:

Et sic e finis
deo gratias

Este liuro asi ordenado
De doctrina tã perfecta
Todo por sua via Recta
d's beento he acabado.
Que deseja colocado
Na gloria (ser?) eternal
E liure de todo o mal
Seja per elle esinado.

Sume trinitati ac genitrice Mariae Virgini Xpi
laus inefabilis... Anno dñj m.^o quattuor cetessimo. lxxxviiij «Mense aprilis xviiij.d».

Não podemos, no entanto, afirmar categoricamente que se trata de exemplares da mesma edição: uma, porque faltam ao exemplar existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro as folhas finais onde, possivelmente, viriam as indicações tipográficas; outra, por ser, até o presente, este o único exemplar existente, impossibilitando assim um confronto detalhado com o exemplar descrito por Inocêncio. Nos aspectos externos, contudo, parece que os dois exemplares são idênticos, pois o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é «no formato de fólio, e em muito bom papel, impresso em duas columnas, com grandes margens [agora um pouco reduzidas devido a nova

encadernação], sem numeração de folhas nem reclamo, e em caracteres meio-góticos, com linguagem e ortografia próprias do tempo. As letras iniciais dos capítulos feitas à mão, com tinta ora vermelha, ora verde, ora roxa.» Só neste ponto a descrição difere do exemplar da Biblioteca Nacional: suas letras iniciais são apenas feitas em vermelho, uma vez que estas iniciais eram apostas depois da impressão da obra. Não as consideramos como uma característica divergente ou que possa impugnar a validade da afirmativa de se tratar da mesma edição.

No entanto, para dirimir qualquer dúvida, achamos de bom alvitre tentar localizar o trecho em que Inocêncio Francisco da Silva se refere a uma edição desconhecida do *Sacramental* e datada de 1488. Dava a impressão, ou podia-se supor inclusive, que se tratava de uma informação oral «dada pelo cônego conselheiro». Consultámos os diversos Freire de Carvalho's arrolados naquele dicionário para ver qual deles seria o «falecido cônego»⁽¹⁰⁾.

Ao examinarmos a relação das obras de Francisco Freire de Carvalho, cônego da Sé Patriarcal de Lisboa, e falecido no ano de 1854, chamou-nos a atenção a obra intitulada *«Primeiro Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal, desde a Mais Remota Origem até o presente tempo, Seguido de Diferentes Opusculos, Que Servem para sua Maior Illustração, e Offerecido aos Amadores da Litteratura Portugueza em Todas as Nações»*. Lisboa, Typ. Rollandiana, 1845, 8.^o de 445 págs.

De facto, o cônego Freire de Carvalho nela faz referências à introdução da tipografia em Portugal, escrevendo que D. Manuel (reinado: 1495-1521) «tinha mostrado grande zelo por fazer chegar à perfeição neste Reino a arte Typographica, e não que fóra o primeiro dos nossos Monarchas que em Portugal havia dado acolhimento a esta Invenção (...) e, mais adiante, que «desde o Reinado do sr. D. João II (1481-1495) ou talvez do Sr. D. Afonso (1438-1481) se achava ella ja em mui diffundido uso neste nosso Reino»⁽¹¹⁾.

Ao relacionar as primeiras obras impressas por tipografias portuguesas, Freire de Carvalho cita o seguinte:

«No anno de 1488 a tradução Portugueza do *Sacramental* de Clemente Sanchez de Verceal, de logar também incerto (b) (...)»⁽¹²⁾

Na nota «b» consta então: «Vid. no fim deste nosso Ensaio a nota (63ª)».

Esta 63ª nota do «Ensaio» de Freire de Carvalho, consideramo-la sumamente esclarecedora, pois traz uma descrição detalhada de uma edição portuguesa do *Sacramental*, de 1488. Eis por que a transcreveremos em seguida:

«Em Coimbra e nas mãos do Lente de Direito Civil Antonio José Ferreira de Souza, depois Arcebispo de Lacedemonia e Vigario Geral do Patriarchado, pessoa de distincto saber e de louvavel curiosidade sobre assuntos da Literatura Portuguesa, vimos ha bastante anos um exemplar do *Sacramental* de Clemente Sanchez Verceal, traduzido em Portugues, e impresso no anno de 1488, sem se apontar nele o logar de impressão. Por ser este Livro um dos de maior antiguidade, impresso em linguagem Portuguesa, julgamos a proposito dar alguma noticia mais particular da obra, e da sua pouco vulgar primeira edição. Foi o Livro escrito primitivamente para uso dos Parochos no idioma Castelhana em o anno de 1421, conforme se declara no Prologo, Clemente Sanchez Verceal, Arcediago de Valderas na Igreja de Leão em Espanha. A primeira edição Espanhola deste mesmo Livro, de que ha noticia, é, conforme deixamos apontado no texto, de 1478. Da edição Portuguesa, feita no XV.º seculo, por nos vista e examinada, não teve noticia Antonio Ribeiro Santos; pois é do anno de 1502 e das tipografias de Braga, a primeira edição por ele mencionada na sua *Memoria sobre a Historia da Tipografia Portuguesa do Seculo XVI* cap. 2.º p. 98, impressa no tomo VIII das Memorias de

Lit. Port. da Academia Real das C. de Lisboa em vol. de 4.º.

A edição que vimos em Coimbra, deste Livro dado à luz em Portugues no anno de 1488, é em folha, impresso em duas columnas, e em muito bom papel, com grandes margens, sem numeração de paginas, nem reclâmos, em caracteres meio gothicos, meio redondo e com Linguagem e Orthographia proprias do tempo: As letras iniciais dos capitulos são feitas à mão com tinta ora vermelha, ora verde, ora rôxa.

Faltava neste exemplar a primeira folha que continha a maior parte do Prologo. O seu remate, que não deixa de ser curioso, é como segue

Et sic e finis
deo gratias

Este liuro asi ordenado
De doctrina tã perfecta
Todo por sua via Recta
ds' beeto he acabado
Que deseja colocado
Na gloria eternal
E liure de todo o mal
Seja per elle esinado

Segue:

Sume trinitati ac genitrice Mariae
Virgini Xpi Laus inefabilis «Libro
ita patrato clavib⁹ jtanis per jusu
Gundisalvi a magistro Johane Ovieta-
si Roderico ac Gudisalvo hujus operis
compositorib⁹» Anno dñi m.º quattu-
orcetessimo. lxxxviii Mense aprilis
xviii.d.

Fique aos eruditos o cuidado de averiguarem se esta edição é, ou não das Tipographias Portuguesas»⁽¹³⁾.

Talvez, por total desconhecimento da possibilidade de que em Chaves pudesse ter existido algu-

ma prensa tipográfica, por mais fugaz que fosse, Inocêncio Francisco da Silva não atinou com o significado do texto latino, assim como aquele que primeiro noticiara a existência de um *Sacramental* de 1488, pois é justamente este trecho latino que consideramos importante para lançar alguma luz nos primórdios da tipografia portuguesa.

O latim está muito mutilado, e inclusive o julgamos feito por pessoa não conhecedora profunda desta língua. Mas, assim mesmo, o Prof. Dr. Ênio Aloisio Fonda tentou a sua tradução, que aqui apresentamos (14):

«À Suma Trindade e à Virgem Maria, mãe de Cristo, louvor inefável. O livro assim executado em Chaves, (cidade) portuguesa por ordem de Gundisalvo (= Gonzalez ou Gonçalves) e por obra do mestre Juan de Oviedo e Roderigo Gundisalvo (=Rodriguez Gonzalez), desta obra impressores.

Ano do Senhor, milésimo quatrocentésimo octogésimo oitavo, no mês de Abril, no dia 18.»

Estes dados nos colocam diante de vários factos:

1.º Local e data de impressão

Chaves é lembrada como um lugar de turismo e inclusive como uma estação de águas, devido às suas termas, já conhecidas desde a ocupação romana, do qual ainda hoje mostra vestígios. Além disso, era e é uma das passagens obrigatórias para se cruzar a fronteira para o Norte da Espanha. Ficava também no antiquíssimo caminho dos peregrinos que seguiam para Santiago de Compostela. Estes eram os motivos principais para a notoriedade de Chaves até o ano de 1965 (15).

Naquele ano, publicaram-se dois artigos da autoria do Prof. Dr. José V. de Pina Martins no *Diário de Notícias*, de Lisboa (25 de Maio e 20 de Junho de 1965), que comunicava o achamento de um livrinho acabado em 8 de Agosto de 1489 e impresso em Chaves; provocaram sensação no mundo

intelectual e projectaram novamente a cidade de Chaves, já que até esta data considerava-se a obra *Vita Christi* de Ludolfus de Saxonia, impressa em Lisboa no ano de 1495, como a primeira obra impressa em língua portuguesa. Logo houve contestações. Não se acreditava que em cidade tão distante do centro administrativo do Reino, no Norte do País, pudesse ter existido uma imprensa. Mas, o livro aí estava para confirmar o que alguns já de há muito desconfiavam, isto é, a simultaneidade da impressão de livros em hebraico e português. E não duvidamos que algum dia apareça ainda alguma obra latina da mesma época.

Como a cidade de Chaves servia de pouso para os peregrinos, principalmente portugueses, em sua ida e volta a Santiago de Compostela, a presença de tipógrafos torna-se mais compreensível, pois poderiam imprimir os breviários ou outros livros religiosos para a venda aos peregrinos. O *Tratado de Confissom*, que foi o aludido livro impresso em Chaves em 1489 e descoberto em 1965, era um destes livros de carácter religioso. Conforme diz o título, dá «conselhos aos confessados e instrui os penitentes, que se vão confessar, sobre os pecados mortais, os mandamentos, as obras de misericórdia e as virtudes teologais, terminando pela menção de orações de bênção para as diversas horas e refeições» (16).

Este Tratado, no entanto, não trazia nem o nome de seu autor nem o de seu impressor. Várias hipóteses foram então levantadas sobre tipógrafos itinerantes que se teriam instalado por pouco tempo na cidade de Chaves. Porém, a impressão do *Tratado de Confissom* comprova a existência, em meados de 1489, de alguma prensa tipográfica em Chaves. Agora surge nova obra, o *Sacramental*, que foi terminado a 18 de Abril de 1488 na mesma cidade, enquanto o *Tratado de Confissom* saiu a 8 de Agosto de 1489. Possivelmente, no intervalo poderão ter sido impressas outras obras religiosas que, devido ao uso a que se destinavam, sofreram a acção destruidora do tempo, pois mesmo de cada uma destas duas obras de Chaves, agora conhecidas, só existe um exemplar. Concluimos, pois, que

tanto o local como a data de impressão do *Sacramental* se encaixam no contexto histórico.

2.º Os tipógrafos

Os nomes mencionados no colofão apresentam certa dificuldade de identificação: primeiro, temos um tal 'Gundisalvo' (ou seja Gonçalves ou Gonzalez) como mandante, depois, vem um 'magister' com nome de Juan de Oviedo e um Roderico de Gundisalvo como executores, isto é, impressores. Possivelmente, os dois Gundisalvo's poderiam ser a mesma pessoa, isto é, mandante e executor da obra.

Quanto ao mestre Juan de Oviedo, sabemos que era muito comum na época identificar as pessoas com seu primeiro nome seguido do lugar de sua procedência, neste caso a cidade de Oviedo situada na província das Astúrias. Em nossas pesquisas, encontramos diversas personalidades com o nome de Juan de Oviedo, no entanto, todas distintas entre si, sem elementos cronológicos, de origem ou de profissão, suficientes para sua devida identificação⁽¹⁷⁾.

Roderico Gundisalvo, ou melhor dizendo Rodrigues Gonçalves (ou Rodriguez Gonzalez), também não se conhece; pelo menos nada encontramos sobre ele. No entanto, se observarmos que as palavras num texto latino não têm uma ordenação fixa, não alterando o seu sentido, poderemos inverter o nome de Roderico Gundisalvo para Gonzalez Rodriguez. Para este nome existe um documento, datado de 16 de Setembro de 1491, que atesta a presença em Monterrey de um «Gonçalo Rodriguez de la Pasera, escribano de molde»⁽¹⁸⁾.

Monterrey era, na época, uma vila com um castelo, distante poucos quilómetros de Verin. Das terras pertencentes a Monterrey avistavam-se as de Chaves. Ambas se localizam à margem do rio Tâmega. E se Chaves era pousada para os peregrinos em território português, o mesmo acontecia a Monterrey em território espanhol. Havia, pois, a possibilidade de tipógrafos cruzarem a fronteira

indo e vindo de uma cidade para outra. Em uma outra impressão sua, Gonzalo Rodriguez se declara natural de Astúrias, nome da província na qual se situa Oviedo. Assim, poderíamos melhor compreender estar associado a um Juan de Oviedo que então seria conterrâneo seu.

O mesmo Gonçalo Rodriguez de la Pasera parece ter vivido em Monterrey por mais tempo, pois ainda em 1512 constava como procurador da vila ante o alcaide do castelo⁽¹⁹⁾. Posteriormente, Gonçalo Rodriguez de la Pasera aparece associado a um Juan de Porres ou de Porras, livreiro de Salamanca. Provavelmente era pessoa distinta de Juan de Oviedo e qualquer tentativa de associarmos um ao outro deve ficar no terreno das conjecturas por falta de documentação específica e comprobatória.

A proximidade tanto no espaço como no tempo de um tipógrafo conhecido como Gonzalo Rodriguez de la Pasera ou Roderico Gundisalvo (ou Gonzalo Rodriguez) do *Sacramental* de Chaves é, pelo menos, uma estranha coincidência. Pois se em 1491 se comprovava a sua presença em Monterrey, poderia perfeitamente ter estado três anos antes em Chaves. No entanto, não conseguimos encontrar nenhum elemento comprobatório. Fica, assim, lançada a indagação: foi ele que imprimiu em Chaves, ou existiu, de facto, um outro Roderico Gundisalvo?

3.º Os tipos

Não conseguimos identificar os tipos utilizados no *Sacramental* de Chaves com aqueles de qualquer tipógrafo contemporâneo conhecido. Quando elaborámos, em 1954, o *Catálogo de Incunábulos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, pedimos a opinião abalizada dos especialistas do Gesamt-katalog der Wiegendrucke, em Berlim Oriental. Embora não quisessem atribuir definitivamente a nenhuma imprensa específica os tipos utilizados no *Sacramental*, indicaram as oficinas de Antonio de Centenera, da cidade de Zamora, e/ou de Álvaro de Castro, da localidade de Huete, como aquelas

que, pelas características dos tipos, mais provavelmente teriam feito esta edição. Em uma visita que fizemos posteriormente ao Gesamtkatalog der Wiegendrucke que se localiza na Biblioteca Estadual em Berlim Oriental, levando a fotocópia do *Sacramental*, foi afastada a hipótese desta indicação, sem contudo se conseguir determinar quem ou quais os tipógrafos que poderiam ter realizado esta impressão.

Existem entendidos que costumam utilizar termos como: «tipos semelhantes», «parecidos», «quase iguais» ou ainda «do mesmo estilo». Não apreciamos muito esta linguagem, embora reconheçamos que nem sempre se consegue evitar tal formulação, dada a dificuldade de se identificarem com precisão os caracteres tipológicos⁽²⁰⁾. Em compensação, não há como negar certa evolução de tipos em uma determinada região. É o que Konrad Haebler, o grande especialista em incunábulo da Península Ibérica do início deste século, formulou ao criar as árvores, ou melhor dizendo, os ramos genealógicos de impressores⁽²¹⁾.

Mas se considerarmos somente os dois livros que, ao que tudo indica, foram impressos em Chaves e pela mesma época, o *Sacramental* e o *Tratado de Confissom*, nem estes possuem tipos iguais entre si.

Aliás, o professor Pina Martins está convencido que, em termos de sua tipologia, o *Tratado de Confissom* se aproxima de outras obras impressas por António de Centenera em Zamora, pois vê uma identidade na «estrutura do desenho, ainda que, não raro, ela não seja de imediata evidência, devido ao volume de tinta imposto pelas matrizes tipográficas do livro português, já muito desgastadas pela impressão repetida com o prelo»⁽²²⁾. O Prof. Artur Anselmo segue a mesma linha, admitindo a possibilidade de os tipos terem sido trazidos para Portugal por algum tipógrafo itinerante «ou vendidos a um artista português com oficina instalada a curta distância da fronteira»⁽²³⁾.

Não pudemos ver estes elementos tipográficos no *Sacramental* de Clemente Sánchez, que mostra a utilização de tipos góticos relativamente novos e impressão nítida, sem muita tinta imposta.

É evidente que um tipógrafo não possuía apenas um alfabeto de um determinado desenho. Se queria conquistar para si uma parcela do mercado em expansão, tinha que apresentar à sua clientela certa variedade de tipos, não apenas em termos de tamanho, mas também no sentido de uma variada gama de desenhos para os tipos.

Acreditamos poder afirmar com certa margem de segurança que tanto o *Tratado de Confissom* como o *Sacramental* português pertencem, no conceito de Haebler, ao mesmo ramo genealógico das obras impressas pela segunda imprensa anónima de Salamanca. Entre outros tantos, também os livros editados por Gonzalo Rodriguez de la Pasera e, em Sevilha, os *Compañeros Alemanes*, fazem parte deste mesmo ramo genealógico; no entanto, segundo afirma Haebler⁽²⁴⁾, pertencem à escola italiana. Nem por isso imprimiram apenas em caracteres romanos, pois existem inúmeras obras impressas em tipos góticos.

Consultámos ainda outra obra-chave de Haebler para a identificação dos tipos⁽²⁵⁾. Não encontramos, contudo, nem por aproximação, um tipo igual àquele utilizado no *Sacramental*. Estamos assim perante uma obra de caracteres diferentes, dos quais não encontramos, até o presente momento, outro exemplar.

4.º A tradução

Examinaremos agora o problema da tradução do *Sacramental* para o português. Quem estaria interessado em sua divulgação? E qual teria sido a edição ou o manuscrito em que se teria baseado a tradução?

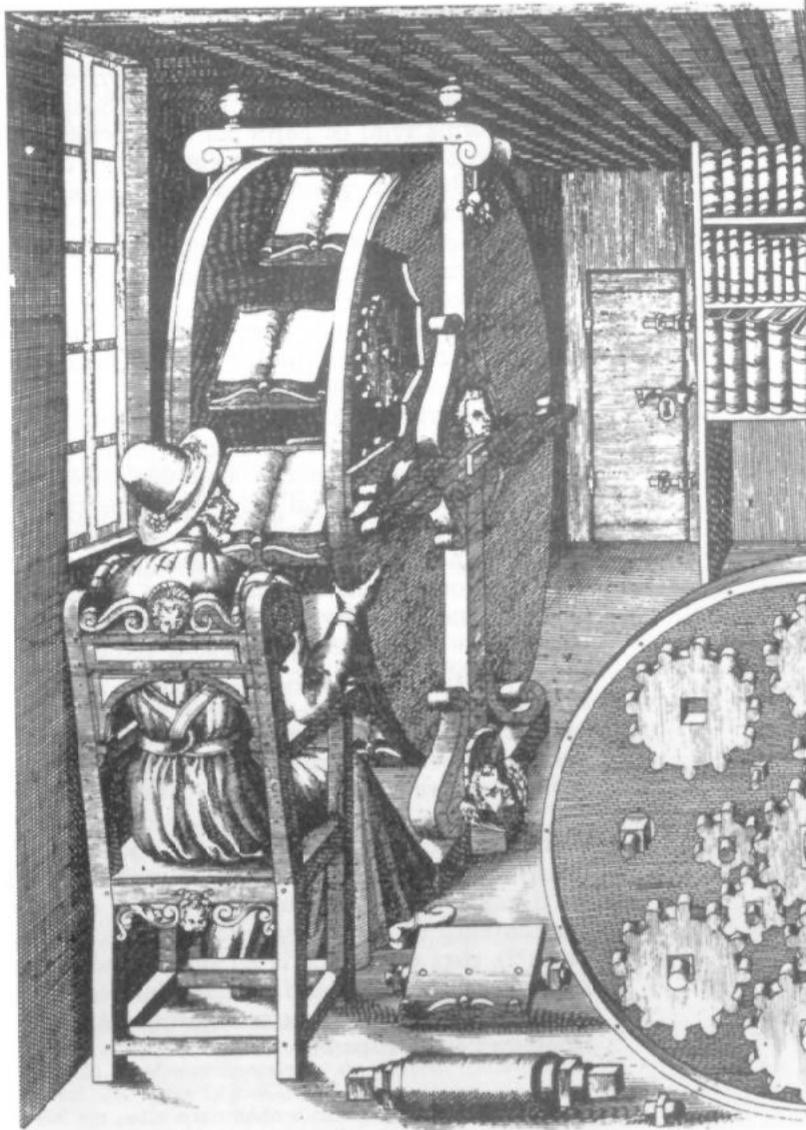
Em seu estudo introdutório ao *Tratado de Confissom*, o Prof. Dr. José V. de Pina Martins chega à conclusão que este tenha sido escrito por um franciscano⁽²⁶⁾, já que os Franciscanos incentivavam a publicação de livros que induziam à moralização dos costumes clericais. Considerando que tanto no *Tratado de Confissom* como no *Sacramental* encontramos acerbos críticas à ignorância

dos padres e clérigos da época, não seria de estranhar se os Franciscanos tivessem tido interesse na divulgação do livro de Sánchez.

No que se refere a eventuais fontes para a primeira edição portuguesa do *Sacramental*, temos que conceder que não encontramos nenhuma referência à existência em Portugal de uma cópia manuscrita do *Sacramental*. E quanto a existência em bibliotecas portuguesas de edições impressas, anteriores a 1500, só encontramos, na Biblioteca Nacional de Lisboa, a de Sevilha, de 1478, feita por Antonio Martinez, Alfonso del Puerto e Bartolomé Segura, embora não conste neste exemplar nenhuma anotação ou carimbo indicando sua procedência.

Serafim da Silva Neto, ao comentar sobre o exemplar do *Sacramental* na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nos proporciona uma possível indicação para a fonte⁽²⁷⁾. Ao examinarmos, seguindo as indicações dadas por Silva Neto, os *Inventários de São Clemente das Penhas, Matozinhos, dos Séculos XIV e XV*, reunidos por Frei João da Póvoa e outros⁽²⁸⁾, pudemos constatar que, em um dos primeiros inventários existentes e feito por Frei Rodrigo da Arruda em «1407 (= 1369)», vem uma indicação não muito precisa de uma cópia manuscrita do *Sacramental*⁽²⁹⁾. A mesma obra consta com dizeres quase idênticos numa relação de livros feita, em 1447, por Frei Gil de Guimarães⁽³⁰⁾. É evidente que se trata da mesma obra anteriormente mencionada, mas — devido a data do arrolamento do mencionado inventário — não pode ser o *Sacramental* de Clemente Sánchez, já que este só foi escrito entre 1421 e 1423. Trata-se, possivelmente, da obra escrita com o mesmo título por Guilherme de Monte Laudino, falecido em 1343.

Aliás, em um inventário feito pelo próprio Frei João da Póvoa, temos uma vez mais uma referência ao mesmo (?) *Sacramental*, só que com uma descrição mais detalhada. «Item huu Sacramental em pergaminho, que começa 'Segundo diz Santo Agostinho', com tavoas e cojro vermelho»⁽³¹⁾.



Até ao momento, temos conhecimento da existência de apenas dois exemplares da edição portuguesa do *Sacramental*. (Na gravura, a roda para os livros, uma invenção de Ramelli, no séc. XVI).

Finalmente, aparece na mesma relação outra notícia referindo-se especificamente a um *Sacramental* da autoria de Clemente Sánchez, o arcebispo de Valderas: «Item huu Baldejras Sacramental em forma feyto de papel em língua castelhana muj provejtosa lejtura pera os confessores: deu ho aqui frej Joam de pouoa seendo provjncial anno domini 1484»⁽³²⁾.

A descrição deste último exemplar nos faz crer que se trata de um incunábulo, considerando que a expressão «em forma» significa, sem dúvida alguma, tratar-se de um livro impresso. Além do mais, já se conheciam diversas edições espanholas impressas antes de 1484.

Se considerarmos a possibilidade de este exemplar ter servido de base à tradução para o português, ele deve fazer parte de uma das edições em espanhol que não trazem data, conforme concluímos da comparação de certos elementos externos e intrínsecos. Notamos assim mesmo que no inventário tampouco se faz menção a uma data de impressão deste exemplar do *Sacramental*. Por outro lado, tanto a tradução portuguesa como as edições espanholas sem data finalizam com uma poesia, enquanto a edição espanhola impressa com data de 1478, ainda hoje existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, não contém esta poesia, e assim não deve ter sido utilizada para a tradução.

Teria saído, pois, deste Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Matosinhos a tradução portuguesa primitiva? A cidade de Chaves não ficava tão distante de Matosinhos, além de ter também um convento de frades franciscanos, fundado em 1424⁽³³⁾, para onde poderia ter sido enviada a tradução, a fim de providenciarem sua impressão em Chaves, Monterrey ou outros lugares, próximos à fronteira com a Espanha.

5.º Os exemplares

Até ao presente momento temos conhecimento da existência de apenas dois exemplares da edição portuguesa do *Sacramental* de 1488. Um pertenceu a D. António José Ferreira de Sousa, arcebispo

de Lacedemónia (17?-1833), e que foi referido pelo cônego Freire de Carvalho e, posteriormente, mencionado por Inocêncio Francisco da Silva. O outro é o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

D. António José Ferreira de Sousa «nasceu no lugar de Tinhela, próximo de Chaves»⁽³⁴⁾. Foi lente substituto da cadeira de Instituições do Direito Civil na Universidade de Coimbra⁽³⁵⁾. A 3 de Maio de 1824 foi nomeado arcebispo de Lacedemónia e vigário-geral do Patriarcado de Lisboa. Teve participação política como deputado às Cortes Constituintes, em 1820, pelas províncias da Beira e Trás-os-Montes. Foi também partidário de D. Miguel, tendo como procurador de Chaves assinado o auto de aclamação de D. Miguel. Faleceu de cólera-morbo, a 26 de Julho de 1833. Possuía uma seleccionada biblioteca, à qual dedicava a maior parte do seu tempo. Aliás, é curioso notar-se que D. António José Ferreira de Sousa possivelmente adquiriu este *Sacramental* por ter sido impresso em sua terra, isto é, em Chaves, embora a obra ainda continuasse no índice dos livros proibidos espanhóis, facto que dificilmente deve ter escapado à sua atenção.

Consta que grande parte dos seus livros foi destruída por um incêndio que lavrou em seu palácio lisboeta, na Rua do Machadinho⁽³⁶⁾. E, segundo Inocêncio: «Quasi todos os livros que se salvaram, padeceram mais ou menos, e eu possuo alguns assas damnificados».

Entre os livros desaparecidos devia estar o *Sacramental*, pois nunca mais se teve notícia do mesmo. Evidentemente, o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não pode ser o mesmo exemplar, já que suas páginas iniciais estão completas, não lhe faltando como consta na descrição feita pelo cônego Freire de Carvalho⁽³⁷⁾: «a primeira folha que continha a maior parte do Prólogo». Basta dizer que a primeira folha do exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro contém o intróito por inteiro e todo o prólogo. Certo é que, hoje em dia, subsiste apenas o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Estas são as conclusões a que chegamos ao examinarmos a problemática da existência de uma edição portuguesa do *Sacramental* ancorada no século XV. Fazem parte de um trabalho mais amplo em que nós nos ocupamos de seu autor e das diver-

sas edições por nós conhecidas. Estudamos também algumas hipóteses que teriam levado a censura inquisitorial a colocar o *Sacramental* de Clemente Sánchez nos índices dos livros proibidos. Ficará para uma publicação no futuro.

(¹) Academia das Ciências de Lisboa — *Bibliografia Geral Portuguesa*. Lisboa, 1941, vol. I, pp. 1-4.

(²) Saraiva, António José — *História da Cultura em Portugal...* Lisboa, 1955, v. 2, p. 124.

(³) O número definitivo de incunábulo portugueses conhecidos varia conforme a época e a interpretação dada. Assim, Raul Proença e António Anselmo — *Bibliografia dos incunábulo portugueses*. *Anais de Bibliotecas e Arquivos*, II. Série, Lisboa, 3:186-191, Julho de 1920, mencionam 24 publicações certas e 10 duvidosas. Já a *Bibliografia Geral Portuguesa, op. cit.*, indica 38 obras, discutindo as duvidosas nas páginas introdutórias, sem fazer uma relação específica. Jorge Peixoto — *Incunábulo portugueses — estado da questão*. *Gutenberg-Jahrbuch*, Mogúncia, pp. 167-170, 1962, enumera 27 incunábulo como certos e apresenta 11 como duvidosos. E Artur Anselmo — *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, 1981, pp. 413-418, dá como certos trinta incunábulo impressos em Portugal, eliminando uns tantos que não considera suficientemente documentados.

Mesmo para o século seguinte, a produção tipográfica é relativamente pequena. Veja-se neste contexto o artigo do Prof. Jorge Borges de Macedo — *Livros impressos em Portugal no século XVI*. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 9:183-221, 1975.

(⁴) Peixoto, Jorge — *Op. cit.*, pp. 168-9.

(⁵) Carneiro, Francisco Gonçalves — *Chaves, Cidade Heróica*. Braga, 1978, p. 14.

(⁶) Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional — *Catálogo de Incunábulo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1957.

(⁷) Silva Neto, Serafim da — *Duas preciosidades da Biblioteca Nacional*. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, 7:191-196, Setembro de 1957.

(⁸) Sánchez, Clemente — *Sacramental*. Lisboa, João Pedro de Cremona, 26 de Setembro de 1502.

Sánchez, Clemente — *Sacramental em Lingoage Portugues noucamente Impreso e Emedado*. Braga, Pedro dela Rocha, 15 de Fevereiro de 1539.

(⁹) Silva, Inocência Francisco da — *Diccionario Bibliographico Portuguez...* Lisboa, 1876, v. 2, pp. 82-4.

(¹⁰) Inocência Francisco da Silva menciona os seguintes Freire de Carvalho: Dom Antonio da Visitação Freire de Carvalho; João Antonio Freire de Carvalho; Nestor Freire de Carvalho e Panfilo Manuel Freire de Carvalho e naturalmente Francisco Freire de Carvalho, que viria a ser o «falecido conego Freire de Carvalho».

(¹¹) Carvalho, Francisco Freire de — *Primeiro Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal...* Lisboa, 1845, p. 81.

(¹²) *Idem, ibidem*, p. 87.

(¹³) Carvalho, Francisco Freire de — *Op. cit.*, pp. 320-321.

(¹⁴) Queremos agradecer muito cordialmente esta sua amável prontidão em nos auxiliar e confirmar os diversos aspectos da tradução.

(¹⁵) Carneiro, Francisco Gonçalves — *Op. cit.*

(¹⁶) Machado, J. T. Montalvão: «Como e porquê se imprimiu em Chaves o primeiro livro de língua portuguesa». *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, II Série, vol. 24, tomo 1, p. 42, 1977.

Foi em parte contestado e corrigido pela publicação de: Artur Anselmo — *Dúvidas e Acertos sobre o Impressor Gherling e o «Tratado de Conjissom»*, Paris, 1978, p. 29.

(¹⁷) Pela Biblioteca da Universidade de Oviedo foi-nos fornecida uma relação de personalidades que registrava o nome de Juan de Oviedo:

- a) Escultor e arquitecto, natural de Sevilha, nascido em 1565 e falecido em 1625.
- b) Natural de Oviedo, floresceu no século XV. Foi secretário do rei Henrique IV de Castilha.
- c) Na Universidade de Salamanca, maestro, catedrático de Música, sem data. O documento em que vem mencionado é de 1.º de Setembro de 1569, mas a referência a Juan de Oviedo é feita no pretérito.
- d) Existe no Archivo Historico de Protocolos, em Madrid, uma carta de poder a Juan de Oviedo, dada por seu sobrinho, Gonzalo Fernández de Oviedo, em 12 de Julho de 1512.

(14) Odriozola, Antonio — *La imprenta en Castilla en el siglo XV. Historia de la Imprenta Hispana*. Madrid, 1982, p. 172.

(15) *Idem, ibidem*, p. 173.

(20) Neste ponto estamos de acordo com o Dr. Mário Roque, recentemente falecido, que possui um estudo intitulado: *Em torno de dois pretendentes ao título de nosso primeiro incunábulo impresso em romance, Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 2 (4):339-368, 1982.

(21) Haebler, Konrad — *Geschichte des spanischen Frühdruckes in Stammbaeumen...* Leipzig, 1923.

(22) Martins, José V. de Pina — O colofão do «Tratado de Confissom». As suas características. In *Tratado de Confissom*. Lisboa, 1973, p. 32.

(23) Anselmo, Artur — *Origens da Imprensa em Portugal...* Lisboa, 1981, p. 106.

(24) Haebler, Konrad — *Op. cit.*, pp. 362-433.

(25) Haebler Konrad — *Typenrepertorium der Wiegendrucke...* Wiesbaden, 1968 (Reprint), 3 vols.

(26) Passamos a citar integralmente o trecho em que o Prof. de Pina Martins se refere aos Franciscanos (*Tratado de Confissom*, Lisboa, 1973, p. 106):

«Se este texto foi, contudo, escrito originalmente em português, quem terá sido o autor? Se foi um eclesiástico regular, a que comunidade religiosa terá pertencido? No actual estágio das nossas investigações, é-nos impossível responder à primeira pergunta, mas supomos que será porventura menos difícil responder à segunda. Já atrás sublinhámos a sátira violenta contra a corrupção da Igreja que, pelo menos na parte final do tratado, podemos, ler, surpreendidos. Ora é exactamente neste passo que se apresenta S. Francisco como modelo. Estamos convencidos, pois, de que o autor do manual terá sido um franciscano, até porque uma crítica social deste tipo encontra-se na parentética franciscana, e não apenas heterodoxa, mas até na que segue a mais rigorosa ortodoxia. (...) Esta crítica é, em muitos aspectos, implacável. Ela assume o carácter de uma verdadeira predicação profética. Mas o pessimismo, que é documen-

tável em todas as páginas deste livro, não é radical: sempre, na palavra inspirada do casuista, ganha relevo o conforto espiritual da escatológica esperança cristã...»

(27) Silva Neto, Serafim da — *Língua, Cultura e Civilização...* Rio de Janeiro, 1960, p. 174, publicado anteriormente também em *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano II, n.º 7, Setembro de 1957 com o título: «Duas preciosidades da Biblioteca Nacional» (pp. 191-196).

(28) Publicado por Artur de Magalhães Basto com o título: *Memórias Soltas e Inventários do Oratório de S. Clemente das Penhas e do Mosteiro de N. Sa. da Conceição de Matozinhos dos Séculos XIV e XV* por Fr. João da Póvoa e outros... Porto, 1940.

(29) *Idem, ibidem*, p. 57: «Item huum sacramentall em porgaminho todo/comprido.»

(30) *Idem, ibidem*, p. 63.

(31) *Idem, ibidem*, p. 73.

(32) *Memórias soltas... Op. cit.*, p. 74.

(33) Marques, José — *Os Franciscanos no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, Porto, 1982, vol. I, p. 165.

(34) Almeida, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal...* Porto-Lisboa, 1970, vol. III, p. 467.

(35) *Almanach de Lisboa para o Anno de 1823*, Lisboa, 1822, p. 106.

(36) Silva, Inocêncio Francisco da — *Diccionario Bibliographico Portuguez...* Lisboa, 1858, vol. I, p. 168.

Agora, quanto ao incêndio, não conseguimos dados concretos. Inocêncio apenas diz que o incêndio foi no «palácio onde morava na rua do Machadinho». Parece que desde 1824 morava D. António José Ferreira de Sousa neste palácio, segundo informações do *Almanach Portuguez* (ano 1825, p. 30 e ano 1826, pp. 42 e 122).

Só que não sabemos até quando. Júlio de Castilho, em suas *Memórias* (v. 6, p. 60), não oferece notícia alguma a respeito de um incêndio no «palácio Machadinho», como também era chamada esta moradia. Inclusive após a menção do bispo de Lacedemónia, diz Castilho: «Em 5 de Abril de 1820 anunciava a *Gazeta de Lisboa* ter-se mudado para o palácio do Machadinho o collegio de que era director um tal S. Gramond...»

Contudo, para os anos de 1821 e 1826 menciona dois outros moradores.

Em obra mais recente, de Luís Pastor de Macedo (*Lisboa de Lés-a-lés...* Lisboa, 1968, v. 4), nada encontramos tanto no que se refere ao bispo como ao incêndio que teria havido em um palácio da Rua Machadinho.

(37) Carvalho, Francisco Freire de — *Primeiro Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal...* Lisboa, 1845, p. 320.

Mestres e lições nas academias literarias portuguesas dos sécs. xvii e xviii

por Elze H. Vonk Matias *



O papel das academias na sociedade seiscentista e setecentista deve ser reconsiderado e os textos analisados na perspectiva da sua elaboração, fazendo justiça a estes grêmios tão severamente

criticados pelos nossos antepassados e contemporâneos.

* Da Faculdade de Letras de Lisboa

«...esta florescente e nova academia
 donde os capitães aprendem as letras».

J. N. DA CUNHA
 Academia dos Generosos — 1662

«... é agro para os homens o princípio
 de sábio, é necessário doces meios para
 chegar ao fim celso... E isto experi-
 mentamos nas Academias onde com o
 poético ou suave do ensino não senti-
 mos os rigores do estudo...

... e agora conheço bem que diz o tí-
 tulo de estudiosa com a Academia, pois
 ainda que a poesia esteja dom natural
 se alcança com a arte e se aumenta com
 o estudo...»

J. DO COUTO PESTANA
 Academia dos Estudiosos — 1686

«Eu, Exmos. e Ilmos. Académicos, que
 com as vossas lições principiava a per-
 ceber como se deviam estudar com mé-
 todo as belas-lettras, deixando ...a vossa
 doutíssima instrução ... eu necessitava
 de recordar os primeiros princípios das
 doutrinas que devi a vosso magisté-
 rio...»

J. MASCARENHAS PACHECO
 PEREIRA COELHO DE MELO
 Academia dos Ocultos — 1750

1. Introdução

As três citações apontam para a função educa-
 tiva das academias literárias portuguesas dos sé-
 culos XVII e XVIII, aspecto que parece desco-
 nhecido ou ignorado, só raras vezes mencionado,
 de passagem, como se tratasse de um pormenor
 circunstancial de importância reduzida. Mas a
 existência de mestres nas academias, dirigindo ca-
 deiras de Belas-Letras e a preparação e realização
 de projectos de investigação pelos sócios, são fac-
 tos que não podem ser ignorados quando se trata
 do papel destes grêmios na vida cultural da so-
 ciedade portuguesa dos anos seis e setecentistas.
 Como não se pode tratar do movimento académico
 como se tivesse existido um único género de so-
 ciedades literárias, as que ocupassem o tempo dos
 seus exercícios exclusivamente na leitura de com-
 posições poéticas sobre assuntos triviais e discutin-
 do problemas fúteis.

Grande parte e até a maior parte das acade-
 mias literárias nomearam mestres para cadeiras de
 História, Gramática, Retórica, Ortografia, Explica-
 ção de Textos Clássicos e Nacionais, Política, Filo-
 sofia, Arquitectura, etc., e nos manuscritos arqui-
 vados nas bibliotecas portuguesas e estrangeiras há
 ampla prova da seriedade das lições ministradas.
 Assim, podemos repetir o que disse José do Couto
 Pestana, no fim do século XVII, numa das suas
 orações na Academia dos Estudiosos: «Escusado
 é provar com argumentos o que está patente aos
 olhos (sapiéntísimos Mestres, discretíssimo Secre-
 tário, estudiosos Académicos, nobilíssimo Con-
 gresso)...»

O que é que «está patente aos olhos»?

Em primeiro lugar, a prova de que, na maior
 parte das nossas academias, vivia a consciência da
 necessidade de fornecer programas educativos aos
 sócios, programas destinados a ocupar dois terços
 do tempo reservado para as reuniões.

Em segundo lugar, a existência de alguns pro-
 jectos de investigação elaborados e até realizados
 por iniciativa académico, projectos ainda hoje con-
 siderados de elevado valor científico e cultural.

As provas são «patente aos olhos» na informação, directa ou indirecta, manuscrita e nas miscelâneas impressas fora das colecções dadas à luz por decisão académica. O problema é que as colecções das obras de sócios, publicadas pelos próprios grêmios, não representam fielmente a actividade global da Academia, mas consistem numa limitada escolha de composições de *alunos*, trabalhos feitos para o tempo de exercícios que ocupava, geralmente, um terço do período disponível para as agremiações, omitindo sistematicamente os textos das lições teóricas.

2. A Academia dos Anónimos

A Academia dos Anónimos publicou em 1718 os seus *Progressos Académicos* que mereceu a seguinte observação de Francisco Xavier Cavaleiro d'Oliveira:

«No número dos académicos havia versistas, e havia poetas. Ainda que nos Progressos se imprimiram as obras mais aprovadas, não deixaram de passar algumas que são reprovadas de todos, menos de seus autores.»

A opinião pública acerca da Academia baseia-se no valor artístico deste género de publicações, e com razão, uma vez que se trata de uma edição organizada pelos próprios sócios. O que foi emitido são as lições e a menção directa das aulas teóricas dadas durante anos sucessivos nas disciplinas de História, Poesia, Conceitos, Retórica, etc. Encontramos os nomes dos mestres Anónimos nas memórias de Cavaleiro d'Oliveira:

«também me parece que me lembro do nome dos quatro mestres que liam em diferentes matérias alternativamente. Eram, se me não engano, ou se me não esqueço, o dito Ignácio de Carvalho de Soto Maior ... o Padre Francisco Leitão Ferreira, Lourenço Botelho e um certo João Batista...»

José do Couto Pestana confirma os nomes destes mestres na dedicação dos seus poemas de louvor, com adição das respectivas disciplinas:

(BPADE COD CXIV I-5).

Ignácio de Carvalho de Sotomaior
Mestre de Poesia
Francisco Leitão Ferreira
Mestre de Conceitos
Lourenço Botelho Sotomaior
Mestre de Retórica
João Batista Henriques
Mestre de História

Informação sobre a matéria das cadeiras é fornecida na dissertação introdutória dos *Progressos*:

a Arte e Ciência da Poesia — em que o mestre trata das suas normas e preceitos e do apertado instituto da religião poética (p. 5);

a Arte de Conceitos — na qual se explica o âmago da poesia (p. 5);

a Retórica — ordenada em método filosófico (p. 10) e citamos:

«ninguém jamais persuadiu nem convenceu sem os tropos e figuras da retórica ... como não venceria um Monarca ou não imprimiria no ânimo dos seus povos uma imagem da sua resolução política, ou militar, exornada já com a metáfora, sinédoque, metonímia, antonomásia, onomatopeia, catacrese, metalepse, alegoria, perífrase, hipérbato e hipóbole, e mais tropos da oratória, mostrando, e persuadindo pelo deliberativo, judicioso, e demonstrativo, que só com aquela sua resolução se encaminham os progressos do seu Império... Deixemos o exemplo encontrado nas histórias, e porque estas são não menos necessárias, mas igualmente agradáveis ao estudo se preveniu nesta Academia a utilidade da história...»

a História — «com a qual expusemos e mostramos a ordem dos acontecimentos passados e ainda

SYSTEMA
RHETORICO, D.

CAUSAS DA ELOQUENCIA,
DICTADAS, E DEDICADAS
A

6580

ACADEMIA
DOS ANONIMOS DE LISBOA
POR

Hum Anonymo Seu Academico.



LISBOA OCCIDENTAL.
NA Officina de MATHIAS PEREYRA
da Silva, & João Antunes Pedrozo.

M. DCCXIX.

Com todas as licenças neccessarias, & Privilegio Real

INDEX
DO QUE SE CONTEM NESTE
Tratado.

O Numero mostra a pagina.

I Ntroduc. & divis. da mat. 1.

EXPOS. I.

Dos Proem. da Rhet. 7.
Orig. da Rhet. 9.
Utilidade da Rhet. 14.
Definic. da Rhet. 21.
Objetos da Rhet. 28.
Que Siencia seja a Rhet. 35.

EXPOS. II.

Da Cauza Material 40.
Que cauza seja a Cauza Mater. da Rhet. 42.
Inovar a materia 55.
Fecundar a mat. pela sua essenc. 62.
Fecundar a mater. pelos accident. Com. f. 71.
Fecundar a mat. pelos accident. particulares 79.
Expor a materia 89.
Dividir a materia 97.

Frontispício e índice do livro de palestras de um dos docentes das academias, publicado anonimamente.

dos sucessos pelos anos, pelos dias e pelas horas...» (p. 11).

Portanto quatro cadeiras com os seus respectivos Mestres (anónimos nesta dissertação) — «Este é, ô illustre Academia, o estudo do mais eficaz proveito, que não só alumeia com a erudição mas inflama com o exemplo, e acompanhado de eficácia da eloquência oratória, e da suavidade da Poesia, subirá o teu espírito...» (p. 13).

Deste estudo são os *Progressos* os exercícios, os conhecimentos adquiridos nas horas de lições teóricas postos em prática, em variadíssimos géneros poéticos, obedecendo às regras da arte de conceitos, com aplicação de todos os tropos possíveis e escolha de assuntos tirados da história e como se disse na advertência ao leitor, qualquer destas obras «pode servir de progresso a estes exercícios». Em tal miscelânea não cabem as palestras dos docentes que, no caso de ao menos duas das cadeiras, as entregaram ao prelo separadamente:

Nova Arte de Conceitos do Padre Francisco Leitão Ferreira.

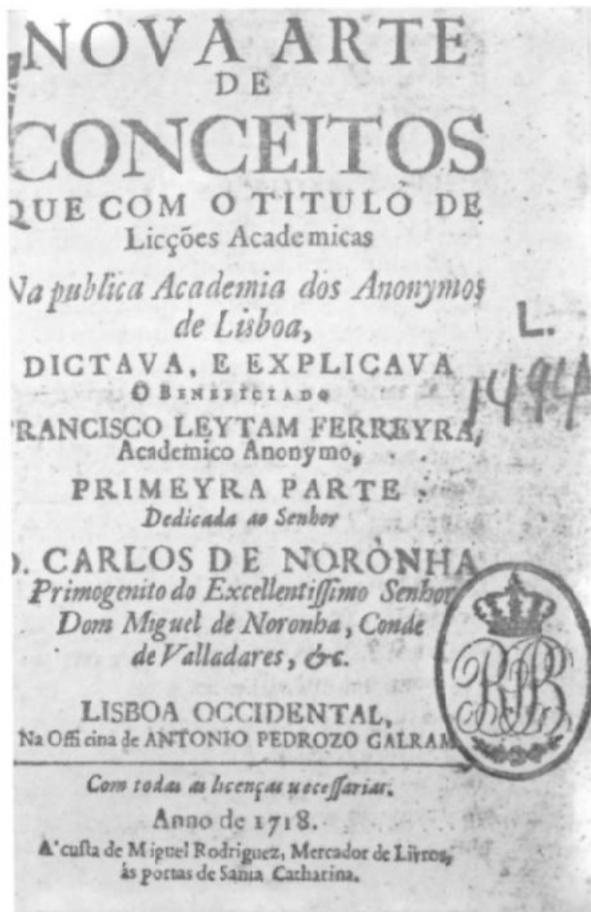
Of. de António Pedroso Galvão, Lisboa, 1718-1721, 2 tomos (c. 900 p.).

Sistema Retórico, causas da eloquência dictadas e dedicadas à Academia dos Anónimos por um Anónimo seu Académico.

Of. de Matias Pereira de Silva e João Antunes Pedroso, Lisboa, 1719 (290 p.).

A *Nova Arte de Conceitos* «é de capital importância para o estudo da teorização do barroco literário»* e consta, conforme declara o autor, da matéria explicada «pelo discurso de seis anos sucessivos, em multiplicadas Académicas lições, dictadas em públicas e literárias conferências nas ilustres e eruditas sessões dos Anónimos de Lis-

* Maria de Lourdes Belchior — *Os Homens e os Livros* — Séculos XVI-XVII — Ed. Verbo, 1971 — p. 147.



Outro «compêndio de lições proferidas na Academia dos Anónimos que conheceu a publicação.

358 Index das Lições, & §§.
§. XIII. Da Cathegoria, quarta especie do exercicio.

L I C Ç A M VII.

- §. I. Da Imitação, quinta, & ultima especie do exercicio.
§. II. Define-se a Imitação.
§. III. Da Imitação livre, & Imitação servil.
§. IV. Da necessidade, & utilidade da Imitação.
§. V. Das tres graas da Imitação servil.
§. VI. Do modo, que se ha de ter na Imitação.
§. VII. O que seja propriamente furto, & como se distinga da Imitação.

L I C C A M VIII.

- §. I. Descripção da Abelha, simbolo da Imitador.
§. II. Propoem-se regras com que as Imitações não pareçam furios.
§. III. Da Mutação, & sua praxi.
§. IV. Do Contrario, & sua praxi.
§. V. Do Semelhante, & sua praxi.
§. VI. Regra para innovar pela imitação os conceytos de que se apossou a locução do vulgo.
§. VII. Raizes das flores eloquentes.

§. VIII.

Que contem este Livro. 359

- §. VIII. Praxi da precedente doutrina: Discorre-se a Primavera.
§. IX. Da Engenhosa Emulação.
§. X. Das outras cinco causas da metafora.

L I C C A M IX.

- §. I. Descreve-se a Abelha affogada no alambre.
§. II. Symboliza a Abelha dentro do alambre as virtudes qualitativas da metafora.
§. III. Das virtudes qualitativas da metafora, & vicios, que se lhes oppoem.
§. IV. Do Decoro, ou decencia da metafora.
§. V. Da Desconveniencia da metafora.
§. VI. Do Ridiculo das metaforas.
§. VII. Da Inflação das metaforas.
§. VIII. Do Remoto das metaforas.
§. IX. Como se evita o remoto das metaforas.
§. X. Define-se a Metafora em commum.

L I C C A M X.

- §. I. Descreve-se o Chaos, & divisão dos Elementas.
§. II. Divide-se em suas especies a metafora.
§. III. Reduzem-se os Tropos Rhetoricos à oytto especies da metafora.
§. IV. Definem-se as oytto especies da metafora engenhosa.

Z 4

§. V.

índice das lições do Pe. Francisco Leitão Ferreira contidas na Nova Arte de Conceitos. Na página seguinte, poemas em louvor dos mestres das academias.

boa» (tomo I) e também (tomo II) na Academia dos Generosos. Lourenço Botelho Sotomaior, na Licença do Paço, confirma:

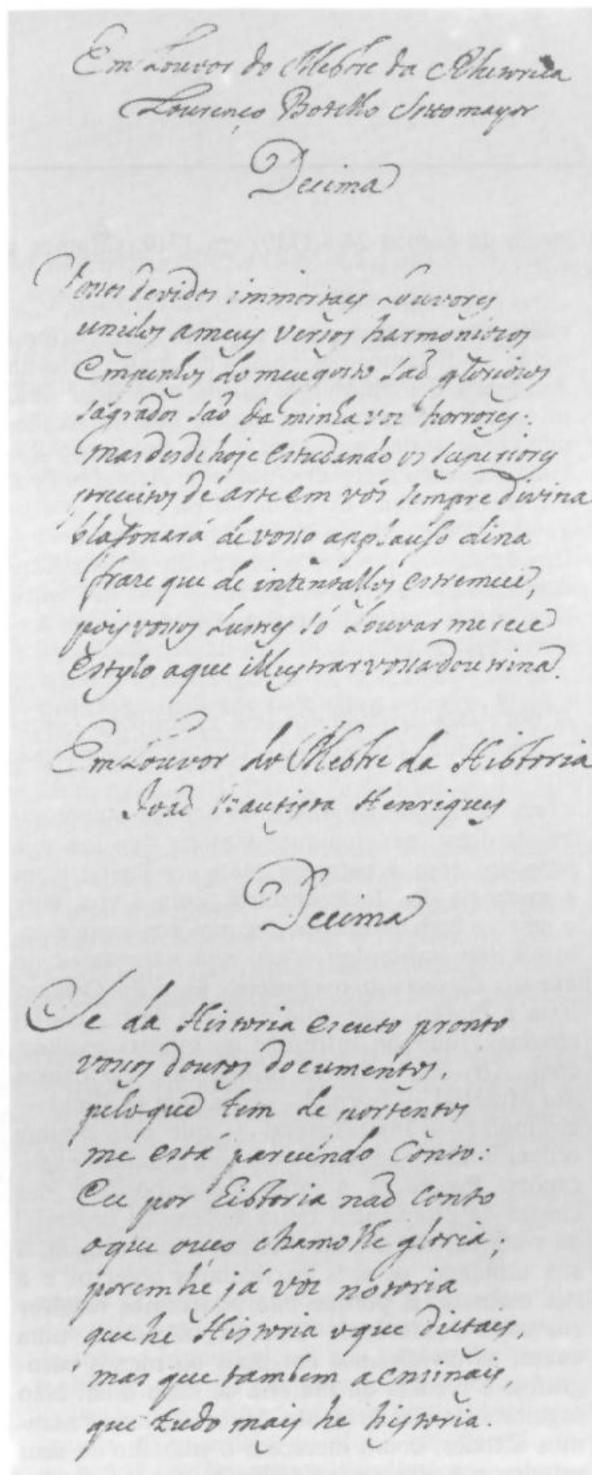
«Não é nova para mim esta Arte de Conceitos ... porque tendo eu a honra de que na mesma Academia dos Anónimos me contem entre aquele número os engenhos que a frequentam, ouvi da boca de seu mesmo Autor ... não só estas doze lições que aqui oferece, mas ainda os que promete dar à luz pública...»

Comenta Rafael Bluteau na Censura no segundo tomo:

«A muitos lhes parece que, para falar bem e apurar com subtileza o discurso, lhes basta seguir os impulsos do seu génio. Com esta errada imaginação e presunção temerária entram às cegas no palácio da eloquência e sem tomar língua, nem buscar guia, querem penetrar de primeiro jacto no gabinete das Musas. Em toda a arte, assim mecânica como liberal, o primeiro estudo é a inteligência dos nomes, termos e frases; até nos ofícios fabris é tão precisa esta notícia como na lógica ou dialéctica a do significada de termos 'abstractos ou concretos, consequentes e transcendentés'... Pela mesma razão que nas mais artes, na de bem-dizer é precisa a notícia dos termos com que os que a sabem se explicam, e como as palavras são intérpretes dos conceitos, não poderão os curiosos aprender esta Nova Arte de Conceitos sem entender as regras que dá o autor, e as palavras com que as declara...»

O Sistema Retórico.

Lourenço Botelho de Sotomaior, o mestre da Retórica, faleceu em 5 de Maio de 1738, com mais de sessenta anos de idade, e conforme a Gazeta de Lisboa (15.5.1738) «ditou e escreveu o novo Sistema Retórico», obra que «saiu novamente à luz»



(Gazeta de Lisboa 24.8.1719) em 1719. Citamos o autor:

«não compusemos para imprimir, imprimimos o que ... dictamos por espaço de quatro anos na Academia dos Anónimos, assim com nenhuma, ou pouca diferença lerás aqui o que na Academia (se lá foste) ouviste já ... se este nosso Sistema Retórico merecer o nome de Arte, também merecerá o nome de primeira na língua portuguesa... Não foi nossa tenção transcrever outros exemplos que dos oradores da mesma Academia... Embaraçou-se porém o podê-lo continuar e nos valem dos Sermões do Padre António Vieira...»

A obra está dividida em sete exposições, começando por uma «Introdução e Divisão da Matéria»:

«Tem obrigação o Orador de ornada e copiosamente dizer, em qualquer matéria que lhe seja proposta, com as palavras quase dos Poetas, com a memória dos Jurisconsultos, com a voz, com o gesto e com as acções dos maiores e mais naturais representantes. Tudo são expressões do mesmo Cícero em o primeiro livro do Orador. Esta a matéria que pelo discurso destas conferências... hão de informar as minhas explicações... os seis vulgares princípios... ou causas são Material — Formal — Eficiente — Final — Exemplar — Instrumental — que pela mesma ordem iremos explicando em outras tantas exposições. Precederá a estas seis exposições das causas da eloquência outra exposição proemial da retórica, em a qual veremos a sua origem, a sua utilidade, os seus particulares objectos e a sua essência. E porque não poderemos resolver em cada conferência uma exposição ou uma causa, as dividiremos em mais ou menos parágrafos, à medida da matéria de cada uma. Não seguimos particularmente Autor algum, veneramos a todos, como merecem o trabalho de seus estudos e a sua antiguidade...»

ASSUMPTO.

Nuno da Cunha vindo da Índia, e adoecendo mortalmente se mandou lançar ao mar depois de morto.

EPIGRAMMA.

*P*ostquam tela vibras tua trans Garamantas, et Indos
Nonius, et subdis barbara colla neci:
Cum quoque Nilus agit commissos sanguine fluitans,
Quem tuus effundunt ensis, et ira manis.
Ad Patriam tendis, socioque redire Penates,
Quò tibi regali munere crescat honor.
Sed te fata vocant, rumpuntur flamina vitæ,
Fergit in Occasum Sol Oriente micans.
Ossa negas Patrie, pberetrum sub gurgite queris,
His ut raliquis æquora tuta forent.

SONETO

Ao mesmo.

LA donde occupa o claro dia infante,
Em purpuras mantilhas enfaxado,
Berço de varias flores matizado,
Que a bella Aurora lhe prepara amante,
Nuno excellente vós, qual Sol radiançe,
Resplandeceites sempre acreditado,
Sendo qualquer acção rayo animado,
De vossa augulta luz sempre triunfante.
Com rapida carreira diligente
Caminha, desde a Aurora discorrendo
A meta Occidental vossa luz pura:
Preciso foy, le pois resplandecente
Sol na vida brilhalte, que morrendo,
Tambem tenhais no mar a sepultura.

Nuno

Exercícios académicos em verso, ilustrando as lições do Sistema Retórico.

Os sócios Anónimos tentaram aplicar todos os novos conhecimentos nos seus exercícios, e os seus trabalhos serviram para comentário nas conferências seguintes como se vê em muitíssimos parágrafos do livro:

«Noemia é quando sem referirmos, applicamos alguma sentença, querendo dizer sempre mais alguma coisa do que dizemos. O exemplo dará

Nuno da Cunha decimo Governador da India, vindo para a Patria, E^o adoecendo gravemente no mar, mandou que se falecesse, já que em o mar morria, fosse nelle sepultado; E^o assim succedeo.

DISCURSO ACADEMICO.



Em o mar, porque tambem com o mar se sepulta o Sol, sepultarle mandou o decimo Governador da India, o famoso, & sempre memoravel Nuno da Cunha, Varão verdadeiramente Portuguez daquelle seculo, a quem fizeraõ mais dourados que o precioso metal, a pouca ambição delle. Per espaço de dez annos tinha illustrado com rayos de valor, & prudencia a Portugueza Asia; augmentado ao Zodiaco daquelle Oriental Imperio em tres fortalezas, para a sua exaltação mais tres casafas. Recolhia-se ao descanso da Patria, & conformando a sua vontade com o seu destino, escolheu para lugar da sepultura o lugar da morte: Já que em o mar morria (disse quasi com as ultimas respirações o famoso Capitaõ) fosse tambem o mar o seu sepulchro. Não cabia em menor tumulo hum Varão tam grande. Era breve espaço de terra pequeno campo a tamanha ruina. Seja todo o mar seu sepulchro; para que as prayas de todo o mudo ouçam nas linguas das mesmas aguas os eccos da sua morte; na inconstancia das suas ondas ficará sempre permanente a sua fama.

Para injurias do tempo, a competencias da eternidade, se fabricação com solios fundamentos o Mausoleo de Caria, & as Pyramides de Egypto: mas foraõ tam mal soffridas as injurias, & as competencias, que miseraveis destroços do tempo, ficaraõ só para depois da eternidade as memorias dessas duas grandes maravilhas do mundo.

Com menos artificio, & mais duração construiu Nuno para si tantos Mausoleos, & tantas Pyramides, quantas saõ soberbamente levanta-

das

Novo exercicio sobre o mesmo tema, extraído das páginas dos Progressos Académicos.

melhor a entender o artificio. Falava N. do decimo Governador da Índia, Nuno da Cunha, escolhendo por sepultura o mar, em que navegava quando falecera. E aplicado aquela sentença «Praeconia post funera manent», a ocultou, dizendo com magestosa eloquência 'Não cabia em menor túmulo um varão tão grande, era breve

espaço de terra pequeno campo a tamanha ruina, seja todo o mar seu sepulcro, para que as praias de todo o Mundo ouçam nas linguas das mesmas águas os ecos da sua morte: nas inconstâncias das suas ondas ficará sempre permanente a sua fama». O exercicio do aluno em questão está na p. 157 dos *Progressos Académicos*.

AS DISCIPLINAS ACADÉMICAS

1. A Academia dos Escolhidos

Os mestres foram escolhidos com grande cuidado como mostra uma carta de convite dirigida ao Sr. Sebastião Leite de Faria e Sousa pelo secretário da Academia dos Escolhidos em 2 de Junho de 1742:

«A Academia dos Escolhidos para maior utilidade dos seus progressos pretende constituir um corpo académico de trinta sujeitos benemeritos das cadeiras de censores, directores e mestres da mesma Academia com empregos particulares em matérias científicas; e como está altamente informada dos estudos incomparáveis com que V. M. com crédito, assim do seu nome, como da Atenas Conimbricense, se tem distinguido tanto no mundo das belas letras, pede a V. M. se digne condecorar-lhe uma das ditas cadeiras com algum emprego...».

(BGUC COD. 455 f.131).

O «Catálogo dos Empregos dos Académicos Escolhidos assim em matérias científicas como filológicas» menciona os seguintes empregos:

(BPADE COD. CIX/1-2 2.).

Matérias científicas:

Teologia — expositiva, mística, moral, especulativa, polémica, concionatória;
 Filosofia — moral, dialéctica, física, matemática, metafísica, animista, geografia;
 Medicina — discursos fisiológicos, dissertações críticas sobre os aforismos médicos;
 Jurisprudência — antiguidade, origem, progressos e excelências e professores do direito civil; — história pontifícia e cronológica dos conceitos que compreenderam o direito canónico.

Matérias filológicas:

História — preceitos da história em comum, geografia do Reino, história eclesiástica;
 Preceitos — preceitos da retórica em comum, eloquência, conceitos, pureza da língua;
 Poesia — preceitos da poesia em comum, conceitos métricos, preceitos para a poesia cómica, mitologia;
 Erudição vária — anagramas, enigmas, apotegmas eruditos, paradoxos académicos, elogios dos varões ilustres de Portugal, heróis portugueses, heroínas portuguesas, estilo epistolar, ortografia, latinidades.

Sabemos, de várias fontes, que, ao menos, nove mestres foram nomeados e leccionaram em 1742:

André Cruz (escocês) — as línguas grega, latina e francesa;
 André da Cruz e Silva — a gramática;
 Diogo Rangel de Macedo — preceitos de história em comum;
 Francisco de Sousa de Almada — a arte poética;
 Francisco Xavier de S. Teresa e S. Francisco — a pureza da língua;
 José Freire de Monterroio Mascarenhas — a ortografia;
 Lourenço Pinto — a gramática;
 Manuel de S. António — a retórica;
 Manuel da Silveira — a eloquência;

e foram propostos os seguintes docentes:

Frei António de S. Elias — teologia especulativa;
 Frei José dos Santos — teologia polémica;
 Rev. Filipe de Oliveira — teologia concionatória (o conceito predicativo);
 Frei Bento da Espectação — filosofia moral;
 Dr. António de S. Marta — filosofia física;
 Dr. António José da Gama — filosofia animista;
 Dr António Isidoro da Nóbrega — medicina, discursos fisiológicos;

- Dr. Alberto de Azevedo — medicina, dissertações críticas sobre os aforismos médicos;
 Dr. Nicolau Francisco Xavier da Silva — história cronológica portuguesa;
 Dr. Jacinto da Silva de Miranda — antiguidade de Lisboa;
 Rev. Teodósio de S. Marta — história eclesiástica;
 Dr. Manuel de S. Marta — história eclesiástica;
 Dr. Francisco de Sousa de Almada — conceitos;
 Frei Miguel de Bulhões — pureza da língua;
 Dr. Joaquim Simpliciano do Canto — mitologia;
 Paulo Nogueira — preceitos da poesia;
 José Gomes de Menezes — elogios de varões ilustres.

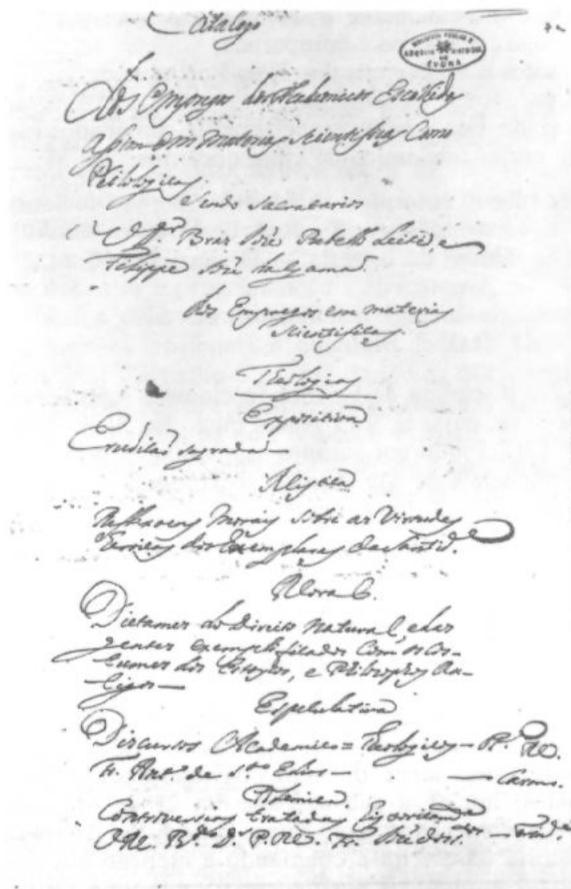
Um corpo docente impressionante, já leccionando na segunda sessão da Academia, em 6 de Maio de 1742, quando as aulas começaram, Diogo Rangel de Macedo, que discursou sobre «o modo de fazer história» e de Francisco de Sousa Almada sobre a arte poética.

(BNL COD. 8066).

2. A Academia Portuguesa

Da Academia Portuguesa conhecemos grande número de mestres, convidados pelo conde de Eriçeira, entre os quais Francisco Leitão Ferreira para a cadeira da Arte Simbólica. As disciplinas ministradas são variadas:

- Os vícios da eloquência;
 matemáticas pertencentes a cavaleiros;
 paradoxos académicos;
 as mulheres ilustres;
 os varões ilustres;
 a política;
 a mitologia;
 a filosofia natural — pelo cosmógrafo-mor Manuel Pimentel;
 a história;
 a poesia lírica;
 a ética dos modernos;



Página do catálogo das matérias científicas em que se discriminam os vários ramos da Teologia: expositiva, mística moral, especulativa e polémica.

o estilo elogíaco e a arte das inscrições;
lógica moderna e comparada;
ditos e apotegmas dos Reis Portugueses;
paradoxos matemáticos;
e ainda, por mestres especialmente convidados fora
do corpo académico de vinte docentes:

a filosofia moral — D. Manuel Caetano de Sousa;
a dendrologia — D. José Barbosa;
as fábulas da história — D. Jerónimo Contador
de Argote;
as excelências e documentos do sábio cristão —
D. Rafael Bluteau.

Na disciplina de Política leccionava João Soares
da Silva, cujas lições tiveram início em 21 de Julho
de 1718, tendo por assunto as qualidades principais
e essenciais de um príncipe perfeito e os sete es-
tados ou espécies de governo político.

(BGUC COD. 176).

3. A Academia dos Aplicados

Do mestre de Ortografia da Academia Portu-
guesa, José Freire de Monterroio Mascarenhas,
existem ainda algumas lições dadas, na mesma ca-
deira, na Academia dos Aplicados, onde o ortó-
grafo (mais tarde também convidado pelos Esco-
lhidos) iniciou a sua carreira em 27 de Maio de
1724, começando com uma introdução sobre a
história da escrita e chamando a atenção aos pri-
meiros gramáticos portugueses. Segue uma justifi-
cação do esquema das lições planeadas, discorrendo
na primeira sessão sobre a natureza da ortografia,
na segunda sobre a antiguidade e intenção das le-
tras, na terceira sobre o número das letras e sua
divisão, dando, na quarta, princípio ao estudo de
cada letra do alfabeto separadamente.

A Academia dos Aplicados tinha, ao menos,
mais três cadeiras a funcionar: a de História com
Diogo Rangel de Macedo, a de Oratória com Luís
de Abreu de Freitas, e a de Poesia com Paulo No-
gueira de Andrade.

(BGUC COD 176 e 138 resp.).

A ACADEMIA DOS GENEROSOS

1. Uma Justificação

As primeiras lições académicas de que possuímos
textos são as dos mestres das «primeiras e segundas
lições da Academia de António Álvares da Cunha»
do arquivo da biblioteca do Congresso (EUA), ma-
nuscritos que datam dos meados do século XVII.

Na primeira lição da série que trata da «doutri-
na de Aristóteles sobre o céu e coisas celestes»
explica o orador que lhe «embaraçam três grandes
dificuldades», uma da sua parte (a estreiteza do
seu engenho), outra da parte da matéria (falta de
conceitos para explicar a matéria) e outra da parte
dos ouvintes:

«Dirão que estas matérias científicas não são
para este lugar, nem acomodadas ao grémio
deste congresso, que lá tem Apolo suas herda-
des rústicas onde plante pomares e colha frutas
das ciências, que neste jardim urbano só se de-
vem plantar flores e árvores silvestres e estéreis
que recreem os ânimos com a frescura e com a
amenidade. Confesso que estas razões me obri-
gariam a mudar de assunto se não tiver da mi-
nha parte a Urânia uma das Musas.

Uraniae caelimones serutatur et astra (Virgílio),
cujo ofício é investigar os movimentos do céu
e a natureza dos astros. É possível que há de ser
admitido Clio presidente da história, Polímnia
da retórica, as outras de várias espécies da poé-
tica, somente Urânia protectora da astronomia
há de ser excluída da companhia de Apolo? Pe-
cariam certamente contra a urbanidade os cor-
tesãos do Parnasso se negassem as suas atenções
a uma Musa de tanto porte.

Mas deixadas satisfações já que havemos de ex-
por a doutrina astronómica, digamos breve-
mente os encómios da astronomia»;

começando as suas lições com a explicação da dou-
trina aristotélica e uma discussão de outras teorias
da oposição.

2. Os Mestres

A Academia dos Generosos teve mestres em todas as fases consecutivas da sua actividade (de 1647 até cerca de 1723, com várias interrupções e com nomes diferentes*), como, por exemplo:

Na época de Outubro 1660 a Abril de 1661 (ano académico)

- D. João de Albuquerque — para explicar Tácito;
- André de Cristo — a poética de Aristóteles;
- Dr. Gaspar de Neri — a geografia;
- Luís Serrão Pimentel — a arquitectura militar, «conservação da Pátria»;

de Outubro de 1661 a Abril 1662

- João Nunes da Cunha — lição de Tasso;
- André de Cristo — a poética de Aristóteles;
- António de Sousa de Macedo — a política — Justo Lípio;
- Francisco Correia de Lacerda — fortificações;

é neste ano académico, num discurso de 10 de Dezembro de 1661, que se fala dos 24 lentes anteriores que honraram a Academia com as suas eruditas dissertações.

No período 1685-1686 leccionava António Rodrigues da Costa na lição de Tácito e Inácio da Silva de Vasconcelos estava encarregado com as lições de Camões, iniciando as suas explicações em 6 de Janeiro de 1686, levantando o seu discurso sobre o de Manuel de Faria e Sousa «em defesa do grande poema camoniano».

Variadíssimos são os discursos de mestres generosos que chegaram até nós: lições de Camões, explicação do significado das cores, lição das matronas ilustres, lições morais, etc.

* «Academia», «Academia dos Generosos», «Conferências Eruditas», «Academia Portuguesa».

AS OUTRAS ACADEMIAS

Como mostrámos, não é excepção de encontrar mestres nas academias literárias, pelo contrário, é mais raro não haver notícia da sua presença nas agremiações. Já informámos sobre as Academias dos Anónimos, dos Aplicados, dos Escolhidos, dos Estudiosos, dos Generosos, da Academia Portuguesa, e podemos completar a lista das associações com docentes e programas educativos com a Academia dos Abandonados, a dos Ilustrados, onde dois mestres leccionaram em duas cadeiras cada: Manuel de Carvalho e Ataíde dando as disciplinas de História Política e de Hieróglifos, e Luís de Abreu de Freitas as de Política e Poética, discursando na primeira sobre a Cronologia e na segunda analisando a Ulisseia de Gabriel Pereira de Castro; e com as dos Ocultos, dos Engenhosos Bracarenses, dos Laureados, dos Scalabitanos (duas das três academias deste nome tiveram mestres), a Academia Instantânea, a Portuguesa e Latina com António Félix Mendes em funções de secretário e mestre de Gramática.

1. As Academias Escolares

Além das sociedades particulares existiam as academias escolares, organizadas pelos professores das cadeiras de Artes e Letras, como a Academia Conimbricense, a Eborense (século XVII) e a Retórico-Poética de Évora (século XVIII), a Retórica do Colégio de S. Antão da Campanha de Jesus, a Academia dos Estudantes do Real Mosteiro de Belém, etc., nas quais os alunos das classes de Poética, de Retórica, de Eloquência e de História aperfeiçoavam os seus trabalhos em exercícios académicos, combinando o estudo teórico com a prática de orar em público e recitar poemas da sua própria autoria em sessões escolares públicas, organizadas com certa regularidade.

2. As Academias Exclusivamente Literárias

A Academia exclusivamente literária, sem menção de nomeação de mestres, parece ser uma instituição mais rara do que o grémio com função educativa. Academias literárias consideramos as sem prova documental de aulas teóricas, como é o caso das Academias dos Particulares, dos Problemáticos, dos Remontados, dos Singulares, dos Únicos, dos Unidos, dos Vimaranenses e de uma das três Academias Scalabitanas, mas há índices de a Academia puramente literária ser caso excepcional ou de carácter diferente, provando-se sociedades instituídas para determinado fim, que explica a falta de docentes em matérias das artes e belas-lettras.

3. As Academias Teológicas

3.1 A Academia Eclesiástica de Beja descreve nos seus estatutos o fim da sua fundação: Preservar a Diocese dos erros das doutrinas que se espalham em Europa (sobretudo na França); zelar sobre a observância da disciplina e repetir as conferências eclesiásticas; dar todos os provimentos que forem necessários em tudo quanto respeite a religião, a doutrina, a disciplina, os bons costumes.

3.2 A Academia dos Sagrados Concílios (do monsenhor Firrão, núncio apostólico) dedicou-se ao estudo da história e cânones sagrados, tratando em cada sessão de um dos Concílios Ecumênicos.

3.3 A Academia Litúrgica Pontifícia em que se discursou, alternadamente, sobre assuntos da liturgia e da história eclesiástica.

4. As Academias de Louvor

4.1 A Academia Mariana, outra academia religiosa, fundada para exercícios de adoração da Virgem Maria e de investigação de assuntos referentes ao culto mariano;

4.2 A Academia dos Obsequiosos, que unicamente reuniam para celebrar acontecimentos relacionados com a Casa Real.

5. As Academias Satíricas, como a dos Estremosos e a dos Fleugmáticos, os Pasquinos de Portugal;

6. As Academias de História, que representam um outro tipo de grémios literários, dedicando-se exclusivamente à elaboração de trabalhos de investigação histórica, como o bem conhecido Academia Real e a Academia de História Scalabitana, várias também com sessões de ensino e estudo, mas não fora do âmbito da investigação específica da instituição.

OS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

Outro aspecto pouco focado em relação às Academias é a realização de (grandes) projectos.

1. A Academia Eclesiástica planeou e organizou a Biblioteca Pacense de mais de nove mil volumes e realizou trabalhos para um dicionário de homens ilustres da diocese de Beja, convidando para tal projecto pessoas especializadas não pertencentes ao clero. Nas actas das reuniões lemos:

(BPADE COD. CXXIX/1-12).

«Sessão 8.^a — 24 de Setembro de 1793 — Revisão da lista das composições inéditas ou já publicadas mas úteis, raras e raríssimas, das quais se comporá a Biblioteca Pacense.

Sessão 15.^a — (nas actas a 19.^a, por lapso saltaram da 11.^a de 15/10, para 16.^a em 22/10) 12 de Novembro — Continuou-se a lista dos opúsculos para a biblioteca e discussão das matérias da obra.

Sessão 17.^a (= «21.^a») de 26 de Novembro — Discussão sobre o 'Dicionário das Pessoas Ilustres da Diocese', continuação do exame de opúsculos para a biblioteca, etc., etc.»

José Silvestre Ribeiro no manuscrito intitulado «Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas» (BNL COD. 8748) no capítulo sobre «bibliotecas às quais estão ligados o nome, ilustração e largueza do ânimo do grande Cenáculo» lê-se «No diocese de Beja deixou uma biblioteca completa e própria para os estudos eclesiásticos que ali fundara. Esta livraria contava de cerca de nove mil volumes.» e Manuel do Cenáculo Vilas Boas, bispo de Beja, é o «Frei Manuel», fundador da Academia Eclesiástica.

«Sessão de 17 de Dezembro — Continuação distribuição varões ilustres, assistiu o Ilmo. Diogo de Melo por nos fazer honra com a sua assistência e por ser um dos membros extraordinários para o dito dicionário.

Sessão de 7 de Janeiro de 1794 — Resposta do Dr. José Ignácio da Rocha Peniz, trabalhar no Dicionário.»

2. A Academia Portuguesa (a segunda academia deste nome, não a do conde da Ericeira) elaborou estatutos em que se declara, explicitamente, que os sócios não seriam encarregados com a tarefa de produzir obras poéticas, senão para determinados acontecimentos especificamente mencionados, e preparou o plano para um dicionário, esquema que, mais tarde, foi utilizado pelo grupo que trabalhou na composição do dicionário da Academia das Ciências.

«Estatutos da Academia Portuguesa — Cap. 1.º, Est. 1.º — O fim que a Academia em seu estabelecimento se propõe é o bom uso e pureza da linguagem portuguesa, é este o objecto a que os Académicos devem dirigir os seus estudos e fadigas. Os meios mais próprios e eficazes que tem adoptado para consegui-lo, é a composição de um dicionário em que só se contenham os termos puramente portugueses...»

e junta aos estatutos encontra-se uma «Planta para Se Formar um Dicionário da Língua Portu-

guesa» de que a planta, com o mesmo título, da Academia das Ciências é uma versão algo alterada, mas com extensos trechos idênticos.

3. As Conferências (Discretas e) Eruditas.

Um outro dicionário académico é o famoso Vocabulário de D. Rafael Bluteau, obra que resultou de trabalhos realizados para e discutidos em reuniões dos membros que participaram nas Conferências ericeirianas

«Oratorio Requerimento de Palavras Portuguesas, Agravadas, Desconfiadas e Pretendentes... apresentado no Tribunal de Letras, erigido no ano 1696 na Biblioteca do Conde de Ericeira...»

Discutiram-se nas assembleias as palavras portuguesas que D. Rafael Bluteau

«achou duvidosas para o Vocabulário que doutamente compôs da língua portuguesa; dão-se numa conferência para resolver-se em outra; vota-se sem preferência, e cada um defende a sua razão, e se assenta pelo maior número de votos, que regula o Secretário.»

CONCLUSÃO

A grande percentagem de academias com função educativa, no total das academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII até à data encontradas, faz crer que se trata de uma instituição dentro da tradição clássica de «jardim... onde funcionava a escola» em que o exercício é «exercício, prática» e o progresso «marcha em frente». Se for assim, julgamos que o papel destes grêmios na sociedade seis e setecentista deva ser reconsiderado e os textos analisados na perspectiva da sua elaboração, separando os poetas dos versistas e juntando aos exercícios as dissertações teóricas, fazendo justiça às academias literárias portuguesas tão severamente criticadas pelos nossos

antepassados e contemporâneos. Compreendemos o desespero do conde da Ericeira no fim da sua vida:

Vi que o favor da Corte era vaidade,
achei no amor desdeno, sustos e enganos,
gastei no estudo a vista, o gosto e os anos
encontrei inconstâncias na amizade.
Astúcias me ofenderam a bondade,
e o benefício ingratidões e danos,
teve o valor por prémio desenganos,
o conselho queixosos da verdade.
Julgou-se a cortesia abatimento,
chamaram lisonja ao que era agrado,
dicipou-se no gasto o luzimento.
Cortou-me a enveja o espírito elevado,
não sei se me ficou o entendimento
só para conhecer-me desgraçado.

BIBLIOGRAFIA

Progressos Académicos dos Anónimos de Lisboa, Oficina de Joseph Lopes Ferreira, Lisboa, 1718.

Cavaleiro d'Oliveira, Francisco Xavier — *Memoires Historiques, Politiques et Litteraires Concernant Portugal*, La Haye, 1743.

Bluteau, Rafael — *Prosas Portuguesas Recitadas em Diferentes Congressos Académicos*, Lisboa, 1729.

Conceição, Fr. Claudio da — *Gabinete Histórico*, Lisboa, 1820.

Abreviaturas: BNL — Biblioteca Nacional de Lisboa; BGUC — Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; BPADE — Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.



António Sérgio: dois artigos publicados na Alemanha

por Carlos Martins *

Entre os raros textos de autores portugueses incluídos em publicações alemãs na década de 20, contam-se dois trabalhos de Sérgio: o «Bosquejo da História de Portugal», que veio traduzido na revista Iberica, e «As duas políticas nacionais», que apareceu na Europeia.

* Jornalista em Colónia, correspondente de imprensa em Bona.

O professor Oliveira Marques veio à República Federal da Alemanha em 1983, ano do centenário do nascimento de António Sérgio, pronunciar sobre ele uma conferência a convite do Instituto de Estudos Ibero-Americanos da Universidade de Colónia. Entrevistei-o nessa altura para o programa português da Rádio Voz da Alemanha — Deutsche Welle. E ele referiu que se sabia da existência de artigos de Sérgio em revistas alemãs dos anos 20 — mas que se desconheciam os nomes destas e as datas exactas. Prometi-lhe então que ia fazer uma pesquisa nesse sentido.

A completíssima Bibliografia de António Sérgio organizada e publicada por A. Campos Matos na Revista de História das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra — Número especial do 1.º Centenário de António Sérgio, revelava-se afinal como incompleta, uma vez que não citava as tais revistas.

A minha curiosidade inicial esbarrou logo no facto de nessa década ter havido no espaço cultural alemão (portanto Alemanha, Suíça alemã e Áustria) para cima de 2300 revistas e jornais periódicos. Mais concretamente: em 1924 havia 2342. Tentar encontrar determinados artigos neste Himalaia de papel impresso apareceu-me como procurar agulha em palheiro. Além disso, os bombardeamentos da 2.ª Grande Guerra reduziram a escombros e cinzas praticamente todas as grandes cidades alemãs — e portanto afectaram também as universidades e bibliotecas. Isso fez com que seja raro encontrar num sítio uma colecção completa de determinada revista. Resumindo: a tarefa parecia tão fácil como tentar unir a esquerda em Portugal.

Eu não contara porém com o espírito de organização alemão, que se traduz entre outras coisas na mania mansa das estatísticas e da catalogação. Descubri que existe desde o princípio do século uma obra monumental conhecida por «Dietrich» que é um instrumento diário de trabalho para qualquer investigador. De que se trata? «Apenas» dum catálogo publicado anualmente e onde vêm compilados em dois índices (temático e de autores)

todos (!) os artigos publicados nesse ano no tal espaço cultural alemão. Se não fora o velho Dietrich, temo que os artigos de Sérgio ficassem para sempre sepultados sob toneladas de erudição.

Mergulhei por isso no labirinto de temas e tive o prazer de sentir o arrepio de quem descobre alguma coisa ao tropeçar por duas vezes no nome de Sérgio. O primeiro texto chama-se «Resumo da História Portuguesa» (Abriss der portugiesischen Geschichte) e foi publicado na «Iberica» — revista de informação sobre Portugal e Espanha, em 1924, em Hamburgo. O texto saiu em cinco números desta revista: Abril, Maio-Agosto, Setembro, Outubro-Novembro — sendo concluído no número de Dezembro de 1924 - Janeiro de 1925. O segundo texto tem o título «A Situação Política em Portugal» (Die politische Lage in Portugal) e foi publicado na Revista Europeia (Europäische Revue) — 1.º volume, em 1925, em Leipzig, hoje na República Democrática Alemã. Outros artigos de Sérgio em alemão nas décadas de 20, 30 ou 40 não regista o «Dietrich» — o que, creio, chega para dissipar dúvidas.

A Revista Iberica era a continuação duma outra chamada «Espanha» igualmente publicada pelo Ibero-amerikanisches Institut da Universidade de Hamburgo, que fora fundado em 1917. Já então alguém se dera conta de que Portugal não era uma província de Espanha — evidência que entretanto ainda não chegou ao conhecimento de todos os alemães, como eu próprio pude verificar numa sondagem de rua, recente, que fiz para a rádio aqui em Colónia, junto de 200 pessoas: cerca de 25% não sabiam de todo onde fica Portugal ou responderam simplesmente «fica em Espanha».

Escrevi então ao director daquele Instituto, perguntando se não teria havido correspondência trocada em 1923 ou 24 entre Sérgio e os responsáveis da revista. E pouco tempo depois tive o prazer de receber uma carta do Professor Dr. Wilhelm Giese que fora o tradutor no já distante ano de 1924 do texto de António Sérgio para alemão. Conta ele que o então director da «Iberica», Dr. Schädel,

fizera uma viagem a Portugal e se encontrara com o ministro da Instrução Pública que era exactamente Sérgio (esteve no Governo apenas 72 dias, de 18-12-1923 a 28-2-1924). António Sérgio ofereceu-lhe na altura uma publicação sua, autorizando a publicação naquela revista. Mais tarde, o mesmo Instituto editou o texto em separata com o mesmo título (1). Na edição da «História de Portugal» de Sérgio, pela Livraria Portugália, em 1941, refere-se que existe uma tradução inglesa e outra alemã do mesmo texto.

Na sua carta, o professor Giese, que já deve ter passado há muito a casa dos 80, acrescenta que desconhece outras obras de Sérgio editadas na Alemanha. Facto compreensível, uma vez que Hamburgo fica relativamente longe de Leipzig, onde seria publicado no ano seguinte o outro artigo.

O Bosquejo

O primeiro texto publicado pela revista «Iberica» é a tradução (com subtítulos, provavelmente, da responsabilidade do tradutor, para facilitar a leitura) do «Bosquejo da História de Portugal» redigido para o 1.º Volume do Guia de Portugal de Raul Proença, actualmente em reedição (2), mas que acabaria por ser publicado primeiramente em 1923 pela Biblioteca Nacional, cujo director era Jaime Cortesão — aliás um êxito editorial, pois logo no mesmo ano se fez uma segunda edição. O «Guia» só viria a ser publicado no ano seguinte — exactamente o mesmo em que a «Iberica» o incluía no seu primeiro número.

O texto alemão foi portanto traduzido não do «Guia» mas daquela primeira edição que difere do texto do «Guia» como o próprio Sérgio conta no prefácio da obra: «Verificou-se que o meu ensaio era ainda assim demasiado longo e filosófico: e viu-se obrigado Raul Proença a reduzi-lo com grandes cortes. Ora, sucedeu que esses cortes eliminaram algumas partes que eu supunha de al-



A revista «Ibérica» era a continuação duma outra chamada «Espanha», igualmente publicada pelo Instituto Ibero-Americano da Universidade de Hamburgo, que fora fundado em 1917.

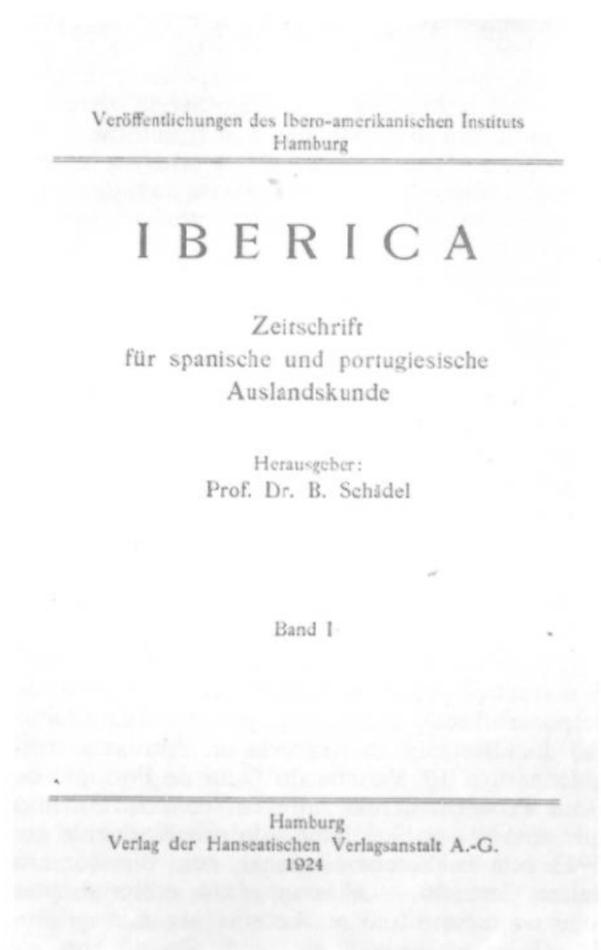
gum interesse, pela minha maneira de conceber a história, se bem que deslocadas, com efeito, nas páginas do «Guia»; e por isso pedi licença para publicar em separata todo o discurso que tracejára, com as partes que se expungiram» (3).

Logo em 1928 foi publicada em Lisboa uma tradução deste «Bosquejo» para inglês com o título «A sketch of the History of Portugal» — em edição da «Seara Nova» e numa tradução do Dr. Constantino dos Santos (4).

Num cotejo do original português com a tradução alemã verifica-se que esta última é excelente e fiel. O tradutor inclui uma ou outra nota breve para orientar o leitor alemão — remetendo por exemplo para «Os Lusíadas» quando Sérgio fala do Velho do Restelo, situando o Preste João das Índias na «Abissínia», ou explicando que a légua portuguesa equivale a 5/6 da milha alemã (deutsche Meile) e a arroba a 14,5 Kg.

Os anos de 1923/24 foram para Sérgio de intensa actividade. Acabado de entrar para o corpo directivo da Seara Nova, profere conferências na Sociedade de Geografia, publica textos sobre os mais variados assuntos e autores (por exemplo Oliveira Martins, D. Sebastião, a Política de Camões, etc.), escreve contos infantis, colabora em diversas revistas como a «Lusitania», a que voltaremos mais à frente, e naturalmente na «Seara Nova» onde se multiplica e revela a variedade dos seus interesses. Organiza ainda uma antologia dos economistas portugueses. E sobre tudo isto aceita a pasta de Ministro da Instrução Pública a convite de Álvaro de Castro, presidente do Ministério e depois de Jaime Cortesão a ter recusado.

Apesar da sua passagem meteórica pelo poder, deixa rasto duradouro, pois a ele se ficou a dever a criação do Instituto Português de Oncologia e da Junta de Orientação dos Estudos. Sérgio acabaria por sair do Ministério juntamente com outro «seareiro» — Mário de Azevedo Gomes, por causa da demissão do ministro da Guerra, major Ribeiro de Carvalho, que não era aliás membro da Seara Nova, mas fora indicado pelo grupo para aquela



Frontispício do número da «Ibérica» em que é publicado um dos trabalhos de Sérgio.

pasta. Álvaro de Castro de resto também não ficaria muito mais tempo à frente do Governo. que abandonou a 6 de Julho do mesmo ano, 1924.

Se o clima político em Portugal era de crónica instabilidade (entre 1911 e 26 houve 8 presidentes,

PUBLICAÇÕES DA BIBLIOTECA NACIONAL

BOSQUEJO DA HISTÓRIA

DE

PORTUGAL

POR

Antonio Sergio

H
11023

85-585

3.ª Edição

LISBOA
Officinas Gráficas da Biblioteca Nacional
1923

seinen „Arte de Navegar“, zwei grundlegende Werke für Westindienfahrer. Gerade das letzte fand solchen Anklang, daß es ins Italienische, Französische, Flämische und Englische übertragen wurde. 1551 kam in Sevilla der „Breve compendio de la Esfera y del Arte de Navegar“ heraus, den die am Rußlandhandel beteiligte Kompagnie der Merchant Adventurers auf ihre Kosten in London übersetzen ließ. Martín Cortés erforschte zum ersten Mal die Abweichungen der Magnetnadel. Diese und ähnliche wissenschaftliche Veröffentlichungen erfüllen das ganze XVI. Jahrhundert und beweisen klarer als alles andere die geistige Einstellung und kulturelle Befähigung Spaniens zu seinem großen Entdeckerwerk.

Kann es angesichts dieser Tatsachen von tieferem Belang sein, sich in fruchtlose Spekulationen darüber zu ergehen, ob die Person des einen Entdeckers aus Spanien oder aus Italien stammte?

Abriß der portugiesischen Geschichte

Von Antonio Sergio¹⁾.

Die Schriftleitung der Zeitschrift „Iberica“ gibt ihrer Freude darüber Ausdruck, in dem nachfolgenden Beitrag des Herrn Unterrichtsministers von Portugal dem deutschen Leser eine Wegweisung durch die geschichtliche Entwicklung des Landes bieten zu können.

Entwicklung des Mutterlandes.

Prähistorische Zeit und Altertum.

Man findet im Ethnologischen Museum, in der Akademie der Wissenschaften, im anthropologischen Saal des Geologischen Dienstes in Lissabon und in vielen archäologischen Sammlungen der Provinz Denkmäler des prähistorischen Menschen, die mit den Faustkeilen des Cheléen und Acheuléen anfangen. Die reichsten paleolithischen Fundstätten liegen in der Umgebung von Lissabon (Zeit der Spaltstücke), z. B. diejenigen von Casal do Monte in der Nähe von Póvas de Santo Adrião (9 km n. n. ö. Lissabon), Serra do Monsanto, Mealhada, die von Neri Delgado trefflich untersuchte Furninhöhle sowie die Kjökkenmøddinger von Mugem (Übergang vom Spaltstück zum polierten Stein), die 200 Skelette aus dem Quartär von einer affenähnlichen, vielleicht australoiden Rasse zu Tage förderten. Das Klima dieser Gegend dürfte während der größten Zeit des Quartärs ziemlich warm gewesen sein, weshalb sich auch die Fundstätten im allgemeinen im Freien befinden. Die sonderbarsten Behausungen sind Reste von hochgelegenen Siedlungen, die als castros, citáncias, cidades, cidadelhes, crestins usw. bezeichnet werden. Fast in allen hat man Ueberreste gefunden, die jünger sind als die jüngere Steinzeit, was jedoch nicht beweist, daß diese Siedlungen nicht auch schon vorher bestanden

¹⁾ Aus dem Portugiesischen übersetzt von W. Giese.

44 governos e 20 revoluções ou golpes de Estado), na Alemanha passava-se o mesmo. A fase que se seguiu à derrota na 1.ª Grande Guerra e à queda do Império Alemão (que durara apenas 47 anos) foi marcada por revoltas constantes, pelo surgir de tendências separatistas, por exemplo na Renâ-

nia e no Palatinado, e por crises políticas. Os Alemães faziam dolorosamente a aprendizagem da democracia que lhes fora imposta de fora. Os vencedores desarmaram o país e, pelo Tratado de Versalhes (1920), roubaram-lhe alguns territórios na Europa e todas as colónias.

Em 1922 começa a forte inflação que iria explodir no ano seguinte no delírio da desvalorização. Em Janeiro de 1923 um dólar valia 18 000 marcos. — e em 22 de Outubro do mesmo ano valia já 40 biliões. O desemprego sobe também em flecha e atinge 2 500 000 pessoas em Novembro de 23. Esse ano fica ainda marcado pela primeira aparição pública de Hitler, com uma tentativa falhada de golpe de Estado em Munique que iria provocar a proibição do seu partido nacional-socialista e ainda do partido comunista.

Pouco tempo antes, em Outubro de 22, Mussolini fizera a sua Marcha sobre Roma que ficou a assinalar o início do assalto ao poder pelos fascistas italianos. Em 1924 o Governo alemão é obrigado na Conferência de Londres (Agosto) a aceitar o Plano Dawes com que os Europeus se propunham pagar as suas dívidas aos EUA, contraídas na guerra. Os Alemães tinham sido condenados a pagar pesadíssimas reparações de guerra: até 27/28 tinham de pagar entre 1 e 1,75 biliões de marcos por ano; e a partir de Setembro de 28, passariam a pagar 2,5 biliões por ano.

Entretanto a Alemanha, além de perder os territórios que referimos (Alsácia, Lorena), é obrigada a comprometer-se a nunca mais pôr em causa o traçado da fronteira com a Polónia e tem de aceitar a desmilitarização e a ocupação da bacia do Ruhr por tropas francesas. Uma vez consumadas todas as estas humilhações, que seriam afinal a causa remota da 2.ª Guerra Mundial, a Alemanha é então aceite na Sociedade das Nações em Setembro de 26.

As duas políticas nacionais

O segundo texto de Sérgio publicado na Alemanha (muito mais curto do que o primeiro) começa exactamente pela frase «Quem quiser compreender a crise que Portugal está a atravessar...» Este artigo foi incluído no 1.º número da Revista Europeia (Europäische Revue) publicado, como



disse atrás, em 1925, em Leipzig. Mais tarde, a partir de Abril de 1927, esta revista passou a publicar-se em Berlim. Era seu editor um jurista austríaco, Karl Anton Rohan, que se interessava por Portugal (escreveu vários artigos que adiante referirei) e tinha fundado em 1924 em Paris a

AS DUAS POLÍTICAS NACIONAIS

DUARTE Ribeiro de Macedo, no seu *Discurso sobre a introdução das artes neste reino*, de 1675, escreve o seguinte: «há entre nós muitos ociosos só por não terem em que trabalhar, e que poderão por isso responder, a quem lhes condenar a ociosidade, como os obreiros do Evangelho: nemo nos conduxit...»

Nemo nos conduxit... Não há ninguém que nos contrate; ninguém nos leva a nossa obra; ninguém nos mostra a nossa faina; ninguém combina o nosso esforço; ninguém emprega os nossos braços!

Quere dizer: a ociosidade de grande parte de população de Portugal, com as consequências que de aí resultam: o atraso do país; a mórbida emigração; o excesso de funcionalismo; o banditismo na política; os motins e as revoluções, — promana toda duma origem: não se abrirem aos Portugueses suficientes campos de actividade, em que eles empreguem o seu vigor.

Sem dúvida, se os Portugueses fôsem grei de formação *particularista*, como a gente anglo-saxónica, afeitos à ideia da iniciativa e de só contarem consigo próprios, sem nada pedir à comunidade — à família, ao clan, ou ao Estado-providência; absorvendo-se na vida privada e desambiciosos da vida pública; amando muito as *funções usuais* (a agricultura, a indústria, a mercancia) e muito pouco as *funções liberais* (a advocacia, a milícia, a medicina, o funcionalismo); desadorando as lutas políticas e adorando as do trabalho: se fôsemos particularistas, digo, não precisaríamos de exclamar, como quere Ribeiro de Macedo: nemo nos conduxit... O povo por si próprio inventaria a sua faina; por si mesmo descobriria as suas fontes de actividade.

Conferência feita na Sociedade da Geografia a 14 de Janeiro de 1925.

63

DIE POLITISCHE LAGE IN PORTUGAL

VON

ANTONIO SERGIO

Wer die Entwicklungskrise verstehen will, die Portugal durchzumachen hat, wird sich daran erinnern müssen, daß es den Portugiesen im 15. und 16. Jahrhundert verhängt war, eine ungeheure Expansionsarbeit durchzuführen, ehe sie die Kolonisation ihres eigenen Vaterlandes hatten vollenden können, also ehe Portugal konsolidiert war, das sie doch eben erst den Mauren entrissen hatten. Hieraus erklärt sich, daß in Portugal seit dem 15. Jahrhundert zwei politische Doktrinen einander die Wage halten: die eine fordert den Vorrang der Landwirtschaft und Industrie im engeren Heimatlande vor jeder wirtschaftlichen Tätigkeit im Kolonialreich, während die andere Doktrin die größere Wichtigkeit des Umsatzes und der Steigerung des Handels mit überseeischen Gütern betont.

Der ersten Doktrin entsprach vor allem die Pflege unseres europäischen Landbesitzes, die Ausnutzung seiner Bodenschätze, das Streben nach gleichmäßiger Verteilung der Bevölkerung im europäischen Stammland — kurz, die Weiterführung der Politik unserer Könige des 12. und 13. Jahrhunderts. Freilich schien den Anhängern der andern Schule diese Politik zu bescheiden, zu ängstlich, sie meinten durch rasche Ausgestaltung des See- und Kolonialwesens mit einem Schlag das Land zur Blüte zu bringen. Man könnte die erste Richtung die „Politik der inneren Festigung“, die zweite die „Politik des Handelsgeistes“ nennen.

Hier muß betont werden, daß jene Politik der inneren Festigung keineswegs exklusiv zu verstehen ist; sie verlangt nicht, daß Portugal Seegeltung und koloniale Betätigung aufgäbe, doch kann sie eine gesunde, geregelte Entwicklung von Außenhandel, Kolonial- und Seewesen für uns

nur dann sehen, wenn wir zu gleicher Zeit die wirtschaftlichen und völkischen Grundpfeiler in der älteren Heimat verstärken. Demnach soll die expansive Tätigkeit gleichsam erst aus dem Kraftbereich des wachsenden Organismus herrorgehen, nicht etwa in seiner Blutarmut begründet sein.

Tatsache bleibt, daß wir es im 15. Jahrhundert auf uns genommen haben, das europäische Problem des unmittelbaren Handelsverkehrs mit Indien zu lösen. Damit hatte die „Politik des Handelsgeistes“ den Sieg davongetragen und fortan standen die Stützen des Staates nicht in Europa, sondern in den Kolonien. Heimische Landwirtschaft und Industrie sanken von ihrer Höhe herab, die europäischen Portugiesen dankten all ihren Reichtum dem Kolonialfluß. Auf dem Gebiete des Handels folgten der orientalischen Ware die Produkte aus Brasilien (Zucker, Tabak, Hölzer usw.); nur durch sie konnte Portugal leben, und dieses Leben wurde reich und reicher, als zu Beginn des 18. Jahrhunderts in Brasilien auch Gold und Diamanten gefunden wurden.

Die Kolonien hatten selbstverständlich keinerlei Handelsfreiheit, der Verkehr mit dem Ausland vollzog sich durch die Vermittlung der Hauptstadt, Lissabon war durch Brasilien sehr reich geworden; Umsatzen wurden ausgegeben, aber Brot und Kleider mußten im Ausland gekauft werden. Der Staat, der Adel und die Klöster gabst Ungesättigten Nahrung. Alles schien auf beste zu gedeihen; doch werden wir sogleich sehen, wie weit dieses System von den Grundbedingungen gesunden sozialen Lebens entfernt war.

Im Jahre 1822 wurde Brasilien ein unabhängiger Staat. Dies hatte zur Folge, daß Portugal seine wirtschaftliche Struktur

162

«Quem quiser compreender a crise que Portugal está a atravessar...» — assim começa o artigo cuja tradução veio publicada na «Revista Europeia».

«Fédération Internationale des Unions Intellectuelles».

A lista dos colaboradores desta revista parece o *Who's who* da «inteligência» europeia de então, com nomes como Thomas Mann, Rainer Maria Rilke, Stefan Zweig, Hugo von Hofmannsthal,

Ortega y Gasset, Pirandello, Paul Valéry, Rabin-dranah Tagore e — uma honra para o «jardim da beira-mar esquecido» — António Sérgio.

O primeiro número desta «Revista Europeia», com temas duma flagrante actualidade, abre com um prefácio do editor, onde ele afirma que se pre-

tende «tornar consciente a unidade intelectual da Europa. Fazer protestos de irmandade sentimental não é o nosso programa». Um dos primeiros artigos tinha o título profético «Os Estados Unidos da Europa» e era assinado pelo político antifascista italiano Francesco Nitti. Ou seja: a ideia da união europeia vem de longe e não nasceu depois da guerra, como se poderia pensar, com Robert Schumann.

Quanto ao artigo de António Sérgio no primeiro número desta revista, trata-se do resumo (provavelmente feito pelo próprio autor) duma conferência pronunciada na Sociedade de Geografia em 14 de Janeiro de 1925 e subordinada ao tema «As Duas Políticas Nacionais». O texto desta conferência era publicado entretanto em Lisboa no número de Outubro de 1925 na revista «Lusitania — Revista de Estudos Portugueses» dirigida por Carolina Michaëlis de Vasconcelos — uma revista que teve vida efémera (de 1924 a 27) com apenas 10 números publicados (5).

Nessa conferência, Sérgio desenvolvia o tema das duas políticas ou dois pensamentos políticos nacionais que ele via em oposição ou pelo menos em rivalidade — por um lado a teoria de que era preciso desenvolver primeiro a agricultura e a indústria na Metrópole, ou seja, dar prioridade à colonização do território europeu de Portugal; enquanto a outra teoria defendia que se devia dar prioridade à exploração comercial dos produtos do Ultramar. À primeira chamava ele a política de Fixação; e à segunda, a política do Transporte. Sérgio não deixa margem para dúvidas: ele é pela primeira.

Na nova versão para a revista alemã, Sérgio abstém-se de citar autores portugueses desconhecidos no estrangeiro como o historiador renascentista Ribeiro de Macedo, os escritores Luís Mendes de Vasconcelos, Sá de Miranda e Oliveira Martins ou o abade Severim de Faria. Trata-se pois dum artigo reescrito para os leitores alemães — e isso explica a inclusão de diversos pormenores históricos para balizar e explicar a evolução portuguesa

— o papel das colónias na economia nacional, o choque da independência do Brasil, a importância dos investimentos estrangeiros em Portugal na segunda metade do século XIX, a queda da monarquia.

Critica depois os diversos governos que se tinham sucedido desde a República, porque, cito, «não meteram ombros à resolução dos verdadeiros problemas, ou seja à exploração metódica das riquezas do solo, à colonização sistemática da metade sul de Portugal, à modernização e democratização dos Institutos de Crédito e finalmente à tarefa de educação e formação do povo. Não é pois de admirar que a desordem e os incidentes continuem».

E concluiu: «Portugal sempre foi o ponto de encontro, onde o tráfego marítimo do Sul da Europa para o Norte e do tráfego do Norte para o Sul têm de se encontrar. O sentimento nacional português surgiu primeiro nas cidades portuárias, apoiado por todos os povos da Europa; completamente voltado para o Oceano, o povo dos portugueses foi por assim dizer a testa de ponte do cosmopolitismo europeu na massa compacta da Península Ibérica. O Internacionalismo é-nos natural pois já Fernão Lopes, o nosso grande cronista do século XV chama a Lisboa a cidade das «muitas e desvairadas gentes». Também hoje, nesta hora que é decisiva para nós como para todo o mundo, estamos prontos a desempenhar a tarefa criadora da concretização do internacionalismo europeu».

Outros artigos de autores portugueses em revistas do espaço cultural alemão nestes primeiros anos da década de 20 são raros e por isso dignos de nota. Encontrei apenas dois: um conto de Virgínia de Castro e Almeida, intitulado «Dona Sylvia» e publicado igualmente na «Europäische Revue», que acima referi. Esta escritora, nascida em 1874, viveu em França e na Suíça, tendo deixado uma vasta obra de autora e tradutora. É possível que tenha conhecido pessoalmente o editor Karl Rohan. O outro artigo, da autoria de Fidelino de Figueiredo, e publicado na Revista Ibérica, de

Hamburgo, é um estudo sobre a obra do escritor uruguaio José Enrique Rodó, que morreu em 1917 em Palermo.

Já mais numerosos são neste período os textos de autores alemães sobre Portugal. Em 24 encontrei por exemplo artigos de Brussot sobre a Literatura Portuguesa, de Hans Meyer sobre o Império Colonial Português em África, um relato duma viagem a Portugal, assinado por E. von Hoppgarten — e finalmente um texto publicado no *Vossische Zeitung* pelo nosso já conhecido Karl Anton Rohan com o título «O Rosto de Portugal».

Em 25 houve por exemplo artigos sobre a participação dos Alemães nas viagens de descoberta dos Portugueses à África e Índia (de H. Kroll), sobre as relações económicas da Alemanha com as colónias portuguesas da África Ocidental e sobre a vida da comunidade alemã no Porto.

A terminar esta pesquisa, uma citação e uma história, ambas a propósito.

Marguerite Yourcenar escreve o seguinte, numa nota ao seu livro *Memórias de Adriano*: «Nunca será demais dizer que um livro raro, esgotado, que se encontra somente nas estantes de algumas bibliotecas, ou *um artigo que saiu num número antigo de uma publicação erudita é totalmente inacessível para a imensa maioria dos leitores*. Em noventa e nove por cento dos casos, o leitor curioso de se instruir, mas com falta de tempo e de algumas pequenas técnicas familiares ao erudito pro-

fissional, mantém-se, queira ou não queira, tributário de obras de vulgarização escolhidas um pouco ao acaso, e as melhores das quais, não sendo sempre reimpressas, se tornam por sua vez difíceis de encontrar. *Aquilo a que chamamos a nossa cultura é, mais do que se julga, uma cultura de portas fechadas*».

Agora a história: em Janeiro passado, entrevistei o professor austríaco da Universidade de Graz, Georg Lind, que está a traduzir para alemão a obra completa de Fernando Pessoa, numa iniciativa duma editora suíça. O primeiro volume dessa série, *O Livro do Desassossego*, de Bernardo Soares, foi lançado no Verão passado e, para surpresa geral e dele próprio também, constituiu um êxito editorial e trepou para os primeiros lugares dos *best-sellers*. Eu, que vivo na Alemanha há já 14 anos, tive a surpresa de ouvir pela primeira vez falar dum autor português num programa cultural da televisão. Ora o professor Lind já em tempos publicara traduções de poesia de Pessoa em alemão — mas tinham passado despercebidas. Daí a pergunta que eu lhe coloquei: porquê agora este interesse súbito e enorme? E a sua explicação: «O tempo está maduro, na Alemanha, para se descobrir Fernando Pessoa».

António Sérgio é conhecido aqui, na República Federal, apenas por um grupo muito restrito de iniciados na cultura portuguesa. Não estará já maduro o tempo para o tentar «revelar» a círculos mais largos de pessoas interessadas?

(1) Sérgio, António: «Abriss der portugiesischen Geschichte». Sonderdruck aus «Iberica», Zeitschrift für spanische und portugiesische Auslandskunde. Hamburg, 1925.

(2) Introdução histórica in «Guia de Portugal» de Raul Proença 1.º Volume: Generalidades, Lisboa e arredores. Lisboa, 1924.

(3) Sérgio, António: «Bosquejo da História de Portugal» — 2.ª edição das Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1923.

(4) «A sketch of the History of Portugal» — Lisboa, Seara Nova, 1928 (tradução do Dr. Constantino dos Santos).

Matias Aires na INCM

Registo de um provimento do Provedor desta Caza da Moeda

Os do Conselho de Sua Magestade e de sua Real Fazenda em falta devedores della fazemos saber aos que este virem que nos havemos por serviço de Sua Magestade que Mathias Ayres Ramos da Silva d'Essa sirva por tempo de seis mezes o officio de Provedor da Caza da Moeda desta Corte do que foi ultimo proprietario seu pay Jorge Ramos da Silva com o qual officio haverá ordenado proes e precalços que directamente lhe pertenceram de baixo e juramento que se (fl. 32 v) ja tomou para servir nos impedimentos do dito seu pay cuja faculdade lhe foi concedida por alvara do dito senhor: porquanto pague de novos derectos des mil e trezentos reis que se carregarão ao thesoureiro Manuel Antonio Botelho de Ferreira a folha 373 do livro 4.º de sua receita como constou de hum conhecimento em forma feito pelo escrivão de seu cargo e assignado por ambos registado a folha 181 do livro 8.º do Registo Geral e solto ao assignar deste; Manuel de Matos Felgueiras do Luzo o fes em Lisboa a vinte de Dezembro de mil settecentos e quarenta e tres annos: Francisco Paes de Vasconcelos (1) o fes escrever Antonio de Andrade Rego Diogo de Mendonça Corte Real.

Despacho do Provedor

Registece Lisboa 22 de Dezembro de 1743

d'Eça

E não se continha maes em o dito provimento a que me reporto; e registado elle o entreguei a elle dito Provedor.

Lisboa 22 de Dezembro de 1743

Barros

(1) A margem: «P. por despacho do Conselho de 20 de Dezembro de 1743».

I — Critério de transcrição

- 1 — Procedemos ao desdobramento sistemático das abreviaturas.
- 2 — Separamos as palavras que haviam sido reunidas e ligamos elementos de uma mesma palavra que estavam indevidamente separados.
- 3 — A substituição de minúsculas por maiúsculas e vice-versa obedeceu ao valor semântico e à posição sintáctica. Substitui-se a maiúscula por minúscula em meio de palavra comum sem significado especial dentro do contexto.
- 4 — Substituímos *u* por *v* e *i* por *j* quando em função consonântica e, paralelamente, *v* por *u* e *j* por *i* quando em função vocálica.
- 5 — Ao *c* (fricativo) foi retirada a cedilha antes de *e* e *i* e colocada antes de *a*.

II — Pontuação

Mantivemos a pontuação do texto original, dada a inteligibilidade do mesmo.

Judite Cavaleiro Brandão

Registo de hum Provedor de Caza da Moeda

Ordo Cons. de 22 de Dezembro de 1743
Matias Ayres Ramos da Silva d'Essa
sirva por tempo de seis mezes o officio de Provedor da Caza da Moeda desta Corte do que foi ultimo proprietario seu pay Jorge Ramos da Silva com o qual officio haverá ordenado proes e precalços que directamente lhe pertenceram de baixo e juramento que se (fl. 32 v) ja tomou para servir nos impedimentos do dito seu pay cuja faculdade lhe foi concedida por alvara do dito senhor: porquanto pague de novos derectos des mil e trezentos reis que se carregarão ao thesoureiro Manuel Antonio Botelho de Ferreira a folha 373 do livro 4.º de sua receita como constou de hum conhecimento em forma feito pelo escrivão de seu cargo e assignado por ambos registado a folha 181 do livro 8.º do Registo Geral e solto ao assignar deste; Manuel de Matos Felgueiras do Luzo o fes em Lisboa a vinte de Dezembro de mil settecentos e quarenta e tres annos: Francisco Paes de Vasconcelos (1) o fes escrever Antonio de Andrade Rego Diogo de Mendonça Corte Real.

João Manoel de Souza
Registo de hum Provedor de Caza da Moeda
de 22 de Dezembro de 1743
Matias Ayres Ramos da Silva d'Essa
sirva por tempo de seis mezes o officio de Provedor da Caza da Moeda desta Corte do que foi ultimo proprietario seu pay Jorge Ramos da Silva com o qual officio haverá ordenado proes e precalços que directamente lhe pertenceram de baixo e juramento que se (fl. 32 v) ja tomou para servir nos impedimentos do dito seu pay cuja faculdade lhe foi concedida por alvara do dito senhor: porquanto pague de novos derectos des mil e trezentos reis que se carregarão ao thesoureiro Manuel Antonio Botelho de Ferreira a folha 373 do livro 4.º de sua receita como constou de hum conhecimento em forma feito pelo escrivão de seu cargo e assignado por ambos registado a folha 181 do livro 8.º do Registo Geral e solto ao assignar deste; Manuel de Matos Felgueiras do Luzo o fes em Lisboa a vinte de Dezembro de mil settecentos e quarenta e tres annos: Francisco Paes de Vasconcelos (1) o fes escrever Antonio de Andrade Rego Diogo de Mendonça Corte Real.

Despacho do Provedor

Registece Lisboa 22 de Dezembro de 1743

Matias Ayres Ramos da Silva d'Essa
sirva por tempo de seis mezes o officio de Provedor da Caza da Moeda desta Corte do que foi ultimo proprietario seu pay Jorge Ramos da Silva com o qual officio haverá ordenado proes e precalços que directamente lhe pertenceram de baixo e juramento que se (fl. 32 v) ja tomou para servir nos impedimentos do dito seu pay cuja faculdade lhe foi concedida por alvara do dito senhor: porquanto pague de novos derectos des mil e trezentos reis que se carregarão ao thesoureiro Manuel Antonio Botelho de Ferreira a folha 373 do livro 4.º de sua receita como constou de hum conhecimento em forma feito pelo escrivão de seu cargo e assignado por ambos registado a folha 181 do livro 8.º do Registo Geral e solto ao assignar deste; Manuel de Matos Felgueiras do Luzo o fes em Lisboa a vinte de Dezembro de mil settecentos e quarenta e tres annos: Francisco Paes de Vasconcelos (1) o fes escrever Antonio de Andrade Rego Diogo de Mendonça Corte Real.

Antonio de Andrade Rego Diogo de Mendonça Corte Real

PRELO

O ANO LITERÁRIO DE 1985

Os textos aqui incluídos foram elaborados no âmbito dos trabalhos do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários, ao que pertencem os respectivos autores. Todos os títulos e subtítulos são, no entanto, da responsabilidade desta revista.



Comentário sociológico Alguns indícios de recuperação

por Alberto Carvalho

Se os acontecimentos nascidos em 1974 engendraram a necessidade de ler «para se documentar sobre o que se passava» de uma grande massa de público apenas potencialmente leitor, a compreensão dialéctica deste fenómeno mostra que, depois de esgotado o interesse pelo livro político, o público transformado em leitor efectivo foi ganho pela ficção.

Um Balanço Sociológico endereçado ao Livro Literário, ainda que ambicione ser breve, não pode, por definição, deixar de ter em conta os elementos de base que estruturam o universo cultural onde o livro desempenha o seu papel de vedeta.

Se, embora com limitações várias, a componente bibliográfica tem ainda a possibilidade de ser descrita a partir de dados dispersos por diversas fontes informativas⁽¹⁾, outro tanto não acontece com essas figuras difusas que polarizam os vectores editorial e público comprador-leitor. Mesmo admitindo ser viável o labor que implicaria o estudo de várias dezenas de casas editoras por meio de uma adequada amostragem, não é seguro que elas «pudessem» levantar o véu que envolve as suas estratégias de mercado num contexto «filosófico» em que o «segredo é [ainda] a alma do negócio».

Outros tantos obstáculos apareceriam no lado oposto para desenhar o perfil do «leitor médio», repartido por diferentes estratos socioculturais, com as suas específicas motivações, apenas acessíveis a inquéritos demoradamente praticados. Daí a necessidade que temos sentido de recorrer ao encadeamento dos sucessivos Balanços. Como não se registam soluções de continuidade no percurso cultural, a recorrência de índices vários compõe uma rede de significações que ajuda a iluminar a leitura e a atenuar o salto no escuro que seriam as interpretações insuficientemente apoiadas.

A degradação do poder de compra da população portuguesa e o encarecimento dos materiais que entram no processamento do livro, agindo com efeitos cumulativos, continuam, sem novidade, a fazer sentir os seus efeitos em favor do estado de crise. Mas, como muitas vezes ocorre, o atributo da sagesa não deixa de intervir para incluir essa deficiência no processo geral, fazendo-os conviver o melhor possível dentro das regras do jogo adequadas à situação.

Neste sentido se deverá ler a continuada moderação na agressividade do mercado editorial, bem como a acentuada tendência para evitar grandes variações no volume de livros publicados, ano a

ano, tanto em dados globais como por género e por origem «Nacional» e «Estrangeira».

A evolução registada nestes três últimos anos é suficientemente elucidativa; em 1983 editaram-se 1727 livros⁽²⁾, um significativo valor que, contudo, baixou para 1504 em 1984, voltando a crescer neste ano de 1985 para 1893 obras. Correspondendo esta subida a um aumento de 23%, só aparentemente se trata de um ganho espectacular, visto que 13% devem ser retidos para compensar a descida entre 1983 e 1984; e, mesmo que os restantes 10% pareçam assinalar uma alta cota de desenvolvimento de mercado em 1985, devemos interpretar este dado como indicador de normalização do sector do livro no mercado geral, extremamente pobre na primeira metade da década de setenta, numa ordem de valores que referiremos oportunamente.

Observando no interior destes números as partes respeitantes aos dois géneros maiores, «Poesia» e «Romance», apenas nos anos de 1984 e de 1985, encontramos um significativo encadeamento de valores: em 1984 a «Poesia» registou 122 obras, 8,1% do total, e o «Romance» 226, 15%; em 1985, a «Poesia» apresenta 131 obras, 6,9% do total, e o «Romance» 258, 13,6%. (Conto + Teatro: 1,5%; assim: 6,9% + 13,6% + 1,5% = 22%).

Enquanto, por um lado, crescem moderadamente os números absolutos, por outro, decresce o seu valor percentual, facto que denuncia o modo como o grande jogo de ganhos e de perdas se faz dentro da variação de conjunto. A explicação imediata para este aparente movimento contraditório reside no comportamento de géneros laterais, dos que incluiremos em dois grupos, o da «Ficção Não Literária» (Banda Desenhada, Infanto-Juvenil, Ficção Científica, Policial, Acção) que, entre 1984 e 1985, também desceu de 28% para 22%, e o do grande sector da «Não Ficção» que, bem pelo contrário, foi o grande beneficiário, crescendo de 48,9% para 56% no mesmo lapso de tempo.

Como temos vindo a assinalar em Balanços anteriores, tudo se passa como se o relacionamento entre os diversos géneros reproduzisse transforma-

ções em «cuba fechada»; sirva a metáfora para acentuar o facto de as oscilações anuais, em ordem à globalidade, não se traduzirem nunca por variações paralelas, proporcionalmente equilibradas, dos vários géneros, mas sim por uma espécie de guerrilha em que uns géneros acotovelam os outros para lhes roubar espaço; e isto segundo tendências que começam a revelar-se com bastante antecedência.

O ocaso do livro «Político» na passagem da década de setenta para oitenta é um exemplo elucidativo. Insistimos neste dado: se os acontecimentos nascidos em 1974 engendraram a necessidade de ler «para se documentar sobre o que se passava à volta» de uma grande massa de público apenas potencialmente leitor, a compreensão dialéctica

deste fenómeno mostra que, depois de esgotado o interesse pelo livro «Político», «Documental», etc., o público transformado em leitor efectivo foi ganho pela «Ficção» que se oferecia como meio de fuga à saturação do excesso de realidade.

A viragem de 81

Situa-se em 1981 a charneira desta viragem, assinalando-a o crescimento, então aparentemente despropositado, dos géneros ensaísticos de «Literatura»

A degradação do poder de compra e o encarecimento dos materiais que entram no processamento do livro continuam a fazer sentir os seus efeitos.



e de «História»; o primeiro indiciando o ressurgimento da «Ficção» que assistiu a um enorme surto de «Poesia» em 1981; como se compreende facilmente, menos longo e mais imediatista, o texto poético canaliza melhor e mais depressa o investimento de deslocação compensatória de anteriores actividades frustradas, o que vem a dar um desenvolvimento particular ao sentido dialéctico acima assinalado.

O segundo ensaísmo (de «História») também interferiu com a «Literatura», mas pelo lado do «Romance», dando nomeadamente sentido à temática que dominou o grande surto do «Romance», em 1982. Como quem reivindica um direito próprio, também a ficção romanesca quis marcar presença na partilha da História, agora livre de qualquer policiamento.

Destacando-se em 1985 uma nova dinâmica do livro não literário, este registo, que bem poderá ter por elemento indiciador o ensaísmo de «História» e de «Sociologia» tomados, um e outro, em sentido lato, talvez exprima um ponto de chegada na lenta recuperação daqueles géneros entre 1981 e 1985. O que, a ser pertinente, nos colocará perante um fenómeno cíclico deveras significativo.

Reportando-nos a dados antigos, encontramos nas balizas dadas por 1973/76 e por 1981 os limites de transformações várias que se revelaram favoráveis à «Ficção», «Literária» e «Não Literária», apesar de se ter registado um desmedido consumo do livro da série «Político» e afins: em 1973/76, a relação «Não Ficção»/«Ficção» foi de 57%/41% e, em 1981, os dados invertem-se quase exactamente, com 44%/56%.

De acordo com os números transcritos acima («Ficção», «Literária» + «Não Literária»: 22% + 22%), os valores percentuais de 1985 reproduzem a relação «Não Ficção»/«Ficção» da referência 1973/76. Se tal significar a reabertura de um período favorável à «Não Ficção», os dados estão lançados, e tomará sentido a manifesta revitalização dos ensaísmos de «História» e de «Sociologia» orientados ambos para uma reflexão de largo alcance, já despojados da vertente político-ideológica

excessivamente datada que dominou o período entre 1976 e 1981.

Não é apenas no relacionamento entre os dois grandes grupos de géneros («Ficção»/«Não Ficção») que se faz sentir este esquematismo real ou aparentemente cíclico, pois ele reaparece igualmente no interior do grupo «Ficção» onde convivem as origens «Nacional» e «Estrangeira».

Restringindo-nos apenas à «Ficção Literária», que define o principal objecto deste Balanço, encontramos o seguinte tipo de relações entre «Poesia Nacional» e «Poesia Estrangeira»: em 1981 a proporção foi de 4/1; em 1982, de 1/1; em 1983, de 3/1; em 1984, de 5/1; e, em 1985, de novo o valor de 1981, de 4/1 (105/26 obras); quanto ao «Romance» a relação proporcional entre «Nacional»/«Estrangeiro» foi: em 1981 foi de 1/1; em 1982, de 2,5/1; em 1983, de 1,3/1; em 1984, de 0,9/1; e, em 1985, também o valor de 1981, de 1/1 (128/130 obras).

Este cansativo emaranhado de números possui pelo menos o mérito de mostrar de que modo é que aqueles «recuos cíclicos» não são, nem poderiam ser, a reposição de uma qualquer situação anterior. Em primeiro lugar, registamos a abertura do leque de público comprador-leitor que deverá ser correlato e equivalente do volume de obras lançadas no mercado; se a proporção faz coincidir o ano de 1985 e o período de 1973/76, o volume editorial mostra que o mercado quintuplicou, passando da modéstia de 370 obras (média anual), em 1973/76, para as 1893, em 1985.

Em segundo lugar, são encorajadoras as transformações que ocorrem no horizonte de motivações de leitura; o esforço desenvolvido por algumas editoras na promoção da obra traduzida, tanto «Poesia» como «Romance», tem a sua compensação em alguns ganhos; quanto à «Poesia», o regresso à proporção de 1981 deve-se em parte ao crescimento da «tradução», cerca de 26 obras, em 1985, modalidade praticamente ausente em 1981; a situação de equilíbrio do «Romance» traduzido decorre da mesma acção penetrante que lhe garantiu o lugar além de diversificar as áreas

em presença, o que anula uma tendência anterior para o monolitismo das modas, ora do romance francês, ora do inglês, ora do latino-americano, etc.

Aliás, quanto a este segundo aspecto, é particularmente significativa a modificação registada em 1985 num mecanismo que, pela regularidade que tomava, quase parecia impor-se como lei. Noutros Balanços procurámos justificar tal facto que consistia em, por regra, se reeditarem romances de autores «Nacionais Contemporâneos» e «Estrangeiros Não Contemporâneos» e, inversamente, na «Poesia» onde, além da normal reedição de «Nacionais Contemporâneos», eram reeditados também autores «Nacionais Não Contemporâneos» e «Estrangeiros Contemporâneos».

A novidade neste domínio consiste, então, em se registar um irrelevante número de reedições de «Poesia», tanto «Nacional» como «Estrangeira», ao mesmo tempo que o «Romance» apresenta, como habitualmente, reedições de obras de «Nacionais» «Contemporâneos» e também, residindo aqui a novidade, reedições de «Estrangeiros» «Contemporâneos», fenómeno que testemunha o alargamento do público atento ao que se vai passando lá fora.

O rejuvenescimento do mercado

Sendo cada vez mais nítido o rejuvenescimento do mercado e da imagem do livro, sob vários aspectos, parece-nos pertinente fixar alguns dos mais significativos ligados à autoria e à edição.

Não haverá nenhuma surpresa em ver reeditados autores como, por exemplo, Mário de Sá-Carneiro, Jorge de Sena, Florbela Espanca, Bernardo Santareno, Vitorino Nemésio, Maria Velho da Costa, Maria Ondina Braga, etc., se observarmos o livro de ficção pelo ângulo da sua imagem «clássica», e numa perspectiva de gosto que pressuponha uma escola tradicional de leitura.

Porém, o registo de outros nomes, tais como Mário Zambujal ou, sobretudo, Margarida Carpinheiro, cuja primeira edição do seu recente livro se esgotou rapidamente, suscita um certo número de

questões que vale a pena observar de perto, pois se trata de casos de sucesso em que a intensa procura das obras não reside numa popularização desencadeada por uma especial divulgação nos grandes meios de comunicação de massas.

Começemos por anotar o facto de as experiências culturais, após 1974, terem feito emergir uma apetência pública e uma necessidade criativa ligadas a tematização das vivências bélicas passadas no teatro das guerras africanas, nas décadas de sessenta e setenta; fenómeno singular dado que a História da Literatura Portuguesa não regista propriamente uma literatura de temática exótico-africana nem uma literatura colonial dignas desse nome.

Esgotado depressa o interesse por este subgénero, subsiste que o eixo de motivações vivenciais que é recuperado pelas obras que ficcionam a ordem da experiência empírico-documental, sob a pressão da vivência urbana orientada para os quotidianos tipificados e para os pequenos casos humanos de fácil projecção. Servidas por um discurso e um estilo que cultivam a vivacidade do endereço ao leitor e que convocam muito directamente a sua complacência, estas obras distinguem-se como «casos notáveis» pela circunstância de dependerem muitas vezes de uma autoria fortemente devedora da figura pública, seja do jornalista, seja de outra da mesma área de comunicação cultural pública.

À luz de uma imagem tradicional do criador literário, é possível pensar em indivíduos que dispõem de outras ocupações mas continuam a ser identificados pelo escritor, o que nos parece salvaguardar a imagem proeminente do fazer literário; tal será o caso de, por exemplo, Augusto Abelaira, Fernando Namora, Vergílio Ferreira, Maria Teresa Horta, etc., numa longa lista de situações/semelhanças. No caso acima apontado os autores tendem a identificar-se com outra coisa, não parecendo atrair sobre si o estatuto de escritores. Nomes, como por exemplo, Fernando Dacosta, Fernando Assis Pacheco, António Mega Ferreira, Clara Pinto Correia, etc., estão nestas circunstâncias e não se poderá dizer que um tal estatuto seja tradutível



A irrupção ou aumento do número destes específicos criadores, com uma imagem pública funcionalmente repartida, não deixará de ter consequências sobre o lugar sociológico e cultural da criação literária. (Na gravura, Fernando Dacosta, Prémio de Ficção do «Círculo de Leitores»).

por fórmulas expeditas, do tipo «autor escrevente», «autor adventício» de obras eventualmente «nobres», eventualmente «marginais».

Aceitando que «tudo o que é notado é notável», deveremos admitir que a irrupção e/ou o aumento do número destes específicos criadores, com uma imagem pública funcionalmente repartida, não deixará de ter consequências sobre o lugar sociológico e cultural da criação literária, sobre a «situação» de leitura e sobre o edifício teórico-literário nos

seus dois planos estético e poético. Além de não ser de excluir o singular fenómeno da punição que o Tempo tende a exercer sobre obras entregues à solidão órfica gerada por uma autoria casualmente assumida.

Nos estreitos limites em que aqui nos movemos, interessa-nos sobretudo partir desta ideia de abertura perturbante para a constatação de que ela se faz acompanhar de outras, tanto nos planos substancial e formal dos textos como no da organização material do livro e da actividade editorial.

É, de facto, notória a sobrevalorização transfigurante por que vem passando, desde há alguns anos, a imagem tradicional do livro; beneficiado pelo concurso interdisciplinar das artes plásticas e gráficas, afirma-se a importância cultural e económica o livro objectualizado em «arte democratizada», benefício que não deverá deixar incólume o seu conteúdo intelectual confrontado, como se encontra, com outros elementos significantes que mobilizam uma empatia mais estético-emotiva do que intelectual.

Oposta a esta modalidade estratégica, a que o livro se ajusta para participar nos desafios lançados por uma sociedade dominada pelo consumo, adquire cada vez mais importância a outra modalidade, parente pobre de finalidade massificante, as «Edições de Bolso» bastante expeditas, que prestam um notável serviço à divulgação científica e cultural, mas que venalizam o livro até ao anonimato dos escaparates de supermercado.

Tal como neste ano se dá a ver, a actividade editorial tanto se constitui em agente participante em todo este tipo de modificações, como, por outro lado, também ela se submete a transformações necessárias à sobrevivência num mercado cada vez mais rigoroso e cada vez mais afastado de uma romântica imagem de marca vocacionada para a difusão do livro enquanto agente privilegiado de cultura.

Desde 1982 que se vem acentuando o esforço de diversificação do catálogo na maior parte das editoras, por adição de «Ficção» e «Não Ficção» e por inclusão de autores «Nacionais» e «Estran-

geiros». Registamos, porém, as seguintes excepções de editoras que mostram reservar uma persistente vocação para a obra «Nacional»: a Limiar, com 7 obras e, a Comunicação, com 9; sem carácter exclusivo continuam ainda a privilegiar a obra «Nacional» as chancelas Ulmeiro, com 12 obras, a Rolim, com 9, a Horizonte, com 8, a Civilização, com 6, a Salamandra, com 5 e a O Jornal, com 4; são 8 editoras, 10 % do total, que se responsabilizam por 15 % de lançamentos de Ficção.

O risco que representa esta concentração de catálogo avalia-se em correlação com o conjunto. Num total de 78 editoras recenseadas, as surgidas nos catorze primeiros lugares, 18 % do total, jogam preferencialmente sobre a diversidade para esgotarem 50 % da «Ficção» editada: Europa-América, com 41 obras; Dom Quixote, com 24; Difel com 21; Ulmeiro, com 14; Assírio e Alvim, com 14; I. N. - C. da Moeda, com 13; Autor, com 11; Relógio d'Água, com 11; Hiena, com 10; Edições 70, com 10; Vega, com 10; Bertrand, com 9 e Comunicação, com 9.

Este desequilíbrio, 14 % de editores = 50 % de «Ficção», e que é uma constante em todos os Balanços, ainda se acentua se notarmos que cerca de 32 editoras, 41 % do total, apenas editam uma obra de «Ficção» cada uma. O elevado número de obras em edição de Autor entra na lógica que explica estes 41 %, devidos ao facto de o total de chancelas ter subido a 78, contra uma média de 60 em anos anteriores. Além de transbordar para a edição em autofinanciamento, a pressão criativa de autores sem acesso ao circuito editorial parece fazer surgir uma espécie de mecenato casual, como o revelado, por exemplo, por: Município de Montemor-o-Novo, Junta de Freguesia da Fajã, Município de Fafe, Junta da Freguesia da Maia, etc., que louvavelmente entendem editar-promover valores que decerto compõem o património cultural da sua jurisdição.

São estas e todas as outras pequenas editoras que animam pela base o processo de onde saem beneficiadas as grandes casas, lutando com limitações económicas de edição e de distribuição-difusão que

será, eventualmente, o mal maior de todo o domínio cultural do livro. Daí nos parecer reforçar-se, cada vez mais, o interesse cultural de organizações que intervêm, à distância, tais como, «Círculo de Leitores» e Bibliotecas Fixas e Itinerantes da Fundação Gulbenkian. Saltando sobre os muros das ilhas culturais urbanas, agem como criadores de espaço cultural-literário, via que, a ser largamente explorada, favoreceria uma dinâmica regional menos dependente dos grandes centros de distribuição e produção empresariais prioritariamente dominados pela economia.

(¹) Registamos, em particular, o nosso reconhecimento à Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) pela gentileza da oferta de colecções anuais do seu *Boletim Informativo*, que temos tomado por precioso auxiliar.

(²) Sem nunca podermos garantir números exactos a imagem é, apesar de tudo, fiel aos factos reais.

Prémios literários

Algumas das obras mencionadas nos presentes balanços foram, entretanto, galardoadas com diversos prémios. De entre os principais, salientam-se:

Prémio APE de Ficção: **O Auto dos Danados**, de António Lobo Antunes.

Prémio PEN Clube de Ficção: **Os Nós e os Laços**, de António Alçada Baptista, e **Vida e Morte dos Santiagos**, de Mário Ventura, prémio atribuído **ex aequo**.

Prémio PEN Clube Ensaio: **Identificação de um País**, de José Mattoso.

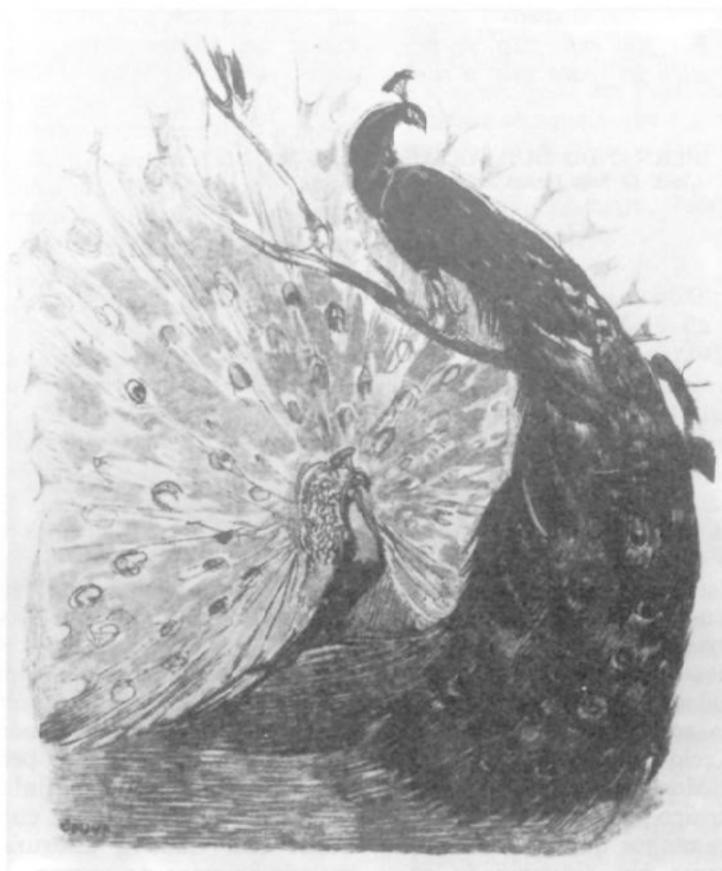
Prémio INASSET de Poesia: **Âmago I — Nova Arte**, de Fiama Hasse Pais Brandão.

O Prémio do Círculo de Leitores, anualmente atribuído a uma obra inédita, pertenceu a Fernando Dacosta.

Poesia

Encruzilhada de múltiplos caminhos

por Manuel Frias Martins



De António Ramos Rosa tivemos mais um exemplo daquela limpidez do verbo e da imagem que ilustra alguma da melhor poesia que actualmente se escreve em português. E de que outra evidência

qualitativa se poderia partir, senão desta, para salientar o mais importante original de poesia publicado em 1985: *Tronos e Dominações*, de João Miguel Fernandes Jorge?

A poesia é o silêncio de um nome. Os caminhos a que ela nos/conduz são tão próximos como a intimidade de qualquer/linguagem. Mas não é em nós que essa linguagem existe. / Há nela uma realidade própria que vem recusar a presença / de quem é capaz de a pronunciar, porque só deste modo / estaria ao nosso alcance revelá-la aos outros. E a essa realidade, que há-de ficar por fim repartida, se poderá chamar / silêncio, para que a ninguém pertença.

(FERNANDO GUIMARÃES
Casa: *O Seu Desenho*, p. 10)

Se «a poesia é o silêncio de um nome», como afirma Fernando Guimarães, naquele que é um dos mais belos conjuntos de poemas surgidos em 1985, será que a «intimidade» da fala poética pode ser evocada em *Balanço*, sem perder o fascínio do seu jogo de segredos? Creio que não. Porém, creio também que a «repartição» da realidade poética operada pelo discurso crítico pode revelar a encruzilhada dos múltiplos caminhos que a poesia portuguesa percorreu durante um determinado período. Digamos, desta vez, 1985.

Antes de referir as obras que desenharam o perfil poético de 1985, gostaria de recordar algumas edições de obras de autores menos próximos de nós. Em primeiro lugar, salienta-se a edição fac-

-similada de *Rimas Várias. Flores do Lima*, de Diogo Bernardes — fruto do esforço de investigação de Aníbal Pinto de Castro —, a qual constitui um excelente instrumento de trabalho para futuras investigações, designadamente as que poderão conduzir a uma edição crítica e/ou a um estudo das variantes textuais daquela que é uma das mais curiosas colectâneas líricas individuais de Quiñentos. Também das brumas da memória literária fez Miguel Tamen surgir o texto integral da primeira edição de *Poesias* do Abade de Jazente — um autor que, embora irremediavelmente fixado no imaginário setecentista, não é totalmente desprovido de interesse para quem se interesse pelo estudo da nossa lírica amorosa.

Bem mais próxima no tempo, nas determinações estéticas e nos próprios motivos se encontra a produção de três autores cujas Obras Poéticas foram publicadas em 1985: Florbela Espanca, Almada Negreiros e Mário de Sá-Carneiro. Da primeira autora publicou-se em dois volumes (*Poesia: 1903-1917* e *Poesia: 1918-1930*) o que pode ser considerado uma edição crítica da sua poesia. Louve-se Rui Guedes por este trabalho de compilação, mas responsabilize-se também (felizmente) o editor não só pela sua divulgação, mas também pelo cuidado posto no aparato crítico. Apresentando dez poemas inéditos e enriquecido por desenhos do artista compósito que foi Almada Negreiros, surgiu o Volume I (*Poesia*) das *Obras Completas* deste autor. Este volume, bem como a totalidade do projecto editorial em que se insere, como que se recomenda a si mesmo pelo facto de ser cada vez mais urgente estudar aprofundadamente a obra deste deslumbrante artista que tão perto está de nós e de quem nós *ainda* estamos (infelizmente) tão longe. Em Mário de Sá-Carneiro, cuja complexa personalidade tem vindo a assegurar um dos mais razoáveis enigmas do universo modernista, investiu Maria Estela Guedes um apaixonado fascínio ao estudar e reunir em volume a poesia daquele autor (*Mário de Sá-Carneiro*).

Num ano de comemorações pessoais, Maria Aliete Galhoz organizou uma antologia (*Fernando*



Um dos mais belos conjuntos de poemas surgidos em 1985...

Pessoa), enriquecida pela inclusão de onze inéditos, de divulgação da poesia daquela que é «uma figura cultural cimeira da nossa contemporaneidade» (Introdução, p. 9). Poemas de quinze poetas portugueses surgem integrados no «Cancioneiro Rosaliano» que acompanha a *Antologia Poética de Rosália de Castro*, organizada por Ernesto Guerra da Cal. O que constitui um óptimo expediente para destacar, no âmbito deste «Balanço», a edição portuguesa da obra daquela poetisa galega do século passado, infelizmente tão pouco conhecida e/ou divulgada em Portugal. Ainda neste domínio, saliente-se aquela que é uma das mais importantes antologias temáticas publicadas em Portugal. O *Trabalho — Antologia Poética*, organizada por Armando Cerqueira, Joaquim Pessoa e José do Carmo Francisco.

De dois autores contemporâneos foram publicadas «autodepurações» da sua produção poética: *Ode & Ceia — Poesia (1955-1984)*, de Casimiro de Brito, e *Longo Caminho Breve — Poesias Escolhidas (1943-1983)*, de Luís Veiga Leitão. Refira-se que, neste mesmo ano, Casimiro de Brito publicou em volume (*Regresso à Fonte*) o conjunto de poemas que constituía o material inédito de *Ode & Ceia*. Substancialmente diferentes na estratégia discursiva, no sedimento cultural e nos recursos imagísticos, as obras daqueles dois poetas permitem evidenciar, por diferentes razões, a mudança qualitativa que o discurso poético português sofreu nas duas últimas décadas. Ao configurar a sua poesia pela consciência da *virtualidade* da linguagem poética, Casimiro de Brito inscreve-se (isto é, actualiza-se) naquela dinâmica de perene transformação e mudança que conduz a afirmação do processo poético para além dos seus registos temporais e existenciais. Pelo contrário, ao insistir na *factualidade* da linguagem poética, Luís Veiga Leitão faz depender a realização da sua poesia de um efémero código referencial (literário e existencial) que a aprisiona nas malhas cronológicas e emotivas dos seus próprios registos.

Do ainda e sempre surpreendente Jorge de Sena foram publicados dois volumes (*Post-Scriptum II*) de poemas da sua juventude, e que Mécia de Sena decidiu agora divulgar. Decisão acertada, em minha opinião, pois nessa *juvenília* se revelam as raízes mais fortes da qualidade, do vigor e do talento que caracterizaram Jorge de Sena. Creio que os estudiosos da obra de Sena saberão reconhecer e explorar devidamente a extraordinária importância destes dois volumes de poesia.

Corroborando aquele «morse dos sentidos» que individualizou a sua obra poética anterior, David Mourão-Ferreira reuniu em *Os Ramos. Os Remos* um conjunto de poemas onde o imaginário do corpo como que se abre a (ou se contextualiza por) uma obsessiva reflexão acerca da experiência material e metafísica do sujeito: «É de longe que a vida nos aponta / É de perto que a morte nos aperta» (p. 74).

Solidamente escorado num prefácio de Jorge de Sena e num posfácio de E. M. de Melo e Castro, o volume de poesia (completa?) do poeta-pintor Fernando Lemos (*Cá & Lá*) é ainda travejado por um poema-panegírio de Haroldo de Campos. Tão sólidos suportes nominais nunca serviriam para publicitar um edifício de traça duvidosa. E o que é certo é que a poesia do luso-brasileiro Fernando Lemos, um nome razoavelmente desconhecido das gerações literárias posteriores aos anos Sessenta, não deslustra, de modo nenhum, os arcanos que tutelam este volume. Reunindo múltiplas sobrevivências de um surrealismo saudavelmente apocalíptico, *Cá & Lá* projecta também vários exemplos de um irónico experimentalismo. Sem dúvida um dos casos mais curiosos da poesia de expressão portuguesa.

De Orlando de Carvalho foi publicado *Sobre a Noite e a Vida*. Contemplando poemas escritos entre 1959 e 1984, este volume recorda os recursos lexicais e metafóricos daquela estética da resistência antifascista que obsessivamente assinalava «o granizo das lágrimas geladas» (p. 15) e/ou erguia a bandeira do comprometimento hu-

manista por «este peso de lágrimas / este punho de pétalas» (p. 43). Curiosamente, não esbatendo as razões sociais por que organizara a sua poesia anterior, este autor, nos poemas escritos entre 1979 e 1984, articula, no entanto, a força dessas razões por uma fluidez discursiva tão cativante que me leva a propor esse conjunto específico de poemas como um dos marcos qualitativamente mais significativos do novo imaginário poético criado com a Revolução de Abril.

Uma revelação

De Maria de Lourdes Belchior surgiu *Gramática do Mundo* — surpreendente revelação de um poeta que se manteve na clandestinidade durante demasiado tempo. Fundados numa sóbria dicção poética e num discurso fortemente engenhoso, os poemas reunidos neste volume constroem-se (na sua maior parte) por uma sistemática intelectualização da experiência, na melhor tradição maneirista e barroca, desenvolvendo paulatinamente as diversas facetas de uma ideia ou associando-a analiticamente aos modelos de conhecimento por que o sujeito se configura — os quais, aliás, são invariavelmente de sinal religioso ou penetrados por uma expansiva espiritualidade. *Gramática do Mundo*: uma agradável surpresa do ano literário de 1985.

De sinal religioso e/ou envoltos pelo halo da espiritualidade são também os textos de Francisco Palma Dias (*Onde A Terra Acaba Amar Começa*) e de Jorge Guimarães (*A Dor de Deus*) — dois autores cujas obras têm sido virtualmente ignoradas pela crítica e que, no entanto, constituem, em minha opinião, duas referências fundamentais da poesia portuguesa dos últimos dez anos.

De António Ramos Rosa tivemos mais um exemplo (*Mediadoras*) daquela limpidez do verbo e da imagem que ilustra alguma da melhor poesia que actualmente se escreve em português. E de que

outra evidência qualitativa se poderia partir, senão desta, para salientar o mais importante original de poesia publicado em 1985: *Tronos e Dominações*, de João Miguel Fernandes Jorge. E já que estamos nos píncaros da qualidade, refira-se o caudaloso discurso poético de Al Berto, uma das mais interessantes revelações dos anos Oitenta, em *Três Cartas da Memória das Índias*, bem como *O Amor Desta Morte*, de Helder Moura Pereira.

De Joaquim Pessoa saliente-se *Peixe Náufrago* — um conjunto de poemas que aprofunda aquele interesse pela interioridade da linguagem que, dois anos antes, havia já determinado a composição de *Fly*. É este interesse pela interioridade da linguagem que constitui também o fulcro de *Ámago I* — *Nova Arte* de Fiana Hasse Pais Brandão. Registe-se ainda *Alguns Antecedentes Mitológicos*, de Joaquim Manuel Magalhães, que parece indiciar uma inflexão importante deste autor para as regiões arquetípicas da imaginação — como se pode comprovar através do cotejo deste livro com um outro (*Segredos, Sebes, Aluviões*) que, publicado também em 1985, é, no entanto, a reedição de um volume surgido em 1981. Saliente-se a calma sensualidade que emana de *Transferências*, de Maria Graciete Besse, e de *Aromas*, de Helga Moreira. Mas registe-se sobretudo a mais sedutora revelação poética deste ano: *Imaginações da Verdade*, de Paulo Teixeira. Com uma escrita mais compacta que este novíssimo, mas com uma qualidade que lhe não é muito inferior, também Mário Rui Cordeiro (se) revelou ao leitor de poesia (com) *A Nau Eléctrica*.

Diferentes nos registos programáticos das respectivas produções poéticas, mas unidos por uma mesma circularidade referencial ou por uma tutelar fixação nos índices de real por que cada poema se vai produzindo, assim se pode interligar em caracterização genérica os textos de Pedro Alvim (*A Esfera dos Dias*), de António Torrado (*Prosaicas*), de José Jorge Letria (*As Estações do Rosto*), de José Coutinho e Castro (*Grafismos*) e de José Viale Moutinho (*Histórias do Tempo da Outra Senhora*).



Surpreendente revelação de um poeta que esteve na clandestinidade durante demasiado tempo.



O mais importante original de poesia publicado no ano anterior: *Tronos e Dominações*, de João Miguel Fernandes Jorge.

Ainda neste domínio específico refira-se Armindo Rodrigues, um poeta que fixa em cada poema uma contida e simultaneamente apaixonada reflexão sobre a experiência dos homens e da vida, e o seu *Sequência de Alvorada*, bem como a surpreendente *Carta a Otelo*, de Gastão Cruz. Finalmente, Oliveira e Castro, através de um discurso despido de construções simbólicas, reúne em *Houve mesmo Um Dia de Desespero Em Que Se Cultivaram Campos de Cicuta* um conjunto de poemas cuja temática o inscreve naquele universo poético de efeito-memória da experiência portuguesa em África.

Irrecusavelmente presos ao universo da cultura, Vasco Graça Moura (*A Sombra das Figuras*) e J. O. Travanca-Rego (*Palavras Eventuais*) reforçam aquele movimento de inscrição do discurso múltiplo da cultura no interior do campo estético que a década de Setenta consagrou. Despolarizando (sobrepondo) linguagens e códigos, mas sem se envolverem nas miragens da disseminação, ambos os autores realizam os seus poemas por um assinalável politematismo dinâmico e por uma original articulação discursiva.

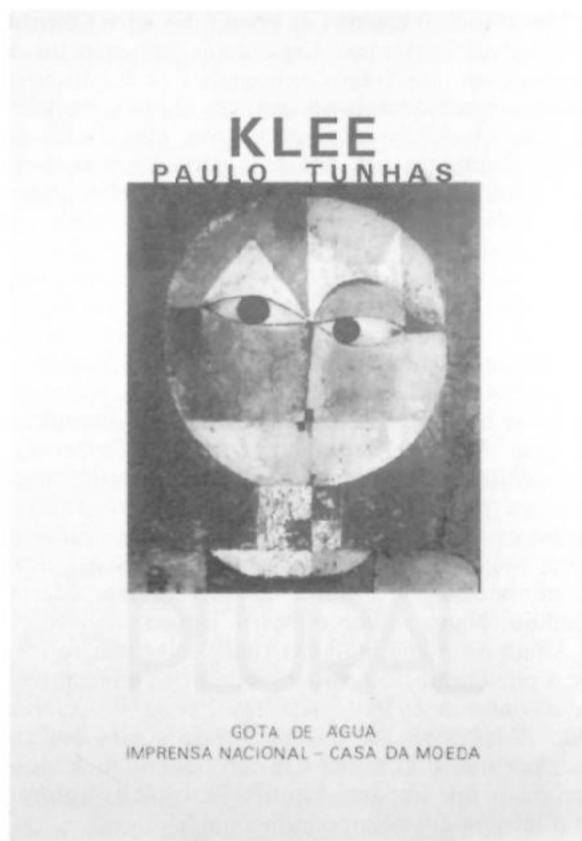
Ainda nesta modalidade específica de realização poética — embora substancialmente diferente nos efeitos estéticos que pretende desencadear através de uma deliberada dificuldade verbal — registre-se Silva Carvalho e a «icária ignescência» (p. 7) de *75 Sonetos*.

Nomes menos conhecidos, por escassez ou por ausência de produção poética anterior, assinaram também alguns livros em 1985. Registe-se de Luísa Freire o tom parabólico do original intitulado *Verde-Nunca*, bem como as suas tranquilas emoções sustentadas por um recorrente léxico da natureza — o qual, aliás, irá também caracterizar a linguagem poética (ainda frágil) de Lia Viegas em *A Pulso O Horizonte*. Orientado por um forte apelo existencial, José Antunes Ribeiro, em *Fragmento e Enigma*, pensa (escreve) as circunstâncias do homem e da vida «chorando pela condição humana» (p. 12). *Isaac*, de Manuel Fernando Gonçalves,

e *Gumes Vários e Várias Fugas*, de João Candeias, sugerem-se em afinidade pelo tom marcadamente narrativo que os caracteriza. Porém, enquanto o primeiro autor faz depender a composição poética de uma simplicidade verbal articulada em contraponto com a ambiguidade da suspensão discursiva que um outro livro deste autor (*Outra Geografia*), também publicado em 1985, confirma exemplarmente —, o segundo autor finaliza o acto poético na própria dificuldade verbal, não resistindo mesmo à obsessão de defeitos retóricos em «eflúvios de êxtase» (p. 6). Em naturalidade verbal e por uma sábia resistência aos efeitos fáceis se afirma a poesia de três autores: Jaime Rocha (*Beber a Cor*), António Magalhães (*A Escola Nocturna*) e Mário Machado Fraião (*As Cordas e os Metaís, O Sabor da Paisagem*). Inscrevendo-se naquela linha de irreverente rebeldia e/ou de contundente sarcasmo da poesia portuguesa, Jorge Aguiar Oliveira publicou *Não Mais Não Mais*.

Um novo espírito

Deliberadamente agressivo na sua *desilusão cinicamente pragmática*, Carlos Leite exemplifica em *O Brilho do Residual* aquele (novo) espírito da poesia dos anos Oitenta que faltava citar neste «Balanço», e que encontra no cosmopolitismo da poesia de Paulo Tunhas (*Klee*) um outro exemplo qualitativamente tão significativo quanto o primeiro. Referenciando dois discursos poéticos cuja qualidade não pode ser ignorada pela crítica, Carlos Leite e Paulo Tunhas recordam-nos um viveiro literário lisboeta que se não os fez nascer, pelo menos lhes deu o calor do reconhecimento das suas próprias virtualidades individuais. Refiro-me, obviamente, ao grupo *Quatro Elementos* cuja pertinácia e militância cultural possibilitaram o aparecimento, em 1985, de quatro volumes de poesia portuguesa: *Estufa Fria*, de José Manuel Oliveira, *Sobre o Danúbio*, de Ernesto José Rodrigues, *Antes o Paraíso*, de Silva Carvalho e *Adl-Maena*, de Mário Avelar.



... o novo espírito da poesia dos anos 80, que encontra no cosmopolitismo da poesia de Paulo Tunhas um exemplo qualitativamente significativo.

Mas o (novo) espírito da poesia dos anos Oitenta tem outras vertentes. Uma delas diz respeito à acentuação dos traços existenciais (e escriturais) daquele pós-modernismo que, na segunda metade da década de Setenta, encontrou em Paulo da Costa Domingos um dos seus protagonistas mais convictos. Deste autor foi publicado *Violeta Náutica*. Três outros poetas que se tutelam, mais ou menos veladamente, pela inspiração referencial de Paulo da Costa Domingos — mas que se abrigam, não raras vezes, em meras recolhas verbais de interditos —, publicaram *Balança* (Álvaro Lapa), *Aqueduto* (Rui Baião) e *Boomerang* (Emanuel Jorge Botelho). Ainda no domínio desta vertente, refira-se o inteligente experimentalismo disruptivo de José Alberto Marques em *Flexões/Reflexões*.

Constituindo uma iniciativa extremamente interessante pelo objectivo que a orienta — «dar a conhecer a visão que os poetas têm da sua própria obra» —, o volume intitulado *As Palavras da Tribo* reúne poemas de Fernando Guimarães, Mário Cláudio, Nuno Júdice e Pedro Tamen.

Ainda no domínio das virtudes colectivas refira-se a publicação, louvem-se os critérios e incentive-se a continuação de *Anuário de Poesia — Autores Não Publicados*. Ali se encontram vários *belíssimos* poemas que, talvez em não poucos anos, perderiam o seu impacte estético se os seus autores os dilúessem em volume individual.

Last, but not least, saliente-se *Edoi Lelia Doura — Antologia das Vozes Comunicantes da Poesia Moderna Portuguesa*, organizada por Herberto Helder. Esta é, como explica Herberto Helder no prefácio, «uma antologia de teor e amor, unívoca na multiplicidade vocal, e ferozmente parcialíssima». Não admira, por isso, que este volume tenha desencadeado (e continue a desencadear) as mais diversas incompreensões e os mais variados silêncios reveladores de desenfreada ignorância. É que, habitualmente, a organização de uma antologia ou é pensada por critérios de rigorosa objectividade e representatividade (e como tal é invariavelmente criticada por quem teria outros critérios), ou, por



... É este interesse pela interioridade da linguagem que constitui o fulcro de *Âmago I — Nova Arte*, de Fiana Hasse Pais Brandão.

vezes, o antologador é tão fortemente inundado pelo legado dos autores antologados que o produto final revela uma autêntica encarnação *qua* poeta e, conseqüentemente, um virtual desaparecimento ou apagamento do próprio antologador. Ora, em *Edoi Lelia Doura* o que nos é implicitamente proposto é uma leitura auto-referencial da produção herbertiana. Uma leitura auto-referencial exercida não por um poeta vergado a necessidades emulatórias para assegurar a sua sobrevivência, mas, antes,

por um poeta que, assumindo a sua ausência de um sistema de filiação literária mais ou menos conclusivo, tem de construir «cnicamente» o seu próprio *romance de família* — se me é permitido recorrer a um dito (creio que espiritualizado) de Freud. Em suma, Edoi Lelia Doura constitui uma das «chaves» mais importantes para compreender o

universo desse grande patriarca da poesia portuguesa actual que é Herberto Helder.

E aqui se conclui a memória de um ano de poesia com apenas mais algumas palavras para agradecer a colaboração prestada (*quase* em bloco) pelas editoras.

EDOI LELIA DOURA

Apresentação

Eu podia contar gemeamente duas histórias: uma afro-carnívora, simbólica, a outra silenciosa, subtil, japonesa. De cada uma delas acabariam por decorrer um tom e um tema. A história carnívora foi colhida algures, de leitura, e respeita a uma tribo que sepultava os seus mortos no côncavo de grandes árvores. As árvores, a que tinham dado o nome do povo: baobab, devoravam os cadáveres, deles iam urdindo a sua própria carne natural. Pelo nome tirado de si e posto na alquimia, a tribo investia-se nas transmutações gerais: a morte levava o nome, e o nome, activo e tangível, crescia na terra. Emocionam-me a fome botânica e o triunfo das copas, o empenho tribalmente mágico, regrado pelo insondável entendimento das metamorfoses da carne no esquema orgânico da matéria. E apanho aqui o símbolo, como se intelege neste livro: uma imagem de si mesma, uma imagem absoluta, universal, devora esta gente, e esta gente põe a assinatura na imagem devolvida ao mundo. É quase tudo quanto há para dizer no plano prático da poesia. Num Japão corolário, o discípulo pergunta ao mestre o que é o Zen, e o mestre descalça as sandálias e coloca-as em cima da cabeça. Eu penso que o discípulo era ainda pouco lavado na inteligência das coisas, do seu pouso e geometria, pouco inteligente da inteligência que aparelha o caos em relações sensíveis de elementos. Não lhe era enfim sabido que discorrer sobre a ordem do mundo, e de qualquer capítulo dele, é menos que nomear. É o desencontro no acto das palavras. Como ressalta então o recôndito, o lugar onde a carne é comida, e ressurgue, mercê da aliança da linguagem com as formas! Não se

discorre. A vitalidade nominal é intrínseca, metabólica: pode tender para o silêncio ou tomar o ganho de uma voz, mas não explica, age apenas, age como substância, forma e nome da realidade. Vejo eu mesmo, à custa de operações secretas — alimentos, silêncios — que me sustenho no âmbito mais avesso ao exterior de uma arte que é interna, arte cerrada a que se chega por dote e exercício próprios, das cercanias para o meio, um combate com as armas inocentes e astuciosas da magia, carne contra carne, imagens, sopro, os terríveis substantivos da terra, objectos vivos. Se me acontece tomar como argumentos meus aquilo que os poemas indicam e dirigem, ou fazem, aquilo que sai em jeito de visibilidade e música, a desocultação, a versão ponderável, fica assente em espécie de nota que se capta a razão inteira, no centro. Todo o livro vai sendo o seu prefácio, e o posfácio, a inacessível e prontamente acessível evidência. E assim quero eu pôr em escrito rápido que ele, livro, com as suas vozes comunicantes, incita quem puder a poder encontrar a razão das razões, pessoal, pessoais, e o fundamento agora inabalável de uma figura da realidade que, apenas manifesta, se torna encontrada como única. O que se faz segundo as poses dos encontros. Neste sistema de vozes não deixa a natureza que entrem outros veios: é uma clepsidra para ajuste de certas horas, porventura nocturnas, marcando a dominação e os passos de um sol negro magnificante. Fique indiscutível que é uma antologia de teor e amor, unívoca na multiplicidade vocal, e ferozmente parcialíssima. Quando os lemos lado a lado, a todos estes poetas e poemas, sabemos estarem eles entregues ao serviço de uma inspiração comum, a uma comum arte do fogo e da noite, ao mesmo patrocínio constelar. O que varia é a política das formas, maneira de guerra e hipnotismo das pessoas e dos tempos. Nunca o estilo de alimento, de morte, de mudança. Nada disto aclara, nada pretende: ache cada um a sua árvore vorazmente nupcial, sem inquirir de um silêncio que só responderá mostrando o absurdo no absurdo, aludindo com a técnica oblíqua de um exemplo qualquer à qualidade da acção, mesmo que a acção, no domínio dos silêncios, seja verbal. Ache, na sua própria cegueira, a vista de uma paisagem transfigurada: a vida começa a ser real. Algures, aqui.

Herberto Helder

Texto introdutório da antologia

Edoi Lelia Doura, Lisboa, Assírio e Alvim, 1985

Ficção

A realidade e o jogo

por *Silvina Rodrigues Lopes*



Acentuaram-se duas linhas de força: uma que tende a conceber a escrita como representação de uma realidade social que lhe é anterior e a atribuir-lhe, a partir daí, objectivos cognitivos; outra

que tende a acentuar uma dimensão lúdica dos textos, deslizando em certos casos para um mero jogo.

Fazer um balanço de um dos campos da actividade literária de um dado período implica um julgamento de valor dos textos. Não me vou referir à função deste no campo cultural, mas quero salientar o seu carácter provisório e a arbitrariedade que o constitui. Isto porque só se julga a partir de valores e estes são sempre exteriores à afirmação estética dos textos, podendo estar ou não em conexão com uma leitura-crítica. Partindo de uma concepção do acontecimento estético como inaugural, e portanto não submetido a relações cognitivas, sentimentais ou de representação, entende-se aqui leitura como prática de escrita a partir do texto criticado (melhor dizendo, com ele) a qual permite encontrar a lei invisível que lhe dá forma, sendo esse encontro invenção mútua, porquanto tal lei não existe em si mas no aparecer das formas. Se tomarmos crítica neste sentido, duvidoso, isso significa que ela não julga, avalia. Significa ainda que há textos não criticáveis porque fechados à interlocução. No entanto, julgar faz parte da confirmação/construção de identidades, sendo portanto inerente ao campo cultural e começando, quanto aos livros, a partir da escolha dos mesmos. Emitir juízos de valor sobre a actividade literária é possível, não só porque o campo literário é muito mais vasto que a criação literária, mas ainda porque numa mesma obra o estético e o não-estético existem em proporções variáveis e indetermináveis. Se o estético se caracteriza por estar fora dos cálculos, prestar contas de uma prática que por definição o implica é admitir a comunicação entre as diversas áreas da actividade humana e o que isso significa de formação da subjectividade, num processo oscilante, do conhecido ao desconhecido.

Admitamos portanto a subjectividade (para além dos inevitáveis esquecimentos, ou da impossibilidade de ler tudo) na enumeração que constitui este balanço da ficção publicada em Portugal em 1985, mas antes aponte-se uma hipótese mais geral, a de que no ano que passou se acentuaram, no domínio da ficção, duas linhas de força que podemos caracterizar do seguinte modo: uma linha que tende a conceber a escrita como representação de

uma realidade social que lhe é anterior e a atribuir-lhe, a partir daí, objectivos cognitivos; outra linha que tende a acentuar uma dimensão lúdica dos textos, deslizando em certos casos para um mero jogo que rasura o empenhamento mútuo do mundo e da escrita. Vai neste sentido a generalização da ideia de que a ficção é uma experiência de prazer desinteressada e anódina, concepção positivista que pode estar na base de uma certa moda de leitura do policial, da ficção científica e do fantástico.

Quanto à ideia da existência de uma literatura feminina com os seus problemas próprios e um estilo próprio, ela parece entrar em declínio, embora se associe ainda a uma vasta produção. Incluem-se nesta *Os Anjos Andam Nus e Tarde de mais Mariana*, de Filomena Cabral. Este último livro, que ganhou o prémio de ficção do Banco Borges & Irmão e cuja edição é acompanhada de um comentário de Óscar Lopes e de um prefácio de Agustina Bessa Luís, pode ser exemplo do equívoco criado em torno de uma tal noção. Equívoco que se concentra nalguns estereótipos, de entre os quais: o feminino plural como definição de uma identidade demonstrável pela observação psicológica; a construção de efeitos de vivido a partir de uma espontaneidade da sensibilidade poética feminina; o confessionalismo (a distinguir do autobiográfico) como fechamento do circuito do mesmo, ausência de interlocução. De Maria Isabel Barreno, uma autora que, embora associada à ideia de escrita feminina, se destaca da mediocridade assinalada, foi publicado um livro interessante, *Célia e Celina*. Neste, a autora prossegue uma via pela qual a escrita, enquanto exercício de inteligência, pretende dar voz ao mágico, ao lendário, ao sonho, infiltrações laterais que a fazem deslizar para fora de um confronto com o quotidiano. De Maria Regina Louro, *Que Pena Ela Não Se Chamar Maria* constrói-se como crítica de lugares-comuns quer pela ironização paródica do uso das técnicas em si na produção de romances, quer pela conspurcação de valores que compõem um imaginário pequeno-burguês. É um projecto interessante



A Monja de Lisboa (romance de Agustina Bessa Luís) é uma experiência que ronda o excesso do ilimitado de uma época a que a experiência mística dá forma.

que se concretiza com humor e confirma a rebeldia da autora, que publicou também este ano outro título, *Objectos Sexuais no Espaço. O Heliventilador de Resende*, de António Mega Ferreira, constitui uma revelação importante. A mestria de jogo na articulação das histórias que compõem o livro alia-se a uma capacidade de escrita que, através de um realismo ostensivamente «baço», deixa pairar uma inquietação sobre a objectividade das descrições e o acabado das histórias. É notável o modo como a memória da literatura impregna esta escrita, e que é o de um saber da mudança, do

mundo como permanente génese de sentido, renovação do mistério de não haver mistério nenhum. De Manuel João Gomes, *Brinquedo Electrónico Essencial* é a produção de uma história que, tendo por base um facto verídico, se constrói na derivação do alegórico ao burlesco, evidenciando uma tendência esotérica. No domínio do fantástico encontramos ainda outras experiências: *Um Caso de Bibliofagia*, de António Victorino d'Almeida, *Kauchemar, o Touro Vermelho — Fábula Pós-Nuclear*, de José Fernandes Tavares, *Ninguém Morre de véspera*, de Margarida Carpinteiro, *Rudolfo* de Olga Gonçalves, *Cristina* de Maria Teresa Horta e *O Trono e o Domínio*, de Luísa Costa Gomes e Rui Romão, livro que se destaca por, de algum modo, continuar a via iniciada em anteriores textos de Luísa Costa Gomes, uma das mais originais revelações dos anos recentes. *Todo o Alfabeto dessa Alegria*, de José Amaro Dionísio, é um texto que se constrói sem concessões à facilidade, uma escrita implicada, afirmativa. Mencionem-se ainda: *Declaração de Guerra*, de Peter Nero Wolf, interessante tentativa de uma escrita movida pelo anti-esteticismo e pelo risco; *Um Esquema* e *Adeus Princesa*, de Clara Pinto Correia; *Corpo Recusado*, de Luísa Dacosta; *Villa Celeste — Novela Ingénua*, de Hélia Correia; *Maybe um Grito*, de Carlos Loures; *O Retrato de Rubens*, de Amadeu Lopes Sábino; *Podem Chamar-me Eurídice*, de Orlando da Costa; *Auto dos Danados*, de Lobo Antunes; e ainda um volume colectivo, *Contos*, editado pela Editorial Caminho, que reúne 25 autores importantes da ficção contemporânea. Urbano Tavares Rodrigues publicou, ainda em 1984, *Oceano Oblíquo*, um volume de contos onde simplicidade e inteligência se conjugam numa arte de contar que assume, além do mais, uma função pedagógica. *Vida e Morte dos Santiagos*, de Mário Ventura, é um romance monumental no seu esforço de construção do grande documento realista que exponha uma realidade social secular, ligada à propriedade latifundiária alentejana, que a revolução de Abril veio abalar. *Primeiro Testamento*, de Jorge Listopad, é um livro de despojamento, viagem contra a



António Lobo Antunes, Prémio de Ficção da APE.

voracidade do tempo, textualização que devolve a presença da terra. Aí se diz: «Para escrever também preciso de assunto; elimino-o escrevendo». Ao domínio algo indefinido da crónica pertence *Uma Coisa em forma de Assim*, de Alexandre O'Neill, conjunto de textos onde o que há de pessoal é a confirmação evidente de uma responsabilidade do escritor. A intervenção circunstancial é, nesta escrita, marcada pela ironia e pelo humor, dando por vezes origem a pequenas histórias que mostram o insólito do banal quotidiano ou o caricaturizam. Outro livro notável é *O Teodolito*, de Luís Pacheco. A perda de nitidez da realidade e a desordem das imagens que a memória evoca tornam-se, nesta escrita, em serenidade de um movimento que suspende o tempo para ser apenas variação de distâncias.

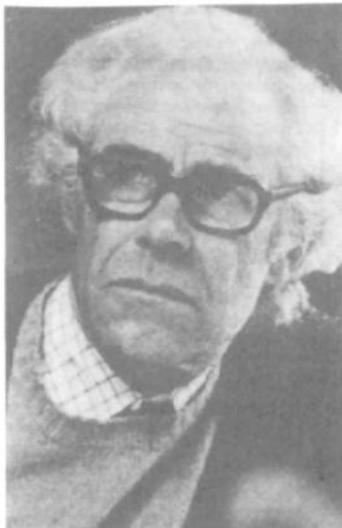
Finalmente, aqueles que considero os mais importantes livros da ficção de 85. O romance de António Alçada Baptista, *Os Nós e os Laços*, constrói-se como documento-testemunho das relações humanas de uma época que se situa na passagem da «sociedade puritana» à «sociedade permissiva». Esse testemunho-reflexão delimita um campo fulcral, o do amor, que é percorrido a partir dos diversos vectores que, no Ocidente, lhe dão sentido: a religião, a arte, particularmente a literatura, a filosofia, a psicanálise, etc. A escrita deste romance, a que também poderíamos chamar ficção-ensaio, engloba-se numa lógica, um «novo humanismo», que vê a essência do homem no distanciar-se dos instintos de agressividade (exigência de transformação dos modos de pensar, de mudanças da linguagem), condição da espiritualização fora da dicotomia corpo-alma.

Também em *O Único Animal Que?*, de Augusto Abelaira, a questão da essência do homem se coloca. A passagem do contacto ao diálogo é a abertura para os possíveis do homem, nem macaco, nem deus. Dois elementos para caracterizar o processo de escrita deste romance, que é o mais engenhoso dos romances publicados este ano e talvez nos últimos anos:

1. O jogo de hipóteses e a espantosa capacidade de as multiplicar, que criam um ritmo vertiginoso no diálogo de saberes que vão desde a filosofia à cibernética.

2. A interpenetração do lúdico e do reflexivo, que se traduz frequentemente em levar uma hipótese ao absurdo e, pelo humor produzido, tornar visível a seriedade do que está em jogo. Saliente-se ainda que *O Único Animal Que?* é acima de tudo um território onde se recusa a sobreposição do informativo-cognitivo ao relacional, o que se evidencia no modo de narração que dá ao leitor a possibilidade de se colocar como destinatário. Uma obra complexa, subtil, generosa.

Com a publicação de *A Monja de Lisboa*, Agustina Bessa Luís continua a trajetória dos seus úl-



O Autor visto por Vasco

timos livros, a de uma interdependência ficção-história. Não é uma escrita dos grandes factos, como tal assinalados, mas uma escrita onde se ilumina o menor, o que não se encontra dito, por mais arquivos que se consultem, mas que vive nas entrelinhas, na expectativa do encontro que é a escrita. Ao ler este livro de Agustina, é fundamental perceber que os factos históricos, perdendo-se na opacidade, deixam uma aura, uma tonalidade ou afecto, que resulta do facto de toda a actividade humana pertencer ao mundo do sentido. Ora, essa aura que fica não pertence ao passado nem tem presente, ela existe em devir, sempre futura, porque faz sentido no sempre futuro fazer sentido dos textos.

A Monja de Lisboa (onde se escreve a vida de Maria de Menezes, Maria da Vizitação, que faz parte de um período particularmente conturbado da nossa história) é, entre outras coisas, uma experiência, que ronda o excesso ilimitado de uma época a que a experiência mística dá forma, e um olhar lúcido sobre os mecanismos de integração social.

Cito, deste livro admirável na sua capacidade de meditação, movimento que eleva do vulgar ao extraordinário:

«Professar foi um risco e não uma vocação. De resto, o problema da vocação não se põe para as mulheres; elas cultivam as actividades e estéticas sem cair em aspectos mórbidos, isto é: sem

acreditar nos pretextos. O essencial basta-lhes. Nada para as mulheres é desinteressado, a começar pelo amor. O desinteresse marca todas as formas arcaicas do erro.» (P. 18)

E ainda:

«O nascimento místico, parto na dor dum outro nome e sexo impreciso (...) é nada menos do que a união consumada que só a mulher conhece. A feminilidade radical é uma ferida de amor. Amor completo e permanente é a sua atmosfera, onde o homem não se encontra à vontade.» (P. 122)

«Relação amante» é a expressão com que introduzo o livro de Maria Gabriela Llansol, *Um Falcão no Punho — Diário I*. Como nos outros livros que dela conhecemos, a escrita é aqui plenamente inaugural:

«Depois, não tive mais intenções eficazes, e acedo ao desconhecido nascente por pequenos quadros» (p. 85)

Escrever é em Maria Gabriela Llansol apenas o essencial: responder ao apelo do desconhecido,

permitir a verdade. Por isso ela perde-nos o mundo, o nosso mundo óbvio de sujeitos da cultura. Por isso é preciso lê-la. Não porque seja preciso, mas porque nos chama «uma comunicação deslumbrante e sem destino» (p. 162), uma força criativa que põe de parte as antigas querelas sobre racional e irracional na arte. O rigor é radical.

«Quem está não é ser conhecido, nem homem, nem animal, nem palavra, nem planta, nem ser que se exprima. É deus mortal e desconhecido como eu, em silêncio me pede que o encontre, e lhe faça companhia na espera e no medo. Mas este medo é alegre e viaja» (pp. 106, 107).

Quanto a reedições, assinalam-se as de obras de Aquilino Ribeiro (integradas nas comemorações do 100.^o aniversário do seu nascimento), as de Teixeira de Pascoaes, Raul Brandão e Mário de Sá-Carneiro. É ainda acontecimento a 5.^a edição de *Os Passos em volta* de Herberto Helder, livro fundamental na ficção dos últimos 20 anos.

Um falcão no punho

Extracto

Herbais, 27 de Junho de 1982

Eu vim a uma cidade onde corro um grande risco: Lisboa. Em nenhum lugar me aflige mais transgredir qualquer preceito, ou regra. Mesmo se não falam de mim, e não fui ainda convertida em qualquer linguagem; no entanto, cheguei à cidade, e decidi ficar porque um conhecimento me tinha procurado longe, em Herbais, dizendo que voltaria a vir ver-me com um trabalho inesperado se eu esperasse por ele num jardim do meu bairro. Eu ainda demorei algum tempo a acabar **Contos do Mal Errante** mas em Herbais, por essa altura, já se lia o grande movimento e inquietação do fim de um livro.

Há um sótão, a Campo de Ourique, onde vou muitas vezes pensar que escrevo; escrever só realiza uma parte do meu desejo de escrever. Outras formas do meu desejo de acolhimento se perdem, por falta de oportunidade, e timidez. Eu própria nunca esbolho sozinha sobre quem vou escrever, e não é o ouvido, nem a visão, nem a minha voz, que participam comigo nessa amizade electiva. Creia que é o texto anterior tornado ser. O seu efeito é fazer desaparecer a lembrança de si próprio, de desligar-se da vida que possuo.

É por esta fresta que o desconhecido que referi acima entrou; com uma maneira de vestir tão inseparável do seu corpo que, no infinito, tive medo de não poder ajudar a arrancá-lo desse hábito.

Depois, não tive mais intenções eficazes, e acedo ao desconhecido nascente por pequenos quadros. De como ele se levantou desse lugar e, experimentando a minha acuidade para segui-lo, voltou desse caminho; de como, tendo-se chamado Pessoa, encontrou nesse nome o

maior obstáculo; de como convinha agora abandonar a cidade onde nascera, à sombra de um teatro onde se cantava ópera, e deixar de ser o cavalo, ou a parelha, com o duplo dos seus heterónimos, à frente de um carro; de como eu — a dama do jogo de cartas —, passou por ele nessa noite, e lhe sugou tudo o que lhe ocultava a nudez, e que eram as outras pessoas que se dedicavam ao estudo temperado da língua.

O estudo temperado da língua tinha, sobretudo, a ver com as orelhas do cavalo, que é o meu animal preferido, depois dos gatos, do seu cão, e das galinhas; **seu cão**, já no meu papel visionário quanto ao nosso destino, porque ele nunca tinha tido um animal para fazer-lhe companhia; nem, tão-pouco se tinha dado a alguém com um desejo reflectido de amor.

No pródromo do livro pergunto-me: **ele tão próximo, e, ambos, da casa, como poderei eu ser a medianeira?**

No princípio era preciso queimar qualquer coisa — fazer um sacrifício; a vida dos grandes músicos — Bach, Mozart, Beethoven, Brahms —, e alguns outros que não se reconhecem pelo ideal do nome, reside na orelha; eu devia despi-lo entregue à música, a sós com o que se pode enunciar dele por essa via; as alterações que sobrevêm no curso do meu pensamento... mas perdi tenuemente o que se enunciava... relacionado com Ópera, músicos, e equestre.

Como se o meu contacto com ele tivesse sido lacrado de novo.

Não desejo agora ir a Lisboa por Lisboa, mas por ele; não desejo também ouvir música e conhecer libretos de óperas por eles mesmos; librinar — cair chuva miúda — é, por agora, o princípio do meu desejo de ligá-lo a outra composição.

Maria Gabriela Llansol, in **Um Falcão no Punho — Diário I**, Edições Rolim, Lisboa, 1985, pp. 84-86.



Tivemos edições de Pessoa de todas as formas e feitios, em obras ditas completas ou antologias, selecções pedagógicas ou caprichosas. Uma delas,

Ano pessoano — assim lhe devemos chamar se queremos referir o que de mais saliente se passou ao longo de doze meses de ensaísmo português, distribuídos irregularmente, como de costume, em torno de dois períodos cruciais: o Natal e a Feira do Livro nos finais de Maio. Tivemos assim o início do que se iria desenvolver nos primeiros meses de 86, isto é, as edições de Pessoa de todas as formas e feitios, em obras ditas completas ou antologias, selecções pedagógicas ou caprichosas. Uma delas, dando-se mesmo ao luxo de incluir inéditos, além de um estudo sugestivo e estimulante (como tudo o que sai da pena da autora) de Maria Aliete Galhoz, pertence à colecção de

Ensaio

O ano pessoano

por Eduardo Prado Coelho

dando-se mesmo ao luxo de incluir inéditos.

Na gravura, a capa do livro de João Rui de Sousa *Fernando Pessoa empregado de escritório*.

poesia da Presença e merece indiscutível referência pela qualidade da sua informação e da sua escolha. Lembremos ainda, no domínio da iniciação, o breve texto de Maria José de Lancastre intitulado *O Essencial sobre Fernando Pessoa* (numa nova série «o essencial sobre...», que constitui uma das iniciativas mais originais do ano editorial).

Mas há mais: José Blanco reuniu criteriosamente os *Estudos sobre Fernando Pessoa* de Adolfo Casais Monteiro, e aí encontramos não só as principais peças críticas do autor como textos posteriores que iluminam as linhas essenciais da sua leitura. Yvette K. Centeno deu-nos alguns textos herméticos de Pessoa, que estavam por revelar, acompa-

nhados de um criterioso estudo, além de um volume de ensaios sob o título de *Fernando Pessoa: o Amor, a Morte e a Iniciação*. João Rui de Sousa passou para terrenos cuidadosos da investigação paraliterária com *Fernando Pessoa, Empregado de Escritório*. Luís de Oliveira e Silva, nome desconhecido no interior da «família pessoana», lançou-se numa polémica releitura de Pessoa, e de alguns dos seus heterónimos, a partir de certas referências filosóficas fundamentais: *O Materialismo Idealista de Fernando Pessoa*. E José Augusto Seabra reuniu ensaios de fundo e textos mais circunstanciais num volume intitulado *O Heterotexto Pessoa*. Quanto a Pessoa, fiquemos por aqui, sem, contudo, deixar ainda de referir os números especiais da *Persona*, dos *Cadernos de Literatura*, do *JL*, e, sobretudo, da *Colóquio-Letras*. Alguns escritores mais jovens chegaram mesmo a proclamar que «tanto Pessoa já enjoa». Não é tanto assim, mas compreende-se o desabafo.

Na minha memória de leitor (desatento), ficaram algumas edições ou reedições que gostaria de convocar num feixe de cumplicidades. Em primeiro lugar, e saudando uma grande personalidade brasileira dos estudos portugueses, os ensaios de Cleonice Berardinelli reunidos em *Estudos de Literatura Portuguesa*. Em segundo lugar, a reedição do livro de Maria de Lourdes Belchior *Itinerário Poético de Rodrigues Lobo* (que nos surpreenderia com um livro inédito de poesia, acompanhado de um belo texto de Joaquim Manuel Magalhães). Em terceiro lugar, o reaparecimento de uma obra fundamental para o conhecimento da cultura portuguesa: a *Epistolografia em Portugal* de Andréa Rocha. E, por fim, a reunião de textos evocativos de Vitorino Nemésio em *Quase Que Os Vi Viver*.

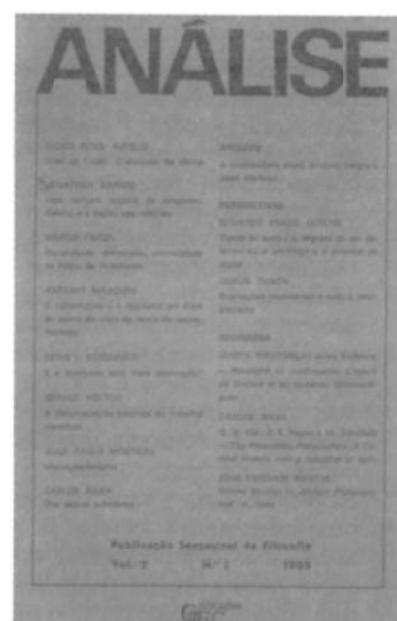
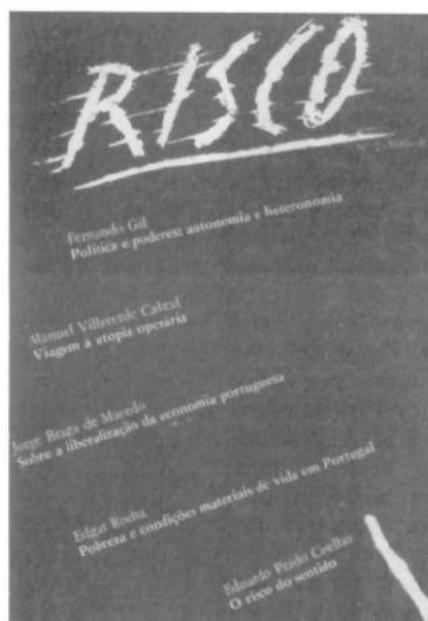
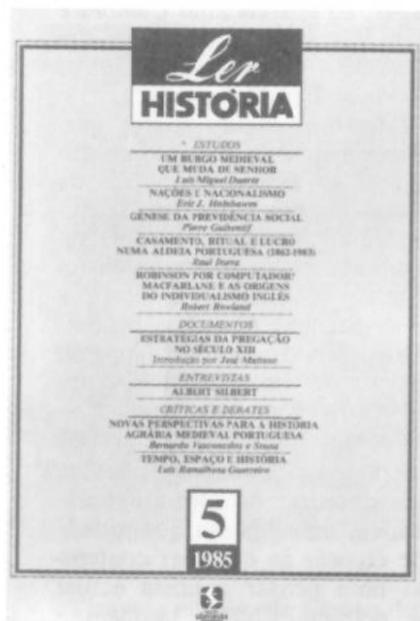
Do lado de uma erudição que não parte das rotinas universitárias, mas, sim, do gosto provocador e efabulatório de quem concebe os estudos literários em termos de imaginação e delírio rigoroso, encontramos dois livros de índole e escrita muito diversa, mas que têm em comum a capacidade de nos solicitarem para um espécie de interminável enigma de que toda a literatura seria feita. Refiro-

-me, em primeiro lugar, ao apaixonante *Camões e a Divina Proporção* de Vasco Graça Moura, e, em segundo lugar, a *Labirinto Camoniano e Outros Labirintos* de Fiama Hasse Pais Brandão.

Gostaria ainda de lembrar alguns textos que, não pertencendo propriamente ao domínio do ensaio, nem muito menos ao campo específico da literatura, têm contudo o grande mérito de nos dar que pensar e imaginar em termos que extravasam os habituais limites da investigação histórica. O caso mais impressionante surge com a grande revelação ensaística que é a obra em dois volumes de José Mattoso *Identificação de Um País* (concebida esta identificação um pouco à maneira da antonioniana *identificação de uma mulher* — perseguição de uma quase inacessível identidade nacional). Estamos perante um trabalho altamente estimulante, capaz de sintetizar de forma agradável, acessível e sugestiva, uma imensa quantidade de dados, e capaz de colocar as questões contemporâneas necessárias para pensar a nossa actual situação histórica e política. Chamo também a atenção para *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Séc. XIX aos Inícios do Séc. XX* de José Machado Pais.

No domínio do ensaio político, o ano foi bastante mais fértil do que o habitual, para o que não foi certamente estranho o facto de as eleições se multiplicarem e tudo parecer indicar que estávamos perante o abrir de um novo ciclo na vida política portuguesa. Algumas das páginas mais inovadoras pertencem a Maria de Lourdes Pintasilgo, em primeiro lugar, com uma recolha de textos antigos intitulada *Dimensões de Mudança*, e, em segundo lugar, com um livro-entrevista, com o nome de *As Minhas Respostas*, e onde também entrevistaram, com falas extremamente densas, Jaime Nogueira Pinto e João Carlos Espada.

Mas temos mais obras a registar. Vitorino Magalhães Godinho deu-nos um dos seus habituais balanços da situação portuguesa, num registo cada vez mais inquieto e aqui ou ali apocalíptico: *Portugal, a Pátria Bloqueada e a Responsabilidade da*



Algumas das revistas que continuaram a publicar-se no âmbito da Filosofia e das Ciências Humanas.

Cidadania. Joaquim Aguiar prosseguiu o seu estudo sistémico do nosso passado recente com *O Pós-Salazarismo*. Fernando Pereira Marques optou pela recolha de reflexões mais deambulantes e conjunturais com *O Elogio da Inquietude*. Viriato Soromenho Marques reflectiu sobre a informação actualizada relativa ao problema da paz e aos armamentos das grandes potências em *A Europa: o Risco do Futuro*. E José Fernandes Fafe contribuiu para a renovação da esquerda democrática com a edição de uma espécie de «caderno permanente de leituras e análises»: *Esquerda, a Novíssima e a Eterna*.

O domínio filosófico foi, como habitualmente, dos menos favorecidos. Para além da publicação de revistas como *Análise* (dirigida por Fernando

Gil) e da *Filosofia* (dirigida por Joel Serrão), tivemos a edição portuguesa de *Hume e a Epistemologia* de João Paulo Monteiro, o ensaio interessante de Rui Magalhães intitulado *Signos e Conceitos* e o excelente trabalho pedagógico de José Gabriel Trindade Santos com *Antes de Sócrates*. Mais para o lado das ciências humanas, registemos ainda *A Morte no Portugal Contemporâneo* de Rui Feijó, Hermínio Martins e Pina Cabral, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos de Madureira Pinto e No Reino de Xantum: os Jovens e o Conflito de Gerações* de Eurico Figueiredo. Merecem referência positiva algumas revistas nesta área (e o esforço que nelas empenhou a *Afrontamento*): é o caso da *Revista Portuguesa de Psicanálise*, dos *Cadernos de Ciências Sociais*, da *Re-*

vista de Comunicação e Linguagens, e ainda do *Risco*, do *Ler História e Espaço e Sociedade*.

Registemos, no âmbito do ensaio sobre matérias de formação e educação, *Os Aprendizizes de Pigmalião* de Maria Emília Brederode Santos e *O Falso Neutro* de Maria Isabel Barreno.

O conhecimento do movimento operário português enriqueceu-se com *O Movimento Socialista em Portugal* de Filomena Mónica, acompanhado de um prefácio de Francisco Salgado Zenha.

Mas, retomando a problemática mais especificamente literária, importa registar alguns outros volumes importantes da edição de 1985. Ainda na já referida colecção «O Essencial sobre», salientemos os volumes de Ana Maria Martins sobre *Antero de Quental*, de Clara Rocha sobre *Mário de Sá-Carneiro*, e sobretudo o belo trabalho de síntese de Paula Morão sobre *Irene Lisboa*. Maria Alzira Seixo coordenou os trabalhos de um colóquio que acabou por ter o título de *Poéticas do*

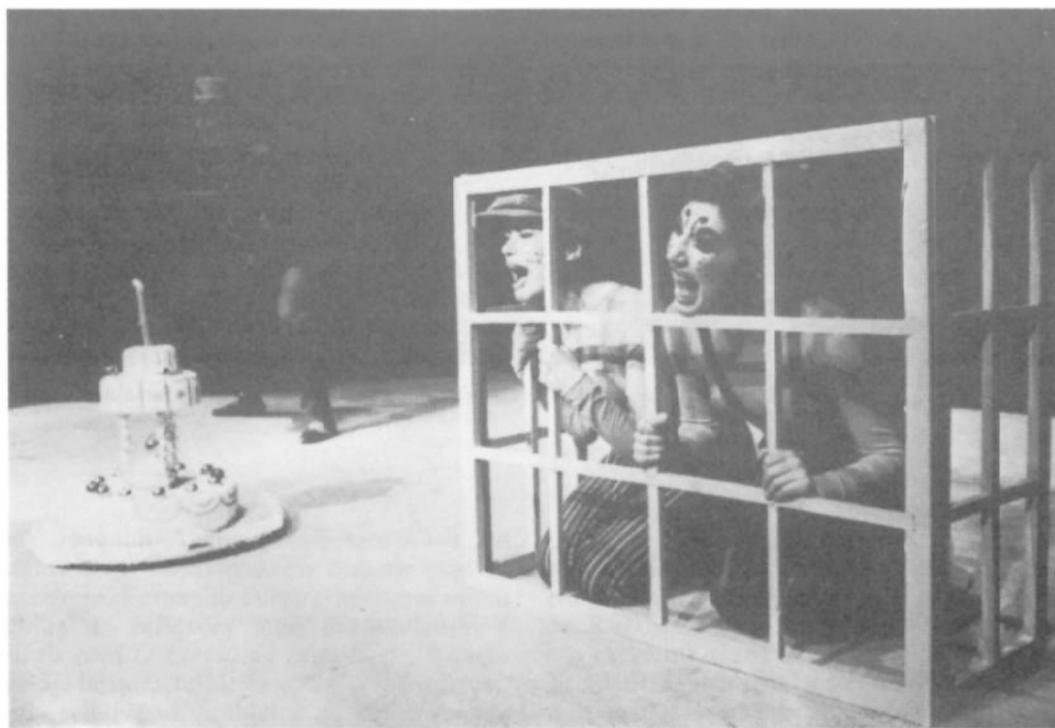
Século XX. Maria Estela Guedes deu-nos um volume de apresentação da vida e obra de Mário de Sá-Carneiro. Helder Godinho estudou, à luz da metodologia de Gilbert Durand, *O Universo Imaginário de Vergílio Ferreira*. João Palma Ferreira propôs a revisão crítica de certos períodos da nossa história literária em *Literatura Portuguesa — História e Crítica*. Joel Serrão ocupou-se brilhantemente de *O Primeiro Fradique Mendes*. Maria Leonor Machado de Sousa reuniu alguns dos seus trabalhos de investigação em *Mito e Criação Literária*. Mário Cesariny manteve o gosto polémico do surrealismo português na recolha intitulada *As Mãos na Água a Cabeça no Mar*. Clara Rocha publicou a sua tese de doutoramento sobre *Revistas Literárias Portuguesas do Século XX*. E do Brasil chegou-nos um notável ensaio de Nadia Battela Gotlib com o nome de *O Estrangeiro Definiúvo: Poesia e Crítica em Adolfo Casais Monteiro*.

Um ano positivo, em suma.

Teatro

Quatro originais

por Maria Helena Seródio



Dos textos dramáticos originais publicados em 85, dois são orientados para o teatro infantil, e dois outros representam a contribuição de jovens com algum contacto com a prática teatral, optan-

do por uma curta peça de base realista.

Na gravura, uma cena da peça *Mel, Pastel e um Boneco de Papel*, com encenação de Júlio Castronovo, pelo Teatro Experimental do Porto.

1. Avaliar a produção dramática portuguesa de 1985 é trabalho ingrato e algo doloroso, na medida em que significa dar testemunho do muito pouco que se escreveu e editou nesse campo.

É certo que surgiram originais em cena com algum interesse (embora necessitassem de revisões para publicação), como é o caso de *Amadis*, de Abel Neves, *Crisântemos e Malmequeres*, de Orlando Neves e *Galileu, Contador de Estrelas*, de José Jorge Letria. Mas a verdade é que o estímulo por parte das companhias de teatro não tem sido grande, preocupadas que estão em dar a conhecer sobretudo autores consagrados, e, na maior parte das vezes, estrangeiros. Compreendemos, também, por outro lado, que, em condições pouco convidativas, o texto não surja, pelo que não seria de todo desacertado incentivar quer ao nível de uma prática continuada do Teatro Nacional (para isso existe até uma Sala Experimental), quer ao nível das companhias em geral, quer ao nível da Televisão; a encenação de textos originais portugueses. Porque é um facto indesmentível terem os maiores dramaturgos escrito para o teatro, nele terem provado a sua capacidade criativa e por ele terem melhorado a qualidade literária e teatral dos seus textos.

2. Antes, porém, de referir os quatro originais portugueses publicados no ano que passou, gostaria de assinalar duas importantes iniciativas editoriais: a publicação de um *Drama dos Santos Reis Magos*, com introdução e notas de Maria Clara de Almeida Lucas, e a peça de Manuel Laranjeiro, *As Feras*. Esta surge na colecção agora iniciada sob o patrocínio do Instituto Português do Património Cultural — Textos Dramáticos Inéditos —, dirigida por Luís Francisco Rebelo, que assina, neste 1.º volume, um notável estudo introdutório ao teatro de Manuel Laranjeiro entendido no contexto cultural e especificamente teatral em que viveu o seu autor.

A peça de um só acto — *As Feras* —, a segunda das cinco que o A. escreveu (e das quais restam apenas fragmentos), foi representada pela primeira

vez em 1905 no Teatro do Ginásio pelo então chamado Teatro Livre, associação que se formara para seguir em Portugal o movimento desencadeado em 1887 por Zola em Paris, e que tinha já adeptos e seguidores em Berlim, Londres, Copenhaga e Moscovo.

A peça agora dada à estampa tem, por isso, uma considerável importância histórica, dando ainda a conhecer mais uma obra de um dos expoentes do «pessimismo nacional». E, para temperar o patético que se insinua na representação pungente da «pobre mãe solteira obrigada a roubar para não morrer», a parte final da peça inclui uma discussão de ideias, de pendor ibseniano, em que é visível o anarquismo que marcou a primeira fase da produção do A.

O *Drama dos Santos Reis Magos* parte de um manuscrito anónimo e sem data, encontrado nos Arquivos da Biblioteca Pública de Braga, e que, em função do estudo filológico empreendido, se pode datar de finais do séc. XVII e início do séc. XVIII. No volume foram ainda incluídos mais textos dramáticos do séc. XVIII destinados a ser representados na época natalícia e que se repartem em autos, dramas pastoris, entremezes e loas.

3. Dos textos dramáticos originais publicados em 85, dois são orientados para o teatro infantil, e dois outros representam a contribuição de jovens com algum contacto com a prática teatral, optando por uma curta peça de base realista.

Assim é o monólogo *Meio-Dia*, de Luís Figueiredo Tomé que, todavia, ultrapassa a atmosfera naturalista inicial, propondo um excelente exercício poético-dramático a partir da personagem-mulher. A peça torna-se roteiro aliciante de ansiedades e desejos, e a sensualidade, sinalizada cenicamente no corpo seminu da mulher, inscreve-se igualmente ao nível do texto, revelando-se na imagística do fogo, da água e do sangue. Resulta um texto de grande beleza poética que, com mestria, inventa uma sucessão de papéis para modelar diferentes registos, inflexões e tons que diversificam o jogo teatral, sem descurar as palavras. Por isso



Manuel Laranjeira, numa caricatura de Amadeo Sousa-Cardoso.

e sintomaticamente teatro surge aqui definido como um «correr por dentro das palavras».

A outra peça que aparece no mesmo volume da Sociedade Portuguesa de Autores é *Intimidades*, de Paulo César. Encena uma relação homossexual e, embora não aprofunde a caracterização das três personagens envolvidas no conflito, nem consiga grande elevação dramática, alcança uma coloquialidade muito apreciável e constrói, sem redundâncias ou prolongamentos excessivos, uma acção surpreendida em momentos importantes do seu desenrolar.

4. Ao publicar *O Amor das Três Laranjas* (e cuja primeira versão foi escrita em 1977), Carlos Wallenstein apela à cumplicidade da «criança que cada um de nós traz dentro de si», reelaborando uma história ouvida na infância num lugar dos Açores, as Furnas. É uma curiosa história, bem escrita e bem carpinteirada do ponto de vista dramático, inserindo várias passagens em verso e apelando a fantasiosos e espectaculares efeitos cénicos. Alia da melhor forma elementos do maravilhoso popular (princesa, bruxa, auxiliares mágicos...) e figuras que satirizam certos comportamentos políticos (conspirações, raptos, telexes interceptados...), propondo um inteligente divertimento em dois actos, a que não falta a ironia, o chiste e a «lição dos bons sentimentos». Enfim, ingredientes suficientes que justificam uma boa recriação cénica.

Diferente foi o processo de publicação do texto do poeta Manuel António Pina — *A Guerra no Tabuleiro de Xadrez*, na medida em que a peça foi sendo reelaborada no decurso dos ensaios pela participação de todos os elementos do grupo de teatro portuense Pé de Vento.

É, de facto, muito interessante o projecto de colaboração que M. A. P. tem mantido com este grupo de teatro, produzindo alguns dos melhores textos (e espectáculos) que para as crianças têm sido apresentados entre nós. Lembro, por exemplo, *O Homem do Saco* (1979), *A Arca do Não É* (1983) e *Histórias com Reis, Rainhas, Bobos, Bombeiros* e

Galinhas (1983) como momentos de inesquecível bom teatro.

O texto agora publicado é mais uma das suas *féeries* escritas em verso, cuja intenção principal é denunciar o absurdo da guerra. Opta pelo processo de representação alegórica, compondo um universo de encantamento e magia, quer pelas figuras inventadas, quer pela melodia da frase, pela força sugestiva das imagens, enfim, pela fantasia à solta a criar um mundo bem próximo do de Lewis Carroll, embora temperado de maior ternura e suavidade.

No final deste balanço, fico com a sensação de que o teatro enquanto produção de textos tem sido empurrado para uma certa marginalidade, tornando-se pequeno exercício que procura auditórios pequenos e cúmplices, ou bares (como foi o caso de Paulo César), ou então trabalha criativamente para as crianças. Fica ainda tanto por fazer!...

E se os escritores portugueses aceitassem o desafio de Karl Valentim e declarassem obrigatório para si próprios o exercício dramático?...



Manuel António Pina tem mantido com o grupo de teatro portuense «Pé de Vento» um projecto de colaboração para o qual produziu alguns dos melhores textos que para as crianças têm sido apresentados entre nós.

Literatura para crianças

Lacunas persistentes

por Natércia Rocha



Onde estão as obras de informação sobre fauna e flora do nosso país? Sumiu-se o lince da Malcata e a cabra do Gerês, dos lobos restam escassas centenas, talvez existam lontras e javalis; mas para as nossas crianças só se encontram textos e ilus-

trações sobre cangurus, elefantes e renas.

Na gravura, ilustração de João Botelho para o livro de Manuel António Pina *O País das Pessoas de Pernas para o Ar*.

A análise de doze meses da produção editorial portuguesa destinada às crianças embate sempre numa questão simultaneamente banal e crucial: o duelo quantidade-qualidade. Terão sido publicados títulos bastantes para as exigências do sector infanto-juvenil? A qualidade seguirá o mesmo rumo da quantidade ou fará caminhada em sentido inverso? Não se trata de discutir o sexo dos anjos mas de reunir elementos para uma possível resposta a outras perguntas porventura mais incómodas por serem directas e poderem passar por agressivas. Mas é preciso saber mais, muito mais, sobre a produção editorial que se assume como endereçada a um público de menor idade e menor independência, embora de poder aquisitivo por vezes desproporcionado às suas possibilidades de expressar exigências. E saber implica estudar, aprofundar, relacionar; implica pesquisar sobre causas e efeitos, sobre elementos actuantes na formação do gosto do leitor, sobre a promoção de modelos. Isso está a fazer-se por esses países fora, mas não por cá. Para quando estudos das obras de Matilde Rosa Araújo, Ricardo Alberty, Simões Müller e tantos outros se nem Ana de Castro Osório, Virgínia de Castro e Almeida, Maria Lamas e até Olavo d'Eça Leal merecem a atenção de estudiosos da literatura e da sociologia da leitura? Para que os escritores que pensam nas crianças — e para elas escrevem — não sejam (re)empurrados para zonas de subliteratura, é urgente e inadiável que disponhamos de estudos cuidados e, desnecessário seria dizê-lo, isentos, marcados pelo rigor que devem ter a investigação e a crítica. E a ilustração? Esquecimento será o destino das participações de Raquel Roque Gameiro, Leal da Câmara ou Milly Possoz nos livros para crianças?

Há que partir para uma questão, a mais simples. Aparecem mais ou menos livros de qualidade para este grupo de leitores? Eles são realmente um grupo entre os leitores — mais ou menos aptos; constituem uma zona de limites esgaçados, mas semelhante a outras: os apreciadores de poesia moderna, de ensaios políticos, de romances realistas...

Em relação a esses grupos espera-se que a melhoria da qualidade do «objecto consumido» fomenta mais elevados níveis de exigência, mais perícia na escolha. Sobre os leitores do grupo infanto-juvenil de que informações dispomos? Serão pertinentes?

Doze meses é um lapso de tempo demasiado curto para se evidenciarem tendências ou linhas de força, mesmo tendo em conta as situações destacadas de períodos contíguos. Como dado constante fica o carácter sazonal da produção literária para crianças: decorrem quase todos os meses do ano sem que novos títulos animem os escaparates ou as raras colunas de crítica, e é só ao acender das primeiras luzes natalícias que os livros se encavalitam para saírem antes da missa do galo; alguns atrasam-se e logo se perdem no esquecimento, dispondo talvez de nova oportunidade doze meses mais tarde entre os recém-vindos.

O ano de 1985 não foge à regra. Alguns dos melhores trabalhos chegaram quando o ano já ia de saída... Tudo reunido, regista-se a presença de quase meia centena de novos títulos, algumas reedições de interesse, louváveis tentativas de estilizar rotinas e ainda persistentes lacunas. Para referenciar somente duas destas últimas, volta a pergunta que repetidamente venho fazendo: onde estão as obras de informação sobre fauna e flora do nosso país? Sumiram-se o lince da Malcata e a cabra do Gerês, dos lobos restam escassas centenas, talvez existam lontras e javalis; mas para as nossas crianças só se encontram textos e ilustrações sobre cangurus, elefantes e renas... Ao referir-se «informação» é estabelecido distanciamento perante certo tipo de divulgação/informação que Nic Van de Wiele analisa ironicamente no seu artigo «Réponses bêtes à des questions idiotes»; Denys Prache escreve sobre a situação em artigo intitulado «Les bûteliers de la Vulga». A outra lacuna a realçar é a que abrange os livros para os mais pequenos, os leitores de bonecos e pouco mais, porque sobre eles recaem os maiores perigos de aculturação por falta de contrapartida válida à pressão estrangeira.

Faltam histórias da História

A história, universal ou nacional, continua a não poder oferecer-se em obras atraentes, claras e desapaixonadas, ou seja, faltam histórias da História com sentido histórico. O desejo de ensinar, e ensinar muito, vem das origens da literatura para crianças; a preocupação pedagógico-didáctica tem feito em estilhas muito das boas intenções. Mesmo em franca retirada, o didactismo ainda se apresenta com excessivo peso em obras que, sendo necessárias, se tornam tão pouco aliciantes que se quedam pela eficiência reduzida. Luísa Dacosta assisadamente limita o material informativo e apresenta «A Batalha de Aljubarrota», texto quase crónica, inspirado em Fernão Lopes e Camões, com referências visuais e sonoras que o aproximam de uma sequência cinematográfica, mas calmo e pausado como trabalho de copista medieval, sem dispersões. Caminho diferente toma Adolfo Simões Müller que em «Douro, Rio de Mil Aventuras» acumula e embrecha informações de todo o jaez, tão ansioso de muito contar como apressado lhe parece o rio que a lenda diz sôfrego por chegar ao mar. Relato de viajante que muito sabe e recorda, deixando o leitor perdido além, divertido acolá, informado às vezes.

Uma nova série assinada por Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães aborda a informação histórica. «Uma Viagem ao tempo dos Castelos» começa em prometedora toada de ficção científica, mas depressa se acolhe à já usada máquina do tempo para colocar os protagonistas na época escolhida. Esquema e estilo estão demasiado arrimados aos que as Autoras usam noutra série, retirando assim personalidade à nova experiência. Uma certa dose de ousadia e humor — como se encontra por exemplo em Heinlein — daria outro colorido a estas densas lições de história. Menos ambicioso é o álbum de banda desenhada «Este Conselho de Oeiras», com texto de Maria Alberta Menéres e desenho de Artur Correia. História de Portugal, sim, mas de um só concelho, daquele em que deve ter nascido o «Romance da Raposa» de Aquilino; daí a presen-



Maria Alberta Menéres é por vezes seduzida por situações surgidas em meio rural, como testemunham *As Aventuras de Engrácia*.

ça divertida e loquaz de personagens desta obra e de «Arca de Noé III Classe»; texto conciso na informação, metódico na cronologia, criterioso na escolha de textos de Aquilino.

Ainda com preocupações didáctico-informativas, mas agora no âmbito da ecologia, têm aparecido títulos que contam mais pela intenção do que pelos conhecimentos ou propostas avançadas. Nos textos de José Jorge Letria há mais criação de ambiente e apelo à sensibilidade do que dados precisos; assim acontece em «O Grande Continente Azul» (Prémio da Secretaria de Estado do Ambiente em 1983) de prosa ritmada e envolvente, servida pela ilustração serena de Paula Amaral. Em «João Ar Puro no

País do Fumo», Letria promove os elementos activos da história e abre espaços para os diálogos sem comprometer o matiz poético do texto a que a ilustração exuberante de Paula Oliveira dá o complemento visual da acção e reflexão que se exprimem pela selecção das cenas e pelo uso das cores. Para Fernando Bento Gomes é a maré negra que fica em destaque. Em «A Cidade Transparente» a solução é das crianças; o percurso feito é contado num estilo deslizante, quase como uma história tradicional de linguagem sonora, coloquial, sem vulgaridade; por vezes a prosa é ritmada sem esforço, por vezes é só musical. Propostas mais discretas nascem de «O Sétimo Descarrilamento» (Prémio da Secretaria de Estado do Ambiente em 1984) de Maria Alberta Menéres e Carlos Correia; uma história de brinquedos e sonhos e também de pressão/opressão do homem sobre a Natureza, do adulto sobre a criança; e também sobre a possibilidade, sempre a possibilidade, de qualquer de estas relações ser libertadora. Por razão desta dualidade e também porque os Autores se definem em estilos bem diferentes, o texto resulta num caldeamento de certa agressividade infantil — mesmo nos adultos — com o desejo de sonho que persiste mesmo quando é preciso deixar de ser criança. Texto interessante pela alternância e pela variedade das vias esboçadas, na história como no trabalho de escrita. A ilustração de Jorge Colombo frisa o trajecto do sonho ao sonho, passando pelo pesadelo das opressões.

Ainda relacionado com temas do meio ambiente surge um livro com características especiais; em «O Rapaz do Louredo» (Prémio de Literatura para Crianças da APE), António Mota desfia o quotidiano de Jorge, o pequeno guardador de uma cabra só, deixando que nele se entrossem os reflexos da vida nas grandes e pequenas cidades: é o menino estudante do Porto que deixa o livro, os padrinhos emigrantes, a saída da aldeia. Sem escorregar no panegírico dos encantos edílios do campo, sem gritos de alarmar sobre problemas ecológicos, António Mota é exuberante na linguagem simples de quem observa e sente sem pressas, ao correr do

tempo, o tempo da Natureza. Escrita amadurecida sem perda de pujança, reflectida sem subterfúgios, simples e directa.

Também Maria Alberta Menéres é por vezes seduzida por situações surgidas em meio rural. «As Aventuras da Engrácia» testemunham esse apego ao campo, aos animais pequenos, ao não-bulício de herdades e quintais. Engrácia é a menina que procura o equilíbrio entre o peso da realidade — pressão dos adultos — e a leveza dos sonhos. Aventuras mais conversadas do que contadas, numa tagarelice de amigas, divagante, com alegrias e traquinices partilhadas em diálogos eficazes na sua segura, próxima do laconismo infantil. Em outro livro, «O Retrato em escadinha», marca-se, com tons diferentes, o embate da determinação do adulto — alheio ao sonho — com a viva imaginação infantil, desfraldada à mínima provocação. Numa escrita que corajoso desadorno mais valoriza, Maria Alberta Menéres aprofunda a comunicação com o leitor, fala-lhe sempre mais perto, em maior privacidade, num caminho que levará do particular ao universal.

O trajecto da descoberta

O desencontro de experiências e valores diferentes — sejam eles de crianças ou de adultos — é o fulcro de um novo livro de Alice Vieira. «Paulina ao Piano», a história de uma menina que aprendeu a estabelecer com o piano um diálogo nunca entabulado, em termos felizes, com adultos e crianças em seu redor. Uma história de solidão? De forma alguma. É antes o trajecto da descoberta, da avaliação, do amadurecimento em tempo útil. Todo o enredo se passa em dois planos cronológicos num reforço do balancear entre o imediato/superficial e o reflectido/profundo. Em «Águas de Verão», da mesma Autora, a visão da criança — expectativa — e a do adulto — evocativa — cruzam-se, chocam-se, entrelaçam-se porque a criança começa a enfrentar o seu «já vivido». Se o



No ritmo das situações como do estilo, Alice Vieira chama o leitor a apoderar-se da infância.

diálogo vivo, crítico e irônico, puxa para o lado da criança, a recriação do ambiente das termas é um desvendar de uma visão de adulto que a criança está em vias de assumir. Não virá a própria citação de Alice Vieira «Águas de Verão têm pouca duração» sugerir a rapidez com que se pode concluir o percurso criança-adolescente-adulto? Es-

crita pausada e contida, até que a explosão final deixa o leitor perante cinzas quentes — a reacender. No ritmo das situações como do estilo, Alice Vieira chama o leitor a apoderar-se da sua infância — próxima ou inacabada —, vindo nela um passado a reler quando, num relance, já se adivinha a página seguinte.

Se os temas do quotidiano são elementos imprescindíveis na literatura para crianças, o fantástico, o mágico, o nonsense, a imaginação em altos voos não podem ser omissos. Dentro destes géneros, alguns títulos merecem destaque por múltiplas razões; entre eles está a raridade da presença de textos de humor sadio e inteligente; o riso cruel ou idiota é fácil de provocar, mas a gargalhada ou o sorriso feliz exigem sutileza. Álvaro de Magalhães reuniu umas tantas «Histórias Pequenas de Bichos Pequenos» e apresentou um novo livro. Incisivas, de traçado rápido, num estilo veloz e económico, de uma construção lógica patente, estas pequenas histórias podem contar-se entre o que de melhor se tem produzido no género. Sobressai o prazer de brincar criativamente com a língua que se fala, a descoberta de que falar/ler pode ser divertido, animado, lesto como um anúncio de televisão (o género de histórias que as crianças preferem, conforme já foi estudado); João Machado, em sintonia com o espírito do texto, revela mais uma vez (e quem dera muitas mais...) a excelente qualidade do seu trabalho. Luísa Ducla Soares tem vasta obra onde patenteia apurado sentido do humor, vivacidade na observação, riqueza de imaginação orientada com inteligência e sensibilidade. «Seis Histórias de Encantar» contém algumas frases de apresentação de onde extraio uma para poder subscrever: «Lúdico, tradicional, insólito ou ligado à ficção científica, o maravilhoso pode constituir um complemento à monotonia do quotidiano, uma forma de humor, uma pedrada no charco, um desafio à imaginação». E do maravilhoso saem histórias de texto cuidado, para ser convincente, ligeiro, para ser chamativo, sempre elegante e despretensioso. Vampiros a beber groselha e viagens no espaço acotovelam-se alegremente. Durante

muito tempo Ricardo Alberty foi dos poucos escritores a enveredar pelo conto de humor e nonsense; ainda este ano, em «Bonecos de Papel de Cor», ele procura e encontra outros caminhos e soluções para unir o riso e a ternura.

Na sua já vasta obra António Torrado tem mantido um agradável balancear entre o pendor poético e a veia humorística. Em «O Elefante Não Entra na Jogada» vence o humor numa história dinâmica, quase cinematográfica.

Para Maria Rosa Colaço, o amor, a amizade e a camaradagem são elementos imprescindíveis no desenrolar de uma história. «Aventuras de João Flor e Joana Amor» nascem do percurso comum, por vezes penoso, de dois caracóis que procuram fazer regressar as folhas que o Outono seduziu e levou com promessas de alegre baile; Texto de contadora de histórias, a pedir oralidade a reclamar interrupções de vozes infantis.

Há ainda que fazer o registo da saída regular de novos títulos da série «Uma Aventura» que vai absorvendo os leitores habituais de Enid Blyton, arrastando-os dos castelos da Escócia para a Torre dos Clérigos («Uma Aventura no Porto») ou para o nosso litoral sul («Uma Aventura no Algarve») dentro das regras estabelecidas pelo género. Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada conquistam assim terreno a séries idênticas, mas de origem estrangeira e de tradução nem sempre cuidada.

Está verificado que é possível, e até relativamente fácil, despertar o leitor potencial que existe em cada telespectador. Alexandre Honrado parece querer tentar a exploração dessa via, mas terá que reunir melhores condições para atingir o objectivo.

E nomes novos? O de Inês Barros Baptista (que em 1983 alcançou o Prémio Revelação do conjunto dos Prémios Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças, quando contava dezasseis anos). Autora de «O Dia e a Menina Fada», uma história que no seu percurso se assemelha a uma lenda para o nascimento das estações do ano. De uma estreante já distinguida espera-se persistência

e continuidade. O primeiro livro de Inácio Pignatelle surge como um conjunto de contos (ilustrados por Fernando Bento) onde o real alterna com o maravilhoso, sem saltos, sem voos.

Novidades interessantes, aparecem algumas. «De Que São Feitos os Sonhos» é uma colectânea de contos — até então inéditos — de dezoito escritores, incluindo dados biográficos e notas pessoais dos Autores antologiadados que cederam fotografias revelando um pouco da sua intimidade; a coordenação de Luísa Ducla Soares e a ilustração de Vítor Simões criaram uma obra atraente e de qualidade. Um conjunto de livro e *cassete* audio é outra agradável surpresa que se torna ainda mais interessante por trazer as assinaturas de Maria Alberta Menéres (texto) e Carlos Barradas (ilustração).

Fizeram-se algumas reedições. De Ilse Loça surge «O Quadro Roubado» e «A Minha Melhor História», ambos os títulos com nova ilustração. «Portugal Pequenininho» de Raul Brandão e Maria Angelina, com 1.^a edição em 1930, é outra reedição assinalável deste ano.

As versões de contos tradicionais surgem com abundância deste «Põe-te Mesa» em tradução de Teresa Balté a «O Amor das Três Laranjas» em «leitura» de dramaturgo de Carlos Wallenstein. António Torrado propõe alterações e fusões arrojadas e discutíveis numa colecção que se confessa no título adoptado: «Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de novo»; «Sapateiro Remendeiro, Muito Trabalho Pouco Dinheiro», «A Raposa das Botas Altas» e outros títulos correspondem a reformulações de enredos bem conhecidos. Em «A Árvore» Sophia de Mello Breyner usa o seu estilo apurado e musical para recriar contos tradicionais japoneses. Etelvina Lopes de Almeida opta por uma conversa a três para contar algumas histórias de exóticas origens (Turquia, Egipto, Brasil, etc.); em nota aos professores, a Autora diz que o seu propósito é «contribuir, com textos acabados, para as aulas de animação teatral nas escolas ou associações recreativas»; sob o ponto de vista pedagó-

gico, a proposta é pouco defensável e, se considerarmos cada história como um todo, esta dispersa-se por «falas» longas, por sequências quebradas, por desvios inúteis, tirando à história fluência e ambiente.

A aparição de alguns nomes de Autores estrangeiros parece merecedora de referência, quando a qualidade é razão justificativa. E assim acontece com os textos de Marguerite Yourcenar, Tournier, Prévert ou Rodari, este último tão pouco divulgado no nosso país.

Aparentemente um bom ano para os autores portugueses; mas não é ainda suficientemente bom, porque não conseguiram lugar digno nas primeiras filas de montras e escaparates de livreiros; não suficientemente bom porque, no ano do centenário de Aquilino, a sua obra para crianças não esteve ao alcance daqueles que poderiam lê-la, visto que «Arca de Noé III Classe», há muito esgotada, não teve reedição. Só por isso já se poderia dizer que 1985 não foi suficientemente bom para os escritores portugueses e que a criança/leitor foi lesada.

Tradução literária

Predomínio das literaturas de expressão inglesa

por João Almeida Flor



Na totalidade dos textos traduzidos, cabe à ficção narrativa a posição largamente maioritária, com cerca de 73 por cento, muito distanciada da poesia, que ronda os 26, e do drama, que não ul-

trapassa a modesta marca de 4. Quase metade desses textos provêm das literaturas de expressão inglesa.

Por muito discutíveis que sejam os pressupostos metodológicos do presente trabalho, ele constitui uma tentativa de resolver alguns dos problemas levantados pela tarefa de abordar, em breves páginas, o panorama da tradução literária em Portugal no ano de 1985. Com efeito, para que o relatório fosse exaustivo, haveria que privilegiar a extensão, enumerando autores, tradutores e títulos numa listagem fastidiosa e, em si mesma, carecida de significado; e, para que a visão fosse crítica, havia que estudar cada obra em profundidade, correndo o risco de justapor recensões avulsas, num mosaico destituído de intenção integradora e englobante. Entendidos em alternativa, nenhum destes caminhos antagónicos, embora complementares, se afigura satisfatório ou sequer desejável. Pareceu, então, preferível combinar os objectivos centrais de ambos, procedendo simultaneamente à necessária delimitação do campo de trabalho, julgado mais produtivo para os fins em vista.

Por outras palavras, pela aplicação conjugada de vários métodos de tratamento selectivo dos dados disponíveis, será possível, por um lado, apresentar uma visão sintética e estatística do conjunto de traduções publicadas no ano transacto e, por outro, desenvolver uma reflexão em torno de quatro livros de poesia, seleccionados de acordo com o interesse dos originais e com a qualidade das respectivas versões.

Para começar, se tomarmos como base os dados numéricos que foi possível extrair dos catálogos das livrarias e das informações bibliográficas fornecidas pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, a análise quantitativa revela profundos desequilíbrios na distribuição das obras recensadas pelos três géneros literários tradicionais. Na totalidade dos textos traduzidos em 1985, cabe à ficção narrativa a posição largamente maioritária com cerca de 73%, muito distanciada da poesia que ronda os 23% e do drama que não ultrapassa a modesta marca de 4%. Considerando que esta desproporção no escalonamento da oferta tem caracterizado a actividade editorial nos últimos anos, parece legítimo relacioná-la com a procura poten-

cial do mercado português que continua a preferir o romance, original ou traduzido, por motivos que só a sociologia do consumo literário poderá esclarecer.

Quanto à distribuição dos textos por idiomas de origem, torna-se patente a reduzida capacidade de penetração entre nós das línguas clássicas, escandinavas e eslavas, podendo admitir-se, na hipótese optimista, que o leitor português continuará a recorrer a traduções indirectas ou publicadas em línguas mediadoras com que se sente mais familiarizado.

A produção do espaço cultural hispanófono representa aproximadamente 14% do total recolhido e inclui textos de Jorge Luis Borges (*Poemas Escolhidos*), Luis Cernuda (*Os Prazeres Proibidos*), Federico García Lorca (*Divã do Tamarit*) e Octavio Paz (*Águia ou Sol?*). Por comparação com anos anteriores, a literatura francesa regista um acréscimo notório e situa-se agora acima de 28%, com um elenco de autores entre os quais se contam Simone de Beauvoir (*O Sangue dos Outros*), Jean Cocteau (*O Livro Branco*), Marguerite Duras (*O Amante*), Jean Genet (*O Funâmbulo*) e J. K. Huysmans (*O Castelo do Homem Ancorado*). Torna-se também evidente a preponderância entre nós das literaturas de expressão inglesa donde provêm 42% das traduções publicadas ou reeditadas em 1985; nelas avultam os nomes de Angela Carter (*As Infernais Máquinas do Desejo do Doutor Hoffmann*), Lawrence Durrell (*Monsieur ou o Príncipe das Trevas*), William Faulkner (*O Primeiro Dia de Maio*), Graham Greene (*O Comboio de Istambul*), Ernest Hemingway (*Fiesta*), Doris Lessing (*Um Murmúrio da Tempestade*), William Shakespeare (*Ricardo III*) e Virginia Woolf (*Rumo ao Farol*). Finalmente, a área cultural de língua alemã constitui cerca de 14% do montante global, abrangendo obras de Hugo von Hofmannstahl (*A Carta de Lord Chandos*), Robert Musil (*Três Mulheres*), Rainer Maria Rilke (*Dois Histórias de Praga*) e Arthur Schnitzler (*Contos*).

Depois desta abordagem enumerativa e quantificadora do *corpus* textual recenseado que serviu

para identificar ordenadamente as grandes linhas condicionantes da configuração da área em estudo, importa, agora, concentrar as atenções em quatro obras líricas, onde, por metonímia, se podem evocar não só tradições literárias que se entrecruzam no espaço português mas também os diálogos múltiplos que a poesia estabelece na sua relação dialéctica com o mundo e consigo.

Quatro obras líricas

No centenário da morte de Rosalía de Castro e graças ao labor de Ernesto Guerra da Cal, foi publicada uma *Antologia Poética* da obra que protagoniza o ressurgimento da língua e da literatura galegas, em luta contra a hegemonia política, social e ideológica imposta pelo centralismo castelhano. Prolongando a tendência romântica para revitalizar a consciência nacional das minorias étnicas culturalmente discriminadas, Rosalía verbaliza a problemática galega, escrevendo a epopeia dos humilhados que, mesmo na sua própria terra, sofrem e interiorizam a sua condição de permanente exílio. Voz insubmissa, denunciadora do subdesenvolvimento, da colonização e da apatia que estrangulam as energias vitais do seu povo, Rosalía reivindica a identidade inconfundível da tradição literária, geográfica e humana do Noroeste peninsular enquanto, num plano universalizante, exprime também as suas íntimas inquietações, dominadas pela metafísica da saudade, pela mística do amor e pela interrogação da morte. Curiosamente, testemunhando o peso cultural do superstrato castelhano na Galiza, a obra poética rosaliana reparte-se por duas línguas. A sua é o falar autóctone que florescera nos cancioneiros trovadorescos da Idade Média galaico-portuguesa e, mais tarde, foi remetido para o estatuto da subalternidade; a outra, castelhana, é um idioma adoptivo que nunca chega a constituir um instrumento plenamente eficaz de comunicação lírica, pelos bloqueamentos psicológicos que lhe provoca. Deste modo, uma parte da tarefa de Ernesto Guerra da Cal não é



Jorge Luís Borges, de quem se traduziram, em 1985, os *Poemas Escolhidos*.

propriamente de tradução interlinguística; trata-se, antes, de transcrever uma variedade regional e arcaica da língua portuguesa, normalizando-a e introduzindo-lhe as adaptações necessárias à sua imediata inteligibilidade. Na sua tripla qualidade de poeta, crítico e erudito, o organizador desta *Antologia Poética* de Rosalía de Castro realizou um



William Shakespeare, que ressurge em Portugal com a tradução de Ricardo III.

trabalho valioso que poderá contribuir para dinamizar o nosso diálogo, tantas vezes adiado, com as literaturas ibéricas.

Se neste volume a poesia proclama o comprometimento do sujeito lírico com a realidade social circundante e historicamente determinada, a leitura do poema de Rimbaud, que, na tradução de Pedro José Leal, se intitula *O Barco Bêbado*, conduz-nos ao universo do simbolismo, na sua atenção prioritária às dimensões misteriosas da realidade. Na esteira do idealismo platónico e das suas metamorfoses na história da cultura ocidental, o discurso simbolista é uma forma de celebração dos ritos iniciáticos pelos quais se cumpre a demanda da verdade última, ou seja, da profunda unidade subjacente à ilusória heterogeneidade das coisas;

todas elas parecem percorridas por um fluido vital que estabelece um sistema dinâmico de correspondências, sintonias e solidariedades, típicas da indiferenciação primordial. Por uma série de revelações graduais e, em si mesmas, incompletas, o texto de Rimbaud instaura uma relação de homologia entre os objectos do canto que são investidos de valores metafóricos e simbólicos. Enquanto instrumento que permite desvendar os arcanos do universo, a poesia recusa todas as formas de discursividade declarativa e escolhe a via oblíqua da sugestão evocadora para dizer o que, em rigor, é indizível. Dotado da hipersensibilidade que lhe autoriza a visão do que aos outros permanece imperceptível, o poeta simbolista repete incessantemente o acto do Génesis e, pela imaginação, reinventa as coisas, bem como a linguagem que as exprime. Veículo de mensagens que através dele se enunciam, Rimbaud escuta as melodias que indeliberadamente vai compondo, enquanto o seu barco voga sem remadores por mares de mistério, cumprindo insondáveis designios, numa viagem fantástica, metáfora da própria vida. Deste comentário se poderão deduzir alguns dos problemas levantados pela tradução da escrita de Rimbaud. Apesar de Pedro José Leal manifestar uma excessiva preocupação de manter esquemas prosódicos e rimáticos do original que o obrigam a diluir ou rasurar os valores conotativos de algumas imagens fulcrais, pode dizer-se que, no seu conjunto, a versão representa uma tentativa meritória de reescrever em português um dos mais importantes textos da literatura oitocentista.

O magistério do simbolismo francês projecta-se no espaço cultural anglo-americano e constitui uma das várias tradições do discurso poético que confluem para a obra de T. S. Eliot cujo poema *Quarta-Feira de Cinzas* foi traduzido por João Paulo Feliciano, no ano findo. Resultado da articulação orgânica de fragmentos dispersos, anteriormente compostos, o texto data de finais dos anos vinte e documenta as inquietações religiosas e escatológicas do autor, assumidas numa síntese equilibrada que apazigua os litígios entre o rigor de contenção do classicismo e as rupturas inovadoras da

poética contemporânea. A exemplo dos simbolistas, Eliot transfere para a poesia certas formas de construção interna próprias do discurso musical, de tal forma que, em *Quarta-Feira de Cinzas*, escutamos um conjunto de temas recorrentes que vão sendo glosados e desenvolvidos por diversas vozes, numa estrutura contrapontística de grande complexidade. No cerne, encontra-se a atitude mortificadora e penitencial que, no tempo litúrgico da Quaresma, prepara a vivência do mistério da Redenção, acontecimento crucial donde provém o sentido religioso da vida e da história humanas. Por isso, o poema se desenvolve a partir de duas posturas contrastantes que surgem em alternância: a agonia do debate interior sobre a experiência mundana, feita de memórias e desejos, e a serenidade resignada e jubilosa com que o sujeito renuncia a tudo para se reencontrar, renascido, em Deus. Em consonância, muita da imaginística eliotiana decorre do cruzamento de duas grandes constantes da cultura europeia, nomeadamente, o discurso teológico e litúrgico do Cristianismo e a tradição da arte amadora, sagrada e profana, cultivada desde o trovadorismo medieval e presente na poética dantesca da *Vita Nuova* e da *Comedia*. Explorando as potencialidades alegóricas da literatura bíblica judaico-cristã e remetendo constantemente para o percurso de Dante que, através da figura beatriciana da mediadora, tem acesso à plenitude do amor, *Quarta-Feira de Cinzas* é um poema denso de implicações cujas palavras, em dinâmica centrífuga, sempre conduzem ao plano da significação intertextual. O tradutor português, a despeito de algumas concessões feitas a nível da literalidade do texto, logrou produzir uma versão recriadora dos seus efeitos estéticos essenciais e capaz de despertar o nosso público para a necessidade urgente de ler, na íntegra, a obra de T. S. Eliot.

Uma outra dimensão do discurso amoroso transparece no volume intitulado *Erotica & Curiosa* onde João Barrento reúne traduções de alguns textos de Goethe que, pela sua natureza licenciosa e fescenina, nem sequer mereceram inclusão em edições consideradas fidedignas pelo consenso da



Os textos de Goethe reivindicam o direito de glorificar os impulsos do corpo como realidade insilenciável que faz parte integrante da condição e da experiência humanas.

crítica especializada. Tal como os bibliotecários zeladores dos bons costumes têm por hábito desterrar para a secção de livros ultra-reservados os grandes clássicos do erotismo e da pornografia oriental e europeia, alguns editores sobrepõem os preconceitos morais à seriedade do trabalho científico e eliminam, no todo ou em parte, certas produções poéticas cuja publicação comprometeria a imagem hierática dos patriarcas da literatura. Esta prática censória exerce-se de diversas formas e bastará aqui recordar, por exemplo, que a obra dramática shakespeariana foi objecto de uma edição *ad usum delphini*, elaborada por Thomas Bowdler que suprimiu pura e simplesmente todos os passos considerados obscenos, logo insusceptíveis de serem lidos no seio recatado das famílias da média burguesia na Inglaterra oitocentista. E,

apesar de o discurso freudiano ter criado, pela primeira vez na história, um aparelho conceptual e instrumentos de análise que viabilizam uma leitura científica da sexualidade, os padrões socioculturais dominantes estigmatizam ainda o efeito alegadamente afrodisíaco da literatura erótica e conferem-lhe um estatuto marginal. Contra a convicção neopuritana de que a fisiologia da reprodução deve manter-se dissociada do prazer dos sentidos, os textos de Goethe reivindicam o direito de glorificar os impulsos do corpo como realidade insilenciável que faz parte integrante da condição e da experiência humanas; em ruptura com os ensinamentos das epístolas paulinas, retomados pela tradição patrística, Goethe reactualiza o discurso de Ovídio, Catulo, Tibulo e Propércio, proclamando sem inibições a estética do desejo. Por movimentos alternados de explicitação e insinuação que correspondem à obsessão compulsiva de dizer e ao constrangimento imposto de calar, os poemas goethianos interpelam o leitor e proporcionam-lhe um

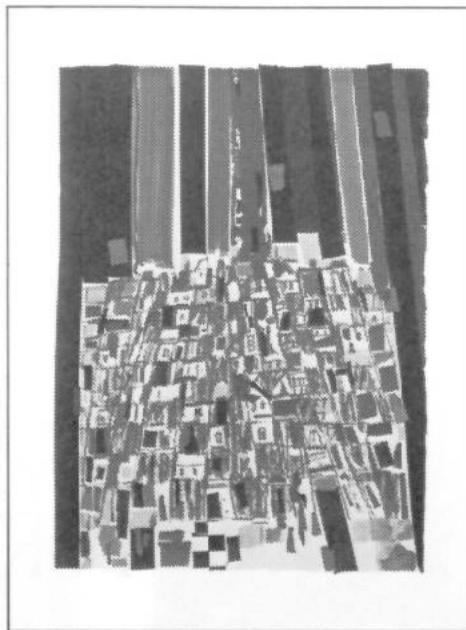
espaço de exercício dos instintos lúdicos que, por efeito catártico, libertam as tensões interiores, reúnem o prazer da poesia à poesia do prazer e contribuem para a afirmação da identidade do Eu, no relacionamento integral com o Outro. Profundo conhecedor da língua alemã e do ofício e arte da tradução literária, João Barrento produziu e anotou com rara competência uma antologia que nos leva a repensar criticamente o diálogo nunca interrompido entre *Poiesis* e *Eros*.

Representando as quatro áreas geográfico-culturais cuja influência entre nós é mais marcante, as obras de Rosália de Castro, Rimbaud, T. S. Eliot e Goethe este ano traduzidas e aqui recensadas dariam ocasião para reflectir sobre as múltiplas funções da palavra poética. Com efeito, no apelo à consciencialização política, na visão profética do mundo ideal, na resposta às inquietações religiosas e na celebração dos rituais do corpo, a poesia confronta os homens com a própria dinâmica do processo histórico, ou seja, com a permanência do desejo de mudança.

PRELO

ACTUALIDADES INCM

SERIGRAFIA DE VIEIRA DA SILVA COMEMORATIVA DO 75.º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DE 1911



GRAFIC

A Imprensa Nacional - Casa da Moeda acaba de editar em serigrafia o original de Vieira da Silva "CIDADE SEDE DE GOVERNO" por ocasião do 75.º Aniversário da Constituição de 1911.

Sendo uma parte da tiragem reservada à subscrição preferencial pelos Deputados à Assembleia da República.

Serão ainda lançados no mercado 250 exemplares todos numerados e assinados por Maria Helena Vieira da Silva.

Magnífica execução realizada no atelier de Carlos Lacerda, com 34 impressões em mates transparentes e opacos meio brilho e brilhantes, com acabamentos de verniz alto brilho, em papel Arches France Satiné de 300 gr. de 507 x 383 mm, com mancha impressa de 387 x 286 mm.

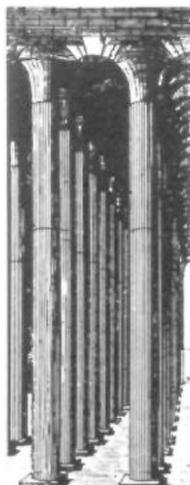
Preço: 30.000\$00
(sujeito a 16% de IVA)

Uma edição da **incm** IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Inscrições nas livrarias do Estado - Lisboa, Porto e Coimbra.

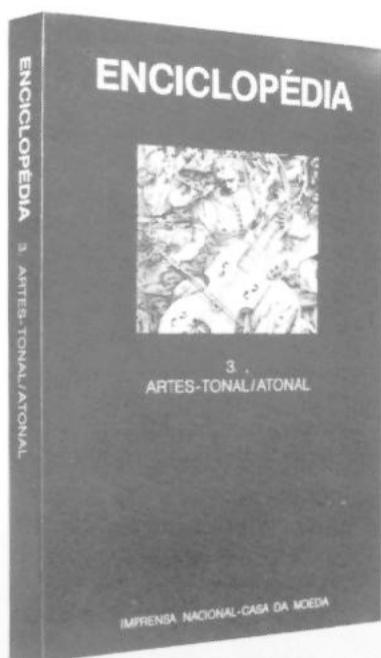
Por ser uma edição limitada será respeitada a ordem de inscrição.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI



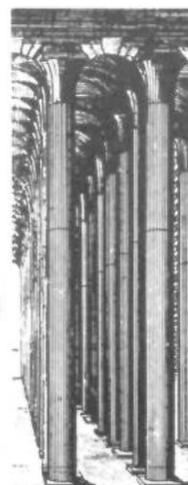
Plano da obra

1. Memória - História
2. Linguagem - Eruenciação
3. Artes - Tonal/atonal
4. Local/global
5. Antropos - Homem
6. Orgânico/inorgânico - Evolução
7. Modo de produção - Desenvolvimento/subdesenvolvimento
8. Região
9. Matéria - Universo
10. Dialéctica
11. Oral/escrito - Argumentação
12. Mythos/logos - Sagrado/profano
13. Lógica - Combinatória
14. Estado - Guerra
15. Cálculo - Probabilidade
16. Homo - Domesticação - Cultura material
17. Literatura - Texto
18. Natureza - Esotérico/exotérico
19. Organismo - Hereditariedade
20. Parentesco



43 VOLUMES

EDIÇÃO PORTUGUESA



A enciclopédia da cultura contemporânea
41 volumes temáticos com 600 conceitos-chave interdisciplinares, que constituem uma rede de referências, relações e conexões e introduzem o leitor no conhecimento activo das ideias, dos conceitos e dos problemas de hoje.

A enciclopédia de orientação
que ajuda a ler e a perceber, sem impor respostas definitivas; que ensina a organizar o nosso saber fragmentado e disperso; que se dirige a todos quantos se interessam pelos factos profundos da cultura e suas transformações.

A enciclopédia do saber de hoje
elaborada com a colaboração de reputados especialistas italianos, franceses, ingleses, soviéticos, americanos, polacos, portugueses.

"Uma imensa revolução no mundo cultural de língua portuguesa"
Eduardo Prado Coelho

"Ao mundo fechado e totalizante das enciclopédias modernas, a Einaudi contrapõe um universo que se preterde tão livre e aberto quanto o desejo e a imaginação do leitor"
António Mega Ferreira

"Um dos grandes acontecimentos culturais deste ano (e dos próximos) entre nós. Uma enciclopédia para ler e não apenas para consultar"
Francisco Belard

21. Método - Teoria/modelo
22. Política - Tolerância/intolerância
23. Inconsciente - Normal/anormal
24. Física
25. Criatividade - Visão
26. Sistema
27. Cérebro - Máquina
28. Produção/distribuição/Excedente
29. Tempo/temporalidade
30. Religião - Rito
31. Signo
32. Soma/psiche - Corpo
33. Explicação
34. Comunicação - Cognição
35. Estruturas matemáticas - Geometria e topologia
36. Vida/morte - Tradições - Gerações
37. Conceito - Filosofia/filosofias
38. Capital
39. Sociedade - Civilização
40. Direito - Classes
41. Conhecimento
- 42-43. Sistemática

À VENDA NAS LIVRARIAS

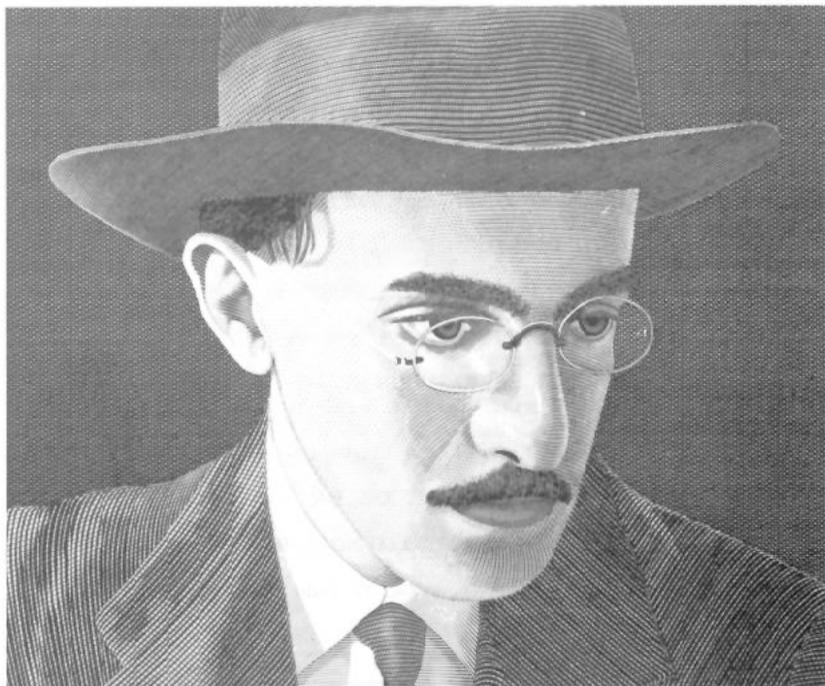
© **IMPRENSA
NACIONAL**
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

LIVROS
DA
IMPRESA
NACIONAL

INCM IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

GRAFTEC

UMA OPORTUNIDADE ÚNICA



A Imprensa Nacional - Casa da Moeda acaba de editar um retrato de Fernando Pessoa, da autoria de José Macedo Bandeira, artista gravador da Casa da Moeda. Executada a respectiva matriz a buril e água forte, foi depois reproduzida pelo processo técnico utilizado na feitura das notas de banco.

Pelo elevado grau de complexidade, número de horas de trabalho manual, recriação cuidadosa e paciente interpretação, uma gravura deste tipo, para além da perfeição técnica do seu acabamento, é uma autêntica obra de arte.

A Imprensa Nacional - Casa da Moeda oferece-lhe um exemplar desta gravura na compra de 5.000\$00 em livros ou na assinatura anual da revista PRELO.

Gravura 150 x 110 mm, sobre cartolina CLA 180g branca 342 x 250 mm. Tiragem limitada. Inscreva-se já nas Livrarias do Estado ou no seu livreiro habitual.

OFEREÇA ARTE • OFEREÇA CULTURA



GIL NOZES DE CARVALHO, Alba
 LUÍS MIGUEL NAVA, O Pão a Culpa
 a Escrita e Outros Textos
 ANTÓNIO CABRITA, O Milagre das
 Tribos
 EMANUEL JORGE BOTELHO, Cesu-
 ras
 JOÃO CAMILO, Na Pista entre as Li-
 nhas
 MANUEL MARIA CARRILHO, O Sa-
 ber e o Método
 EDUARDO PAZ BARROSO, Último
 Princípio — O Enredo da Distância
 MANUEL FRIAS MARTINS, Sombras
 e Transparências da Literatura
 MANUEL RESENDE, Natureza Morta
 com Desodorizante
 JOSÉ DIAS DE SOUZA, O Menino da
 sua Mãe
 JORGE FAZENDA LOURENÇO, Pe-
 dra de Afiar
 JOSÉ EMÍLIO NELSON, Polifemo e
 Outros Poemas
 MIGUEL SERRAS PEREIRA, Outra
 Coisa (Poesia, Psicanálise e Política —
 Algumas Linhas)
 EDUARDO PITTA, A Linguagem da
 Desordem
 ISABEL MENDES FERREIRA, Um
 Corpo (Sub)Exposto
 LUÍS FILIPE CASTRO MENDES, Re-
 cados
 FERNANDO GANDRA, O Lado do
 Cisne

ANTÓNIO CABRITA, Duas Luas, En-
 trededos
 LUÍS AMORIM DE SOUSA, Oceano-
 grafia
 HELENA MALHEIRO, Os Amantes ou
 a Arte da Novela em David Mourão-
 Ferreira
 CARLOS FERREIRA GOMES, Alguns
 Passos por Ilybe
 R. LINO, Atlas Paralelo
 ALBERTO SOARES, Escrito para a
 Noite
 CARLOS M. COUTO S. C., Do Céu,
 Pormenor
 DIOGO PIRES AURÉLIO, O Próprio
 Dizer (Sobre Poesia, Prosa e outros Es-
 tados da Razão)
 ISABEL FRAGA, Face
 ANA MARIA FERREIRA, Arquipéla-
 gos da Memória, A Torre de Babel e
 Outras Histórias
 12 POETAS DOS AÇORES, Sempre
 Disse Tais Coisas Esperançado na Vul-
 canologia
 MARGARIA BOTELHO, Com o Cora-
 ção Cheio de Sopa
 CARLOS LEITE, O Brilho do Residual
 LUÍSA FREIRE, Verde-Nunca
 MANUEL FERNANDO GONÇALVES,
 Isaac
 PAULO TUNHAS, Klee
 ANTÓNIO MAGALHÃES, A Escola
 Nocturna

incm IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

incm ... essencial!

Colecção Essencial

1. IRENE LISBOA
por Paula Morão
2. ANTERO DE QUENTAL
por Ana Maria Almeida Martins
3. A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE
por José Mattoso
4. A CONDIÇÃO FEMININA
por Maria Antónia Palla
5. A CULTURA MEDIEVAL PORTUGUESA (SÉCULOS XI a XIV)
por José Mattoso
6. OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA CULTURA PORTUGUESA
por Jorge Dias
7. JOSEFA D'ÓBIDOS
por Vítor Serrão
8. MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO
por Clara Rocha
9. FERNANDO PESSOA
por Maria José de Lancastre
10. GIL VICENTE
por Stephen Reckert
11. O CORSO E A PIRATARIA
por Ana Maria Pereira Ferreira
12. OS «BEBÊS-PROVETA»
por Clara Pinto Correia
13. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS
por Maria Assunção Pinto Correia
14. O CANCRO
por José Conde
15. A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA
por Jorge Miranda
16. O CORAÇÃO
por Fernando de Pádua



DUPLA PRELO



N.º 1 - Outubro/Dezembro 1983

SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL: INQUÉRITO

Jorge Borges de Macedo, José-Augusto França e Eduardo Lourenço

SOBRE A EXPANSÃO: ENSAIO

O problema do conhecimento na «Sphaera» de D. João de Castro
por Luís Filipe Barreto

«Vi claramente visto» ou Camões e D. João de Castro
por Vasco Graça Moura

A esfera armilar: génese e evolução
por Ana Maria Alves

Mudança na Etnologia
por Joaquim Pais de Brito

Romance do infeliz sucesso
por Leitão de Andrada

Romance de D. Sebastião
anónimo encontrado
por Almeida Faria

O azulejo: a mão e o mar
por João Fatela

O «Julgamento das Almas»
por Dagoberto L. Markl

LIVROS NA «PRELO»

Dois poemas
por Sophia de Mello Breyner Andresén

Virtudes do texto, vícios da edição
por Francisco Contente Domingues



N.º 2 - Janeiro/Março 1984

Reflexões sobre «a crise da identidade nacional»

por José Fernandes Fafe

Sociedade e economia na Lusitânia do séc. II a.C.

por José Manuel Garcia

Economia em Portugal no século XVIII: aspectos de mentalidade
por José Esteves Pereira

Iconografia da morte e ressurreição de Cristo: desvíos heterodoxos em dois painéis do antigo retábulo da igreja de Jesus em Setúbal
por Pedro Gomes Barbosa e F. A. Baptista Pereira

A lógica do cultural: uma introdução à História da Cultura
por Luís Filipe Barreto

INÉDITOS PESSOANOS

Emília Nadal: a arca e a fábula. Um ciclo de trabalhos dedicado à obra de Fernando Pessoa

apresentado por Vasco Graça Moura

Cartas de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro
apresentadas por José Blanco

LIVROS NA «PRELO»

Sobre as «Religiões da Lusitânia»
por José Manuel Garcia



N.º 3 - Abril/Junho 1984

ENTREVISTA

Um erro que vem da Geração de 70
Entrevista com J. S. Silva Dias

ENSAIOS

Místicos, veneráveis e herejes. Para
o estudo da religiosidade portuguesa
no séc. XVII
por Paulo Guimarães

Raios de extinta luz: um título en-
venenado
por Ana Maria Almeida Martins

Fenomenologia do cultural: uma in-
trodução à História da Cultura
por Luís Filipe Barreto

DOCUMENTOS

Um texto esquecido de Alexandre
Herculano sobre lavoura
por José Manuel Garcia e Jorge Custódio.

LIVROS NA «PRELO»

«Peregrinação»: a sátira e o resto
por Rebeca Catz

Uma historiadora: Virgínia Rau
por José Manuel Garcia



Número especial dedicado a
Eduardo Lourenço.

Colaboraram neste número:

Eugénio de Andrade
Vergílio Ferreira
Eugénio Lisboa
José-Augusto França
Almeida Faria
Fernando Gil
António Ramos Rosa
Sophia de Mello Breyner Andresen
Maria Alzira Seixo
Miguel Tâmen
Eduardo Prado Coelho
Mário Cláudio
Manuel Maria Carrilho
Luís Filipe Barreto
Joaquim Aguiar
Agustina Bessa Luís
Mário Braga
Urbano Tavares Rodrigues
José Blanc de Portugal
Maria Velho da Costa

Incluindo uma entrevista e páginas
inéditas do diário de Eduardo Lou-
renço



N.º 4 - Julho/Setembro 1984

ENCICLOPÉDIAS

O «modelo» enciclopédico e as suas
variações
por Alfredo Salsano

Postscriptum, 1984
por Alfredo Salsano

As enciclopédias medievais
por José Mattoso

O sonho de Diderot
por Irene Maria Ferreira

A paixão de coleccionar em Walter
Benjamin
por Maria Filomena Molder

ENCICLOPÉDISMO EM PORTUGAL

Natureza e expressões do saber
por José Esteves Pereira

Ribeiro Sanches e o poder do saber
por Luís Filipe Barreto

Enciclopedismo
e anti-enciclopedismo
por João Luís Lisboa

ACTUALIDADES INCM



Número especial
dedicado a Jaime Cortesão

APRESENTAÇÃO

Relance sobre a vida e a obra historiográfica
por Joel Serrão

«A Morte da Águia»
por António Coimbra Martins

Um prosador desconhecido
por Urbano Tavares Rodrigues

Principais dados biográficos

DOCUMENTOS

Cartas inéditas de Pascoaes
a Cortesão

Jaime Cortesão e a Maçonaria (1911-1920)
apresentação de José Esteves Pereira

CORTESÃO HISTORIADOR

A teoria da História
de Jaime Cortesão
por Jorge Borges de Macedo

Em torno dos fundamentos da formação de Portugal
por José Manuel Garcia

CORTESÃO E O BRASIL

A conquista de Angola pelos Holandeses. Estudo histórico-geográfico
por Max Justo Guedes

O «mistério» das Bandeiras
por Nanci Leonzo

No IV Centenário da cidade de São Paulo
por Daise Aparecida Oliveira, Lilliane S. L. Barros e Celina Yoshimoto

Cortesão no Instituto Rio Branco
por Maria Beatriz Nizza da Silva

Escritos semi-inéditos
por João Alves das Neves



N.º 5 - Outubro/Dezembro 1984

ENSAIOS

«Dizeres do povo» de Corrêa d'Oliveira e uma carta inédita de Fernando Pessoa
por J. M. da Cruz Pontes

Sentires simbolistas de A. Carneiro
por Isabel Oliveira e Silva

Do objecto ao museu
por Madalena Braz Teixeira

Para uma leitura da simbólica manuelina

por Ana Cristina Leite
e Paulo Pereira

DOCUMENTOS

Inéditos de Camilo.
Novas páginas de sofrimento
por Viale Moutinho

LIVROS NA «PRELO»

Glória de Sant'Anna.
O silêncio íntimo das coisas
por Eugénio Lisboa



N.º 6 - Janeiro/Março 1985

ENSAIOS

Uma tradução portuguesa da «Navegacion Especulativa» de António de Naiera

por Luís de Albuquerque

Fernando Oliveira, primeiro teórico da construção naval em Portugal
por Francisco Contente Domingues

Os Colóquios dos Simples: a Natureza «per speculum aenigmatæ»
por Irene Maria Ferreira

Da medicina renascentista: o lugar de Cristovão da Costa na leitura dos Colóquios de Garcia de Orta
por Luís Filipe Barreto

A influência portuguesa na difusão de plantas no mundo
por José E. Mendes Ferrão

Notas sobre um académico setecentista
por Manuel da Costa Leite

Quando uma rainha regulamenta o bem-estar e a saúde dos seus fiéis vassallos
por AnaLuísa Janeira e Ana Maria Carneiro

As experiências com «globos volantes» realizadas em Coimbra, em 1784
por A. M. Amorim da Costa



N.º 7 - Abril/Junho 1985

ENSAIOS

O darwinismo em Portugal
por G. F. Sacarrão

A indústria portuguesa no séc. XIX. Achegas para o seu estudo
por José M. Amado Mendes

Estatística e liberalismo em Portugal e Espanha no séc. XIX
por José Esteves Pereira

História e filosofia da história em Oliveira Martins
por Pedro Calafate

The friends of the friends. Uma dedicatória de Alberto de Oliveira a Camilo Pessanha «endossada» a Alberto Osório de Castro
por Maria José de Lencastre

O sangue e a rua. Elementos para uma antropologia de violência em Portugal
por João Fatela

DOCUMENTOS

Cartas inéditas de Antero para Oliveira Martins
apresentadas por Ana Maria Almeida Martins e Guilherme d'Oliveira Martins



N.º 8 - Julho/Setembro 1985

Editorial: A indecisão da matéria

Um homem sem biografia
entrevista com João Meneres Campos

Alvarez e o seu tempo

O Bispo
poema de Miguel Torga

Diagrama de Alvarez
depoimento de Fernando Lanhas

Dominguez Alvarez, ingénuo e não
por José-Augusto França

Uma alma larga
por Rui Feijó

Quanto vale um quadro
por Jaime Isidoro

Com Dominguez Alvarez
por Mário Cláudio

Paisagens e outras memórias
por Margarida Acciaiuoli

A pintura dos fantasmas modernistas
por Isabel de Oliveira e Silva

Alguns fragmentos
por José Luís Porfírio

Uma poética da transfiguração
por Bernardo Pinto de Almeida

Tristes navegantes
por Fernando Caetano da Silva

O(s) estatuto(s) do artista
por Octávio Lixa Filgueiras

Sem sobressalto, entre dois regimes
por Fernando Marques da Costa

DOCUMENTOS

Dominguez Alvarez
inédito de Adolfo Casais Monteiro

Cartas de Alvarez a Casais Monteiro



História Nacional e Nacionalismo
por José Mattoso

Nacionalismo e inovação
por José Gil

**As nações como mediações
entre o racional e o natural**
por António Marques

Língua e Nação
por Maria Teresa Cruz

**Identidade nacional
e modernização**
por Diogo Pires Aurélio

**Viriato:
uma realidade entre o mito
e a história**
por José Manuel Garcia

**As ilhas fantásticas
do imaginário português**
por António Pinto Ribeiro

**Viajantes estrangeiros no Portugal
do século XVIII:
o caso do duc du Chatelet**
por Nuno Luís Madureira



...o fim deste estabelecimento he o de animar as Letras, e levantar huma Imprensaõ util ao público pelas suas producções, e digna da Capital destes Reinos.

Alvará Régio de 24 de Dezembro de 1768